



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TÚLIO KÉRCIO ARRUDA PRESTES

**A HISTÓRIA DO *HOMO PSICOATIVUS*: UMA ANÁLISE
ARQUEOGENEALÓGICA DA REDUÇÃO DE DANOS**

FORTALEZA

2017

TÚLIO KÉRCIO ARRUDA PRESTES

A HISTÓRIA DO *HOMO PSICOATIVUS*: UMA ANÁLISE ARQUEOGENEALÓGICA DA
REDUÇÃO DE DANOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P939h Prestes, Túlio Kércio Arruda.
A história do Homo psicotivus : Uma análise arqueogenealógica da redução de danos / Túlio Kércio Arruda Prestes. – 2017.
121 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides.
1. Arqueogenealogia. 2. Redução de danos. 3. Drogas. 4. Governamentalidade. 5. Biopoder. I. Título.
CDD 150
-

TÚLIO KÉRCIO ARRUDA PRESTES

*A HISTÓRIA DO HOMO PSICOATIVUS: UMA ANÁLISE ARQUEOGENEALÓGICA DA
REDUÇÃO DE DANOS*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Homero Luis Alves de Lima
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, Marco Aurélio (Babim) e Tereza Emília.

E aos meus avôs, Juarez Prestes Cabana (In Memoriam) e José Vasconcelos Arruda (In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo milagre da vida.

Ao meu pai Marco Aurélio Vasconcelos Prestes (Babim) e minha mãe Tereza Emília Arruda Prestes que nunca mediram esforços para que eu tivesse uma boa educação e uma vida confortável. Tudo que consegui realizar devo a vocês. Agradeço infinitamente todo carinho, atenção e afeto com que sempre me destinaram, enfim, pela demonstração mais pura do amor. Toda a minha gratidão, admiração e amor a vocês dois.

A Tamylle Prestes, minha querida irmã e minha melhor amiga, por desde muito cedo ser meu maior exemplo de estudo, comprometimento e determinação. Por todo o companheirismo, amor e cuidado de irmã mais velha que você me dedicou, por ser sempre a primeira pessoa a apoiar minhas escolhas e me encorajar a seguir meus sonhos mesmo quando até eu duvidava alcançá-los. Também não podia deixar de agradecer por me deixar tomar de empréstimo, por tempo indeterminado, seus livros do Foucault. Prometo que um dia eu os devolverei.

A Íria Sabóia, minha companheira, com quem sigo dividindo sonhos e vida. Agradeço por você ser leveza nas horas angustiantes, aconchego nos momentos felizes e por fazer transbordar o que há de bom em mim.

A minha avó materna Maria Auxiliadora Vasconcelos Arruda por todo o carinho, amor, ternura, colo e atenção de quem tenho como quase que uma segunda mãe. Ao meu avô materno José Vasconcelos Arruda (In Memoriam) por ter sido abrigo no sentido mais amplo da palavra. Obrigado também, meu avô, por ter me ensinado a importância de (re)conhecer as nossas raízes, para que sigamos nosso caminho sem jamais esquecer de amar o pedaço de chão de onde viemos e principalmente às pessoas de quem estamos sempre a brotar em conjunto: refazenda.

A minha avó paterna Maria Hozireuda Vasconcelos Prestes pela ternura, amabilidade e pelas histórias que me contava quando criança, que desde aquela época me instigavam a ver o realismo mágico da vida. Ao meu avô Juarez Prestes Cabana (In Memoriam) que com seu jeito jocoso de me chamar me ensinou que o “caboco” é aquele que, por desconhecimento ou por ser de algum modo estrangeiro, torna possível o estranhar-se, o pensar, o matutar.

A todos os meus familiares, especialmente ao tio José Vasconcelos Arruda Filho e a tia Nazaret Marcondes Arruda por tudo que fizeram por mim e minha irmã, e por desde muito cedo nos incitar a amar os livros e a leitura.

A Felipe Máximo e Lucas Soares, amigos de infância, pelos muitos anos de parceria e por me mostrarem que as diferenças, a distância e o tempo não diminuem o valor e a força de uma amizade.

Aos queridos amigos Paulo Henrique, Gabriela Vieira e Luciana Conz pela cumplicidade, alegria, provocações, sabedoria e inventividade com que vocês povoaram todo esse percurso. Agradeço por serem os melhores companheiros de orientação que eu poderia ter durante esse mestrado.

Aos amigos Jesiel, Valdir, Felipe e Adryssa pelo apoio mútuo durante os grupos de estudo.

Aos colegas da turma de 2015 do mestrado em psicologia da Universidade Federal do Ceará, especialmente aos dois grandes amigos Caio Monteiro e Emanuel Messias. A vocês dois agradeço pela amizade sincera, apoio irrestrito, pelos debates intermináveis e por me instigarem a pensar através da diferença, nas paralaxes das diferentes perspectivas.

Ao meu orientador e amigo Dr. Pablo Severiano Benevides, influência decisiva desde os primeiros semestres de minha graduação, e principal inspiração para que seguisse sonhando com a formação acadêmica e com a docência. Sou imensamente grato por toda a atenção concedida ao meu trabalho e à minha formação. Agradeço também por você sempre me incentivar a apostar no exercício do pensamento.

Aos professores Dr. Aluísio Ferreira de Lima, Dr. Homero Luis Alves de Lima e Dr. João Paulo Pereira Barros que gentilmente aceitaram compor a banca de avaliação desta dissertação. Agradeço pela disponibilidade, pela leitura atenta, por seus questionamentos e suas valorosas contribuições ao trabalho aqui realizado. Sinto-me feliz e honrado de tê-los presentes em um momento tão importante de meu percurso acadêmico.

Ao professor Dr. Sylvio Gadelha pelos apontamentos realizados durante o exame de qualificação de dissertação que também colaboraram para o resultado final deste trabalho.

Aos professores e alunos do curso de psicologia da Universidade Federal do Ceará, *Campus Sobral*, em especial aos amigos da 4ª turma de psicologia e do PET Psicologia (Programa de Educação Tutorial) que contribuíram para que eu aprendesse que a potência da Universidade está em experimentá-la, habitá-la e construí-la.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, em especial a professora Dra. Luciana Lobo pelas contribuições que deu a este trabalho durante as suas aulas.

Aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, em especial ao funcionário técnico-administrativo Helder Hamilton pelo modo cordial e eficiente com que conduz as atividades do Programa.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de bolsa de pesquisa sem a qual não teria conseguido realizar esta pesquisa.

Finalmente, tomo de empréstimo as palavras de Gonzaguinha para agradecer mais uma vez a todos aqueles que estiveram comigo durante essa longa jornada e que direta ou indiretamente tornaram possível a realização dessa dissertação de mestrado: “Cidades, lugares, pessoas, saudades, lembranças, estradas, bandeiras, amigos, irmãos, companheiros, comparsas do bando da vida guerreira: a força do teu coração é a força do meu coração, nossa voz! Estamos todos pelaí. Questão de fé! ”.

“Uma crítica não consiste em dizer que as coisas não estão bem como estão. Ela consiste em ver em que tipos de evidências, de familiaridades, de modos de pensamento adquiridos e não refletidos repousam as práticas que se aceita. [...] A crítica consiste em caçar esse pensamento e ensaiar a mudança: mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê, fazer de forma que isso que se aceita como vigente em si, não o seja mais em si. Fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais”.

(Michel Foucault)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS:	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CGMAD:	Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas
CRAS:	Centro de Referência de Assistência Social
DST:	Doença Sexualmente Transmissível
ECA:	Estatuto da Criança e do Adolescente
MJ:	Ministério da Justiça
MS:	Ministério da Saúde
OMS:	Organização Mundial de Saúde
PPF:	Programa Famílias Fortes
PNAD:	Política Nacional sobre Drogas
PNAS:	Política Nacional de Assistência Social
PTS:	Programa de Troca de Seringas
RD:	Redução de Danos
SENAD:	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SPA:	Substância Psicoativa
UDI:	Usuário de Droga Injetável
UE:	União Européia
UNODC:	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

RESUMO

Esta pesquisa objetiva investigar arqueogeneologicamente a formação do campo discursivo e prático da Redução de Danos, analisando o conjunto de pressupostos, asserções e naturalizações em que essa se apoia para agenciar práticas de (auto)governo em relação às drogas, bem como os modos de subjetivação que são incitados a partir desse autogoverno. Esta investigação recorreu a um mapeamento dos enunciados que visam justificar a gestão política e econômica da relação sujeito-droga através do “paradigma” de Redução de Danos, investigando também como esse “paradigma” operacionaliza o governo da relação sujeito-droga. Elegeu-se como *corpus* de pesquisa o conjunto de artigos sobre Redução de Danos indexados na plataforma *Scielo* nos últimos 10 anos e os conteúdos relativos a um programa de prevenção ao uso de drogas denominado de Programa Famílias Fortes (BRASIL, 2015). A partir da leitura inicial de textos sobre Redução de Danos, percebeu-se que o enunciado acerca do uso de drogas como experiência universal e humana funcionava como espécie de “preâmbulo” destas pesquisas. Observou-se que a repetição sistemática de uma narrativa sobre a história das drogas a partir de seus diferentes usos, e de como o homem se torna homem, também a partir desse uso, funciona como justificativa para uma série de práticas de governo que concorriam para a objetificação/naturalização do homem e consequente produção de uma figura antropológica, denominada nessa pesquisa de *Homo psicoativus*. A investigação pormenorizada dessa naturalização resultou no deslocamento da noção de *Homo psicoativus*, ao observar-se que este, além de correlato antropológico, compunha um dispositivo ainda mais complexo que agencia questões relativas a governamentalidade do uso de drogas, possibilitando: 1. A construção de uma narrativa que naturaliza o uso de drogas a partir da história das drogas e seus diferentes usos; 2. A desqualificação da política proibicionista de guerra às drogas como irreal e ineficaz; 3. O estabelecimento do governo sobre “o sujeito” como a melhor forma de governar possíveis danos associados ao uso de drogas. O *Homo psicoativus* constitui-se, portanto, como essa espécie de superfície-limite no qual o “paradigma” da Redução de Danos se apoia de maneira a organizar, nos moldes de um biopoder, uma gestão calculista da vida que elege especificamente o “sujeito”, seu modo de viver, ao mesmo tempo como componente discursivo de naturalização/justificação e como componente prático de intervenção. Desta forma, os indicadores-táticos foucaultianos apresentam-se como pistas para o exercício do próprio pensamento e da crítica, ao tornar mais difíceis os automatismos das práticas irrefletidas a que nos submetemos. Finalmente, ressalta-se que problematizar os consensos e naturalizações agenciados pela Redução de danos não resulta necessariamente em um total abandono dessas

práticas. De maneira diferente, este trabalho configura-se como tentativa de tornar mais claras sobre que tipo de evidências repousam as relações de saber-poder que nos sujeitam, como exercício de repensar o tipo de experiência e os modos de subjetivação que são produzidos a partir dessas naturalizações que sentenciam quem somos ou o quem deveríamos ser.

Palavras-chave: Arqueogenealogia; redução de danos; drogas; governamentalidade; biopoder.

ABSTRACT

This research aims to investigate archeogeneously the formation of the discursive and practical field of Harm Reduction, analyzing the set of assumptions, assertions and naturalizations in which this is supported to act on (self) government practices regarding drugs, as well as the modes of subjectivation which are prompted by that self-government. This research used a mapping of the statements that aim to justify the political and economic management of the subject-drug relationship through the Harm Reduction "paradigm", investigating how this "paradigm" operationalizes the government of the subject-drug relationship. The set of articles on Harm Reduction indexed in the Scielo platform in the last 10 years and contents related to a drug prevention program called the Family Strong Program (BRAZIL, 2015) were selected as the corpus of research. From the initial reading of texts on Harm Reduction, it was perceived that the statement about the use of drugs as a universal and human experience functioned as a sort of "preamble" of these researches. It was observed that the systematic repetition of a narrative about the history of drugs from its different uses, and of how man becomes man, also through this use, serves as justification for a series of government practices that competed for the objectification / naturalization of man and consequent production of an anthropological figure, named in this research of Homo psychoativus. The detailed investigation of this naturalization resulted in the displacement of the notion of Homo psychoativus, when it was observed that this, in addition to anthropological correlates, constituted an even more complex device that would address issues related to the governmental nature of drug use, making it possible to: 1. The construction of a narrative that naturalizes the use of drugs from the history of drugs and its different uses; 2. The disqualification of the prohibitionist policy of war on drugs as unreal and ineffective; 3. The establishment of government over "the subject" as the best way to govern possible damages associated with the use of drugs. Homo psychoativus therefore constitutes this kind of boundary surface in which the "paradigm" of Harm Reduction rests in a way to organize, in the mold of a biopower, a calculating management of life that specifically elects the "subject", their way of living, at the same time as a discursive component of naturalization / justification and as a practical component of intervention. In this way, the Foucaultian tactical indicators present themselves as clues to the exercise of thinking and criticism, by making the automatism of the unthinking practices to which we submit more difficult. Finally, it is emphasized that problematizing the consensuses and naturalizations dealt with by Harm Reduction does not necessarily result in a total abandonment of these practices. In a different way, this work is an attempt to clarify in what kind of evidence rests the

knowledge-power relations that subject us, as an exercise of rethinking the type of experience and the modes of subjectivation that are produced from these naturalizations that sentence who we are or who we should be.

Keywords: Archeogenealogy; harm reduction; drugs; governmentality; biopower.

SUMÁRIO

1. CAPÍTULO 01: A ARTE DE CONSTRUIR UM PROBLEMA: FIOS E LIAMES DE UMA TRAMA	16
1.1 Formação do nó da Redução de Danos: Homo psicoativus – O uso de drogas desde o início	16
1.2 O problema como confissão, a confissão como problema.....	36
2. CAPÍTULO 02: DOS INDICADORES-TÁTICOS: PESQUISAR COM MICHEL FOUCAULT.....	46
2.1 Pesquisar com Michel Foucault.....	46
2.2 Arqueologia: o discurso e suas regras de formação, validação e uso.....	51
2.3 Genealogia: uma histórico-política das relações de poder.....	55
2.4 Compendo “pistas”: apresentação do corpus de pesquisa	61
3. CAPÍTULO 03: HOMO PSICOATIVUS E O SUJEITO COMO COMPONENTE DISCURSIVO DE NATURALIZAÇÃO/JUSTIFICAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DE DANOS.....	65
3.1 Hipótese repressiva às drogas: a impossibilidade de dizer não às drogas e o postulado do fracasso da política proibicionista.....	66
3.2 Da falsidade da repressão à realidade da estratégia de redução de danos: Homo psicoativus como justificação do governo.	73
4. CAPÍTULO 04: HOMO PSICOATIVUS E O SUJEITO COMO COMPONENTE PRÁTICO DE INTERVENÇÃO: GOVERNO DO SIM E GOVERNO DE SI.....	85
4.1. Dispositivos de segurança e os controles regulacionais do corpo-espécie: O governo do “SIM”	86
4.2 O autogoverno em relação ao uso de drogas: o governo de si.....	100
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	114

1. CAPÍTULO 01: A ARTE DE CONSTRUIR UM PROBLEMA: FIOS E LIAMES DE UMA TRAMA

1.1 Formação do nó da Redução de Danos: *Homo psicoativus* – O uso de drogas desde o início

Você é meu caminho/ Meu vinho, meu vício/ Desde o início estava você/ Meu bálsamo benigno/ Meu signo, meu guru/ Porto seguro onde eu vou ter/ Meu mar e minha mãe/ Meu medo e meu champanhe/ Visão do espaço sideral/ Onde o que eu sou se afoga/ Meu fumo e minha ioga/ Você é minha droga/ Paixão e carnaval/ Meu zen, meu bem, meu mal. (VELOSO, 1982, grifos nosso)

Dizem-nos que desde o início dos tempos os seres humanos usam drogas. Seja como resultado de um desejo que orientaria os homens na busca de prazer e evitação da dor, como um impulso que os conduziria a buscar um estado alterado de consciência, como forma de desprendimento do mundo ou, ainda, para satisfação de uma simples curiosidade, as drogas são consumidas. Costuma-se ratificar, entretanto, que, ainda que não exista nenhum determinismo de ordem biológica ou fisiológica que conduza os homens a usar drogas, o homem sempre as utilizou e sempre irá utilizá-las. Achados arqueológicos e antropológicos corroboram com a ideia de que, desde a Antiguidade até os nossos dias, os homens sempre teriam usado drogas, ainda que em contextos e com finalidades diversas: cerimônias religiosas, rituais sagrados, ritos festivos, indução de sensações corporais, socialização, fins terapêuticos/medicinais, de maneira recreativa ou na busca de (auto)conhecimento.

Existem divergências a respeito do uso de drogas enquanto resultado de algo intrínseco à natureza humana ou como um elemento cultural. No entanto, permanece uma certa convergência por parte das argumentações em direção à afirmação de que o uso de drogas é algo que sempre existiu. Tratar-se-ia de um ponto fora de discussão, como um dado factual, a mera descrição de algo que sempre aconteceu, a descrição da própria *realidade*.

Como maneira de justificar a veracidade dessa premissa, apela-se a uma série de pesquisas históricas que entram em cena para descrever esses vários usos como uma experiência bem antiga. No âmbito dessas pesquisas, comumente recorre-se a narrações de usos de drogas em épocas bem remotas e em distintas civilizações. Para citar alguns exemplos: o historiador Henrique Carneiro (1994) afirma que o “Homem de Neanderthal” já utilizava quase uma dezena de plantas por seus efeitos medicinais; relata ainda o uso de tabaco na América que remonta à Antiguidade, encontrando-se cachimbos para fumá-lo que foram confeccionados há mais de 7000 anos (idem, ibidem); Escotado (2000), por sua vez, destaca a existência de tábuas sumérias – civilização a que se costuma atribuir a invenção da escrita – que relatam por escrito o uso de papoula, associando esta planta à palavra “gozar”. Cita ainda vestígios da fibra do

cânhamo encontrados na China que remetem ao ano 4000 a.C (ESCOHOTADO, 2000). Da mesma forma, o psiquiatra Claude Olievstein (OLIEVESTEIN, 1980, p. 12-13 grifos nosso) sustenta:

Se expressamos, aqui, tal opinião [de que as pesquisas contemporâneas sobre as consequências sociais do vício são apenas opinativas e não tem nenhum valor científico] *é porque a inclinação pelas drogas manifesta-se nos homens de todas as épocas e de todos os países*: a papoula – de onde se extrai o ópio – era cultivada pelos egípcios. O cânhamo, cuja resina é o haxixe, é utilizado na Índia em inúmeras cerimônias religiosas. No Ocidente, no século XIX, o éter era comumente utilizado pelo proletariado inglês.

É no domínio dessas pesquisas que, retrocedendo ainda mais na escala histórica, Escotado (2000) esboça a hipótese de que a emergência das primeiras drogas seria o resultado da seleção natural, de uma coevolução entre os reinos vegetal e animal. Como se certas características fenotípicas e genotípicas das plantas tivessem sido selecionadas pelo ambiente. Para exemplificar essa simbiose evolutiva o autor (ESCOHOTADO, 2000) destaca o desenvolvimento de algumas propriedades químicas das plantas que atuam como uma espécie de defesa contra a glotonaria animal, ao mesmo tempo em que animais que não desenvolveram um olfato, visão e paladar suficientemente adaptados para perceber essas perigosas propriedades químicas, corriam sérios perigos de serem extintos ao consumi-las¹. Nessa mesma linha de raciocínio, Carneiro (1994) reconhece como uma aprendizagem fundamental para os primórdios da civilização o desenvolvimento de um saber herbário que permitiria selecionar, dentro da vasta flora, quais plantas serviram para o consumo humano devido às suas propriedades nutritivas, medicinais e/ou religiosas².

Com efeito, criando um imenso recorte histórico que se estende de um período ainda anterior à revolução neolítica até a contemporaneidade, várias pesquisas históricas, sociológicas, antropológicas e biológicas terminam por conceber o uso de drogas como uma *experiência universal*. Essa história das drogas é recriada a partir da narração dos diferentes usos dessas drogas ao longo dos séculos. O sociólogo francês Henri Bergeron, também concordando e argumentando pela veracidade desse axioma, enfatiza que “não existe manual de antropologia ou sociologia histórica sobre o uso de drogas que não comece lembrando que o consumo de psicoativos é um fenômeno antigo e universal” (BERGERON, 2012, p. 19).

¹ Sobre essa coevolução, o escritor americano Michael Pollan (2001), na introdução de seu livro *The Botany of Desire: a plant's eye view of the world*, defende a tese de que não só os homens foram agentes da seleção das plantas, mas que mantiveram com elas uma relação de reciprocidade, sendo também as plantas agentes selecionadoras de modificações genotípicas e fenotípicas no próprio homem, assim como ocorre entre flores e abelhas.

² É interessante observar que nessa grade de análise o uso de drogas aparece dentro da história de seleção natural das espécies ao mesmo tempo em que se confunde também com uma história mais geral e ampla da própria alimentação.

Essa história do uso de drogas torna-se uma espécie de preâmbulo para um conjunto de trabalhos e pesquisas denominados antiproibicionistas e/ou associados ao “paradigma” da redução de danos. A partir desse preâmbulo, a conclusão ou argumentação que geralmente se segue, é a ideia de que *é impossível uma sociedade sem drogas* já que as drogas sempre fizeram parte da cultura dos homens, sendo seu uso possivelmente uma necessidade humana.

A primeira questão a se definir é a de que as drogas são necessidades humanas. Seu uso milenar em quase todas as culturas humanas corresponde a necessidades médicas, religiosas e gregárias. Não apenas o álcool, mas quase todas as drogas são parte indispensável dos ritos de sociabilidade, cura, devoção, consolo e prazer. Por isso, as drogas foram divinizadas em inúmeras sociedades. (CARNEIRO, 2002, p. 116 - 117)

De maneira semelhante, o psiquiatra húngaro Thomas Szasz (1974) explica essa “necessidade” do uso de drogas como parte de um “ritual” ou “cerimônia”³ social. O uso de drogas é descrito pelo autor como um exemplo de um dos ritos ou cerimônias em que os seres humanos se engajariam para satisfazer a “necessidade humana” de compartilhar valores e costumes, para fazer parte de uma sociedade.

Nós necessitamos experimentar comunhão com nossos companheiros seres humanos – e às vezes com as forças que nós atribuímos à natureza, ao universo, ou a uma divindade – e para satisfazer esta nossa necessidade nós usamos, entre outras coisas, certas substâncias que afetam nossos sentimentos e comportamento. Às vezes, algumas destas substâncias são chamadas de “drogas” e os seus efeitos sobre os indivíduos e grupos são ditos como ‘mentais’. (SZASZ, 1974, p.32 tradução nossa⁴)

Szasz (1974) entende o uso de drogas como parte de um ritual social, como um costume que é repassado culturalmente ao longo das gerações. Porquanto o uso de drogas seja entendido como um ritual social, Szasz (1974) argumenta que este seria um comportamento que obedece a uma série de determinações e regulações (formais ou informais) agenciada por uma instituição específica (religião, família, comunidade, grupo, etc) e que são partilhados socialmente. O uso de drogas seria, portanto, uma questão determinada culturalmente, uma prática fundamentalmente social. Para exemplificar e argumentar sobre como esses “rituais” influenciam diretamente o comportamento humano, o referido autor comenta sobre os ritos que envolvem a alimentação. Muito embora a alimentação seja indispensável à sobrevivência, a escolha daquilo que realmente devemos comer seria diretamente determinada por uma convenção social, e não por qualquer tipo de necessidade fisiológica. Utilizando esse exemplo, Szasz (1974) argumenta que se a escolha de nosso cardápio alimentar fosse guiada tão somente

³ No texto em inglês o autor utiliza os termos “ceremonial”.

⁴ Texto original: “We need to experience communion with our fellow human beings – and sometimes with the forces we attribute to nature, the universe, or a godhead – and to satisfy this need we use, among other things, certain substances that effect our feelings and behavior. Sometimes some of these substances are called ‘drugs,’ and their effects on individuals and groups are said to be ‘mental’.”

em função do provimento de nossas necessidades nutricionais fisiológicas, a carne de cães e gatos poderia compor nosso *menu* tanto quanto a carne de suínos e bovinos. Entretanto, se escolhemos comer a carne destes últimos e censurar o consumo da carne de cães e gatos, isso se deve apenas a convenções sociais. Os hindus, por seu turno, evitam comer carne bovina; de modo semelhante os judeus excluem a carne suína do seu rol de alimentos; acresce-se a estes, ainda, os vegetarianos que preferem abster-se totalmente do consumo de carne.

Seguindo essa linha de raciocínio, acerca de como funciona as cerimônias ou rituais sociais, o autor apresenta duas teses centrais no livro: 1) que o uso de drogas seria um dos rituais em que nos engajamos por uma necessidade de convivemos em sociedade; e 2) que o uso de drogas, por ser uma tradição cultural e um valor compartilhado socialmente, este dificilmente poderia ser impedido ou alterado, especialmente se se tentasse impedir este ritual através de uma medida hostil ou violenta. Ao contrário, invés de impedir o costume, uma medida acintosa finda por reforçá-lo:

Na verdade, tais agressões contra eles [os rituais] muitas vezes servem apenas para reforçar a solidariedade comunitária e inflamar o zelo religioso do grupo. [...] A Experiência Americana com a Proibição [Lei Seca] foi um exemplo surpreendente desse mesmo fenômeno: profundamente enraizado, o padrão tradicionalmente sancionado de uso de drogas, foi abruptamente proibido por lei. O resultado foi que o interesse por álcool, repentinamente tornado marginalizado, aumentou; A Lei Seca fortaleceu enormemente, mais do que diminuiu, os aspectos cerimoniais do beber. O *speakeasy*⁵ tornou-se uma verdadeira igreja secreta ou templo; e o vocabulário americano relacionado ao beber, aos locais de beber, e a embriaguez expandiram-se consideravelmente. (SZASZ, 1974, p. 32 tradução nossa)⁶

A sistemática e periódica repetição dessas pesquisas fortalece um tipo de enunciado que naturaliza o uso de drogas como uma *experiência universal e transhistórica*, como um *elemento incontornável da realidade* – diz-se que os homens sempre usaram e sempre usarão substâncias psicoativas, sendo inútil tentar impedir o acesso às drogas. Tal qual expresso na música epígrafe dessa seção, o uso de drogas é, pois, essa coisa que está na natureza, que sempre esteve aí desde o início, o bálsamo benigno onde o homem se torna homem, pois além do bem e do mal seria essa a sina da humanidade. Sobre essa incontornabilidade e inevitabilidade, o

⁵ Gíria criada durante o período da Lei Seca para designar os bares clandestinos em que se vendia e consumia álcool de maneira ilegal.

⁶ Texto original: “Indeed, such assaults against them often serve only to strengthen the communal solidarity and inflame the religious zeal of the group: [...] The American experience with Prohibition was an astonishing illustration of this very phenomenon: a deeply entrenched, tradition-sanctioned pattern of drug use was abruptly prohibited by law. The result was that the interest in alcohol, suddenly driven underground, increased; Prohibition greatly strengthened, rather than weakened, the ceremonial aspects of drinking. The *speakeasy* became a veritable secret church or temple; and the American vocabulary having to do with drink, drinking places, and drunkenness expanded remarkably.” (SZASZ, 1974, p. 32)

jornalista Burgierman (2001, p. 26), apoiando-se em pesquisas e relatos como esses aqui expostos, afirma que

[...] é natural para a humanidade ter o impulso de usar drogas, assim como é natural que haja tabus relacionados a elas, já que são tão perigosas e imprevisíveis. Humanos têm apetite para mudar o funcionamento da mente, que é maior em umas pessoas do que em outras. Esse gosto por alterar o estado mental está em todos os povos do mundo, em todas as épocas da história. (BURGIERMAN, 2011, p. 26)

Dito isto, observamos que essa forma de narrar a história das drogas através de seus diferentes usos ao longo do tempo é tida, por aqueles mesmos que constroem a narrativa, como uma nova abordagem acerca da problemática das drogas. Essa nova história das drogas, que corresponde à história dos diferentes *usos* de drogas, se contrapõe diretamente a uma série de pesquisas psicopatológicas que abordam a problemática das drogas apenas em termos de *toxicologia, dependência, abstinência, vício, habituação*, ou seja, dos efeitos que estas eliciam nos organismos. Contudo, todas estas pesquisas citadas até aqui que narram essa história das drogas a partir de seu uso, pesquisas que podem genericamente ser definidas como “antiproibicionistas”, apesar de divergirem quanto aos campos de expertise, convergem para afirmação dessa história que narra o uso de drogas como uma experiência universal humana. O que observamos é que há um deslocamento de ênfase nesses estudos que versarão cada vez menos sobre as drogas e cada vez mais acerca de como nos tornamos sujeitos também a partir do uso de drogas.

Temos, portanto, o aparecimento de uma figura antropológica que surge como o correlato *vis-a-vis* dessa construção – o *Homo psicoativo*. Forjamos o conceito de *Homo psicoativo* para se referir a um dispositivo que funciona como forma de objetificação do homem mediante essa narrativa do uso de drogas, narrativa que inclui também os próprios processos de “socialização” e produção cultural a partir desses diferentes usos. O *Homo psicoativo* é, portanto, o objeto e o correlato antropológico de uma história do uso de drogas que narra como o homem se torna “homem” através do *uso* de substâncias psicoativas.

As pretensões de tal narrativa são, entretanto, mais audazes. Escohotado (2000), no parágrafo inicial de sua famosa obra “Historia elemental de las drogas”, sem problematizar ou questionar essa naturalização e objetificação do sujeito no que tange ao uso de drogas, anuncia que refazer uma *história das drogas* corresponda a desvelar, retirando da escuridão, uma parte da *história da humanidade* que estava sendo esquecida.

Embora até recentemente fosse um campo reservado ao sensacionalismo jornalístico, ou a obscuros manuais de toxicologia, a particular história das drogas ilumina a história geral da humanidade com uma luz própria, como quando abrimos uma janela

até então fechada ao horizonte, e as mesmas coisas aparecem sob uma nova perspectiva. (ESCOHOTADO, 2000, p. 09 tradução nossa)⁷

Com efeito, realizando uma crítica tanto às abordagens sensacionalistas dos jornais como aos hermetismos dos manuais de toxicologia – abordagens hegemônicas da época –, Escotado (2000) faz a defesa de uma nova abordagem sobre a história das drogas. Desta forma, o seu intuito com o livro não é simplesmente corrigir um possível erro sobre como se tem enunciado a problemática das drogas, mas refazer essa nova história das drogas para também refazer (ou pelo menos dar outros matizes) a própria história da humanidade.

Todos estes trabalhos citados até aqui, apesar dos diferentes campos de expertise, convergem para essa história que narra o uso de drogas como uma experiência universal humana, que naturaliza o uso de drogas enquanto uma experiência ao mesmo tempo histórica e universal. Em relação a essa narrativa observamos 3 questões interessantes: 1) a consensualidade em torno desta narrativa histórica; 2) E a constante repetição ou retomada dessa narrativa histórica.

Desta forma, tanto essa narrativa parece ser um ponto “fora de discussão” entre os autores da redução de danos, como também é notório a insistência em se retornar ou relembrar essa narrativa. Contudo, o que nos parece estranho é como essa narrativa apesar de estabelecer uma unidade a noção de “drogas”, é nítido tanto a infinidade de objetos a que ela se reporta como uma certa imprecisão na definição do que pode ser considerado drogas. Não obstante, uma história do uso de drogas tanto pode se referir ao uso de substâncias sintéticas no final dos anos 80, quanto o consumo de um alimento ou ainda à história da evolução natural. Dirimindo as singularidades dessa infinidade de elementos e experiências, o conceito de “drogas” cria uma continuidade que torna narrável essa história.

Com o propósito de realizarmos uma pesquisa de inspiração arqueogenealógica ressaltamos a necessidade de que o conceito de drogas seja também posto sob suspeita nessa história sobre o uso de drogas, para não incorrer no erro de criar universais históricos. Seria o erro, por exemplo, de ao se estudar o fenômeno do bullying ver como este acontecia no início

⁷ Texto original: “Aunque hasta hace poco fuese un campo reservado al sensacionalismo periodístico, o a abstrusos manuales de toxicología, la particular historia de las drogas ilumina la historia general de la humanidad con una luz propia, como cuando abrimos una ventana hasta entonces cerrada al horizonte, y las mismas cosas aparecen bajo una perspectiva nueva” (ESCOHOTADO, 2000, p. 09).

dos anos 1900 ou ainda de se remontar uma história sobre a homossexualidade e ver como esta era praticada entre os gregos.

Feita essa ressalva, ainda assim algum estudioso poderia nos objetar que não se opera com naturalizações na narrativa sobre o uso de drogas porque essa narração se detém sobre episódios datados e contextos localizados no tempo e espaço. E ainda poderia acrescentar que não se procede a naturalizações porque essa narrativa não se centra apenas a aspectos em torno do funcionamento biológico do corpo humano, mas prioriza o estudo do uso de drogas a partir da realidade social e histórica de diferentes práticas sociais. Pois bem, é a esse tipo de argumentação que iremos no dirigir ao longo do capítulo 03 para analisar de que maneira a naturalização do uso de drogas é feita justamente por um excesso de historicização, por mais estranho que isso possa parecer inicialmente, e por essa extensão e capilarização do conceito de drogas.

Com efeito, uma pesquisa de inspiração genealógica, preocupada com os “nascimentos”, com as descontinuidades que irrompem através da agonística das forças, deve manter uma atitude de suspeita em relação aos grandes universais com que certas análises históricas e sociológicas lançam mão para simplificar e até atenuar essa incessante disputa de forças. Nessa dissertação, a “droga” é justamente um destes grandes universais que devem ser mantidos sob suspeita, que mais do que explicar os acontecimentos históricos, deve ele mesmo ser explicado, problematizado. Pois é a “droga” o elemento que organiza esses discursos, que traça a continuidade e o nexos entre essa história gloriosa sobre a *origem* do uso de drogas.

A história praticada como ironia rebaixa a solenidade das origens e das finalidades, que presidiu durante muito tempo as metanarrativas em torno do passado. [...] Sempre é possível recontar um fato já contado e a cada vez narrá-lo de uma nova maneira. Não há sucessão obrigatória de seus elementos, não há coerência a priori das séries que o compõem. Esta coerência e esta sucessão são estabelecidas na própria narrativa, como fabricação de um enredo, que se assume como tal. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 10)

Trata-se, pois, também de investigar como emerge uma vontade de saber sobre as drogas que a recorta e a estuda de diferentes formas e que toma não só as drogas, mas também o sujeito como objeto desse saber. Uma das teses que afirmaremos nesse trabalho⁸ é que a elasticidade e capilaridade do conceito de drogas é de tal maneira ampla que possibilita com que uma história sobre o uso de drogas traduza e reúna sob uma duvidosa unidade, uma multiplicidade gigantesca de objetos e processos como sendo referentes ao uso de “drogas”.

⁸ Esse ponto será melhor abordado no capítulo 03 desta dissertação.

Destarte, a pesquisa que se realiza mediante essa dissertação não pretende afirmar ou recusar a “tese” de que os homens sempre usaram drogas ou substâncias psicoativas. Não nos propomos a fazer nem o papel de epistemólogo da ciência que iria avaliar a validade ou cientificidade dessa afirmação, nem exatamente a figura do militante político que defenderia a Redução de Danos como princípio para reformulação das práticas em relação ao uso de drogas. Diferentemente, trata-se de saber como os enunciados que compõem o campo discursivo da Redução de Danos é agenciado dentro da ordem do discurso, como ele se insere na gramática política do discurso, e como põe em marcha uma série de processos calculistas da vida. Investigaremos essa “tese” a partir de seus enunciados efetivos, que são constantemente repetidos e reativados. Se tomamos esse enunciado acerca da inevitabilidade do uso de drogas como objeto de estudo, é porque importa saber: de que maneira ele emerge na ordem do discurso? O que torna essa afirmação um enunciado tido como verdadeiro dentro da ordem do saber? O que torna esse enunciado dizível? Que dizibilidades ele agencia? Que outros enunciados se rejeitam e se contestam quando se afirma que os homens sempre usaram drogas? Que práticas de governo esse enunciado justifica, suscita ou positiva?

Ora, é bastante curioso que até mesmo trabalhos que seguem uma clara inspiração foucaultiana, e que se propõem, inclusive, a investigar os efeitos de governamentalização das drogas, não tenham, eles mesmos, problematizado essa naturalização do uso de drogas e permaneçam enunciando que o uso de drogas sempre existiu.

Sabemos que as drogas fazem parte da vida humana desde as primeiras organizações sociais, seja como elemento secundário que compõe as relações culturais, ou em alguns casos, em temporalidades específicas, como elemento de caráter de alta relevância na vida social para certos grupos sociais” (CARVALHO, 2013, p. 31 grifo nosso).

A dificuldade em pôr em perspectiva esta narrativa – e, com isso, retirar seus componentes transhistóricos e naturalizantes – decorre, em boa medida, do fato de que o alvo de muitas dessas pesquisas inspiradas no referencial foucaultiano ser não os processos de governamentalização das drogas a partir da Redução de Danos, mas sim os processos de governamentalização das drogas a partir da política proibicionista. Por que a eleição tão privilegiada deste único alvo para a análise dos processos de governamentalização das drogas? Seria por que aí jaz, como que de forma latente, a suposição de que a governamentalização das drogas ocorre apenas através de um “dizer não às drogas”? Talvez careça a estes trabalhos uma percepção mais clara de que, no campo discursivo da Redução de Danos e nas práticas de subjetivação que constituem correlato vis-a-vis deste campo discursivo, existe uma estratégia

de governo ainda mais sutil (e por isso mais eficiente) do governo da relação sujeito-drogas – o que, de saída, parece indicar a singularidade do trabalho que ora pretende-se realizar mediante esta dissertação. Desta feita, vários autores que inserem sua pesquisa neste campo acabam por operar de maneira a supor que o uso de drogas é realmente universal e, assim, veem o governo das drogas como uma gestão moralista que, por sua vez, só poderia governar negando ou reprimindo essa “realidade” – a saber, o uso universal e transhistórico de drogas. Mesmo Rosa (2012), que em sua tese de doutoramento realizou uma genealogia da redução de danos, não tomou como problemático a naturalização do uso de drogas; ao contrário, reforçou-a. Apesar do autor, de forma bastante astuta, apontar a estratégia de redução de danos como uma maneira sutil de governar as condutas; apesar de ele estudar a emergência da redução de danos a partir de uma genealogia da segurança e saúde pública – apesar disso, a repetida nota da naturalização do uso drogas persiste em de alguma forma organizar o empreendimento analítico de Rosa (2012).

O consumo sistemático de substâncias psicoativas, ou seja, de substâncias que de alguma forma agem no sistema nervoso, na consciência ou na psique humana, *sempre estiveram presentes no desenvolvimento da humanidade*, existindo uma bibliografia bastante extensa e diversificada que revela as diferentes maneiras como estes produtos são elaborados, usados e representados socialmente por diferentes civilizações ao longo da história. *Portanto, a proibição da produção, do comércio e do uso de drogas está permeada muito mais por questões morais do que por questões referentes à saúde e a segurança pública*. Trata-se de uma governamentalização das drogas, de uma biopolítica que apresenta verdades que devem ser elucidadas à população e não mais reproduzidas da forma com que ocorre hodiernamente. (ROSA, 2012, p. 29 - 30, grifos nosso)

Com efeito, o que se torna problemático nessas pesquisas que se pretendem genealógicas é que de início já tomam o uso de drogas como um objeto natural. Ou seja, já partem de um objeto natural – uso de drogas –, de um universal, e tentam investigar como esse objeto foi governado. O olhar genealógico que é avesso à pesquisa da origem, a pesquisa do objeto natural, nos instiga a pensar como justamente isso que parece não ter história foi construído a partir de complexas relações de saber-poder. Segundo Foucault, uma pesquisa genealógica deveria

[...] marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história - os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram. (2007, p. 17 grifos nosso)

Argumentaremos nessa dissertação, que essa premissa da incontornabilidade do uso de drogas e a construção da figura do *Homo psicoativus* são estratégias agenciadas dentro do campo discursivo da Redução de Danos como forma de criticar o modelo proibicionista de governo das drogas, que enfatiza ações de cunho repressivo ao tráfico como forma de reduzir a oferta de drogas e evitar o consumo. O modelo proibicionista configurar-se-ia como um grande e poderoso “não” às drogas, enunciando uma guerra contra estas, de maneira a eliminar o seu consumo. No âmbito dessa discussão, uma série de pesquisas denominadas antiproibicionistas e/ou vinculadas ao “paradigma” da redução de danos, argumentam que o objetivo que a política proibicionista se coloca é irrealista, ponderando que estas seriam ineficazes justamente porque estipulavam como objetivo um ideal inalcançável: uma “sociedade sem drogas”. As políticas proibicionistas são, portanto, taxadas de idealistas, e acusadas de estarem mais fundadas em moralismos do que na própria realidade. Ademais, o que se contesta e denuncia é o quanto a política proibicionista de repressão colabora com a perpetuação da violência em torno do uso de drogas, ao enfatizar uma cultura punitivista (D’ELIA FILHO, 2015) e uma gestão governamental racista e criminalizadora da pobreza (WACQUANT, 2011). Em outras palavras, o que os defensores da Redução de Danos afirmam é que as políticas proibicionistas, além de não conseguirem evitar que as pessoas usem substâncias psicoativas, ainda geram consequências desastrosas e nefastas para a dita coletividade.

Diante do exposto até então, presumida a inevitabilidade do uso de drogas, o que se propõe? Trata-se de apenas atestar a ineficácia de uma política proibicionista de repressão e deixar que a “natureza siga seu curso”? Como consequência dessa premissa principal, o que se deveria fazer seria aceitar que essa é uma realidade imponderável e ingovernável, e sobre ela deixar de racionalizar uma forma de governo? Afinal, como remediar o que é irremediável, como governar o que é por definição ingovernável (visto que sempre ocorrerá)?

Investigando essas questões ao longo do trabalho nos deteremos sobre como essa narrativa é também utilizada pela redução de danos, não para advogar por uma não-intervenção, por um “deixar que a natureza siga seu curso”, mas para afirmar uma outra estratégia de governo. Como explicitaremos de maneira mais detalhada há toda uma função estratégica de justificação em exacerbar a naturalidade do uso de drogas como uma constante histórica, mas por ora seguiremos apresentando apenas como se dá a construção dessa narrativa para elencar como esta esbarra em um aparente paradoxo, para apenas no capítulo 03 e 04 explicitarmos de que maneira este paradoxo é “resolvido” pelos autores da redução de danos.

A criação de uma narrativa que afirma o uso de drogas como experiência universal que data de um tempo remoto costuma ser apresentada em contraposição a um período mais

recente de intensa repressão e criminalização das drogas, que teve seus primórdios no início do século XX. Esboça-se, pois, uma espécie de “hipótese repressiva às drogas”, de modo semelhante ao que Foucault investigou em relação à sexualidade⁹ (FOUCAULT, 2010). Diz-se que o uso de drogas sempre existiu, mas que no século anterior assistimos a uma crescente repressão e criminalização de certas substâncias e de certos usos, o que ocorre devido ao processo de revolução industrial que defenderia uma “moral abstinência” em relação às drogas e um controle da sexualidade como forma de tornar o trabalhador mais produtivo (CARNEIRO, 2006; PASSETTI, 1991).

Talvez de uma maneira um tanto sutil, existe nesses trabalhos uma certa “nostalgia dessa época sem controles”, a positivação de um momento histórico em que o ser humano tinha uma relação mais “espontânea” com a droga, como se nos primórdios o uso de drogas fosse uma prática aceita, como parte da própria sociabilidade e como uma experiência salutar. Haveria, portanto, uma certa relação com as drogas que seria “natural”, meio instintiva, ou repassada culturalmente de maneira que essa pouco traria riscos ou consequências negativas à vida em geral. É, pois, no momento em que a “droga” se torna uma questão a ser resolvida que os problemas teriam aparecido. O que teria deteriorado essa relação natural com a droga seria justamente uma medida artificial baseada em preceitos moralistas e com claros fins econômicos.

Entretanto, quando se apresenta a estratégia de Redução de Danos como uma alternativa contrária a estas medidas restritivas de uso de drogas, se desenvolve uma justificativa que também é baseada na Economia Política. Quando se associa a Redução de Danos como uma política de saúde pública, devemos pensar na articulação existente entre saúde pública e economia política dentro de uma estratégia biopolítica de governo das populações (FOUCAULT, 2008; ROSA, 2012). O que argumentaremos ao longo desta dissertação é que a perspectiva da redução de danos introduzirá uma modificação de critérios de avaliação das políticas de governo da relação sujeito-drogas, sem, contudo, se desvencilhar de uma avaliação econômica dessas políticas. De modo contrário, será a emergência de um biopoder que calcula cada centímetro da vida – baseada em critérios da economia política e de segurança– um dos fatores que possibilitará o desbloqueio do governo da relação sujeito-drogas.

Reiteramos que não se trata aqui de simplesmente afirmar ou refutar a tese de que existiu um momento de intensificação da repressão, nem proceder de maneira a avaliar a veracidade do uso de drogas como experiência universal, mas investigar como esses enunciados

⁹ Nos deteremos mais detalhadamente sobre o funcionamento dessa “hipótese repressiva às drogas” no capítulo 3.

se inserem na ordem do discurso, como se tornam dizíveis. De que maneira eles aparecem na reflexão acerca do governo dessas práticas e os efeitos de verdade que imprimem no campo político das lutas.

Da forma como costuma ser apresentada por seus defensores, a Redução de Danos é anunciada enquanto uma política sobre drogas que procura não criminalizar o usuário, não patologizar o uso de drogas e apresentar uma proposta mais “humanitária”, “empática” e “progressista” em relação às políticas de guerra às drogas. Apesar de existir alguns dissensos acerca de que ações especificamente podem ser consideradas como medidas de Redução de Danos, esta pode ser definida a partir de um conjunto de pressupostos, valores e práticas associadas, como destaca Andrade (2004).

Redução de Danos não é um conceito de consenso na literatura ou entre os técnicos que o operacionalizam; entretanto, é de fácil definição a partir de suas práticas: trata-se de ações que visam minimizar riscos e danos de natureza biológica, psicossocial e econômica provocados ou secundários ao uso/abuso de drogas sem necessariamente requerer a redução de consumo de tais substâncias. Tais ações se orientam por três princípios básicos: o pragmatismo, a tolerância e a diversidade (ANDRADE, 2004, p. 87).

Nesse sentido, diversos autores, entre eles o psicólogo clínico G. Alan Marlatt¹⁰, definem a Redução de Danos como “uma alternativa de saúde pública para os modelos moral/criminal e de doença do uso e da dependência das drogas” (MARLATT, 1999, p.45). Desta forma, o que se esboça na perspectiva da Redução de Danos, não é apenas a rejeição ao modelo proibicionista, mas a afirmação de um modelo de governo mais humanitário, progressista, empático, pragmático e realista, que governe o que pode ser governável dentro da naturalidade do uso de drogas. É nesse ínterim, por exemplo, que Domiciano Siqueira¹¹, ao argumentar sobre uma política de drogas “mais humana”, defende a redução de danos como uma política de drogas baseada no conceito de cidadania, sendo necessário para implementar essa política: “[...] *provar que o mais importante não é o uso de drogas, mas as pessoas que a utilizam*; respeitar suas escolhas e buscar alternativas mais eficientes em termos de Saúde Pública, Direito, Educação e Justiça para então propor uma atuação mais eficaz e mais incluyente.” (SIQUEIRA, 2006, p. 08 grifos meus).

¹⁰ Gordon Allan Marlatt (1941 – 2011) foi professor de psicologia e diretor do Addictive Behaviors Research Center na Universidade de Washington em Seattle. Reconhecido internacionalmente pelos estudos sobre drogas, é considerado como um dos grandes teóricos da redução de danos, tendo sido responsável em 1998 pela organização do livro “Redução de Danos: Estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco” (MARLATT, 1999).

¹¹ Domiciano Siqueira é reconhecido como um dos precursores das ações de Redução de Danos no Brasil, tendo sido fundador e presidente da ONG denominada ABORDA (Associação Brasileira de Redução de Danos) no ano de 1997.

Desta feita, o que observamos é que esse campo discursivo, emerge a partir de toda uma reflexão sobre e na estratégia de *governo*, compreendido como uma estratégia de “estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 2013, p. 288), uma maneira de gerir as condutas da população.

Com efeito, uma espécie de paradoxo, ou desajuste, pode ser formulado: *como se estipula que o fenômeno do uso de drogas é natural e por isso mesmo ingovernável e, ao mesmo tempo, se está a todo momento afirmando um modelo de governo em relação a este uso? Como se governa o que, por definição, é tido como ingovernável? Como se pode mudar o que nunca deixará de ser? Como mudar o curso daquilo que é natural que aconteça, daquilo que é impossível não acontecer? Se faz parte do ser homem (enquanto corpo-espécie) usar substâncias psicoativas, como governar isso que faz parte da própria “psique”, da subjetividade, da necessidade, do desejo humano? Se o uso de substâncias psicoativas é um costume já bem estabelecido, por que precisaríamos de um saber, mais ou menos institucionalizado, para ensinar como usá-las? Mais do que isso, por que criar estratégias para prevenir ou retardar o primeiro uso, por que tentar evitar o que – diz-se – fazer parte do homem? Por que exercer um domínio sobre o homem para limitar, tornar menor, abrandar, reduzir o que faz parte do “ser homem”? Como se estabelece um conjunto de práticas que visam limitar, tornar menor, reduzir algo que nos humaniza? Como governar, no homem, o que o torna “homem” – de modo que tanto mais se governe quando tanto mais este governo obtenha efeitos em termos de “redução”? Que mecanismos viriam a desbloquear o governo disto que aí está “desde o início” e que uma política de repressão falhou em tentar censurar? Como (des)ativar o Homo psicoativus?*

Trata-se, pois, de compreender como o *princípio discursivo de justificação* para uma narrativa que afirma a universalidade do uso de drogas (“os sujeitos sempre usaram drogas, logo sempre usarão”) funciona, ao mesmo tempo, como *elemento prático de aplicação* para um conjunto de políticas que pretende a redução dessa naturalidade (“para se modificar a relação dos sujeitos com as drogas, deve-se modificar os sujeitos e não as drogas¹²”). Em outras palavras, de acessar a lógica dessa estratégia que toma aquilo que chama de “sujeito” como, ao mesmo tempo, *princípio narrativo de naturalização* e *instrumento técnico de intervenção* – intervenção esta que busca, precisamente, *reduzir* ao máximo possível os efeitos dessa mesma naturalização que, no plano narrativo, o discurso constantemente *repõe*.

¹² Ou para remontar às palavras de Domiciano Siqueira (SIQUEIRA, 2006, p. 08), já citado anteriormente: “Foi necessário rever esses princípios norteadores sobre o tema, reavaliar seus resultados e provar que o mais importante não é o uso de drogas mas as pessoas que as utilizam.”.

Questão, em última análise, entre *natureza* e *governo*, ou ainda entre *desejo* e *governo*. Foucault (2008), no curso *Segurança, Território, População* ao descrever uma série de mudanças estratégicas entre as tecnologias do poder soberano e da Biopolítica, explica como a *naturalidade da população* e o *desejo* aparecem como parte integrante dos cálculos governamentais. A naturalidade da população entendida enquanto um objeto técnico-político de governo apareceria de 3 maneiras: 1) a naturalidade da população como um dado secundário, como efeito de um conjunto de variáveis que a constituem e das quais ela é dependente (por exemplo: clima, meios de subsistência, hábitos, costumes, valores morais ou religiosos, etc). Como consequência disto, dessa população estar suscetível às variáveis que a constituem, ela não é totalmente transparente a ação do soberano, esta não pode ser modificada simplesmente pela vontade do soberano na forma da lei; 2) a partir de uma noção de desejo como o “motor” da população, aquilo que direciona o interesse público e é ao mesmo tempo instrumento de governo; e 3) a constituição de regularidades estatísticas em processos relacionados à vida que outrora se achavam como produtos do acaso (número de mortes, de nascimentos, de casamentos, etc). Desta forma, apesar de a população ser tomada como “fenômeno da natureza” (FOUCAULT, 2008, p. 93), haveria uma “naturalidade penetrável da população” (idem p. 94) que permitiria modificá-la. Para tratar da emergência dessa tecnologia de governo que toma a população enquanto seu objeto técnico-científico, Foucault (2008) recorre aos estudos dos fisiocratas do século XVIII. Ademais, para Foucault (2008) teria sido a emergência da população enquanto domínio de realidade que teria desbloqueado a arte de governo no século XVIII.

Segundo Foucault (2008, p. 92), no âmbito do saber econômico, os mercantilistas operavam com uma noção jurídico-política da população, sendo essa definida como: “[...] coleção de vontades submetidas que devem obedecer à vontade do soberano por intermédio de regulamentos, leis, decretos, etc.” (FOUCAULT, 2008, p. 92) Logo, quando os mercantilistas falavam da população, referiam-se à coletânea de súditos de um soberano, ao conjunto de sujeitos de direito que renunciaram às suas vontades para a formação de um Estado Soberano. Os fisiocratas, por seu turno, definiam a população como “[...] um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural” (idem, ibidem). A partir de dados estatísticos e demográficos, da matematização de processos relacionados à vida da espécie humana (taxas de mortalidade, nascimento, crescimento populacional, expectativa de vida, etc), a população é constituída como um emaranhado de processos de conjunto que lhe são naturais. Logo, a população dentro dessa grade de inteligibilidade, não era simplesmente a

soma dos indivíduos que habitavam um território, mas um domínio autônomo da realidade, um fenômeno que obedece às leis da natureza.

Enquanto domínio de realidade, a população sofre a influência de inúmeras variáveis: em relação ao clima, às condições de moradia, de trabalho, aos meios de subsistência, aos valores compartilhados. A população se transforma de acordo com essas variáveis. Entretanto, a população não varia de qualquer forma, mas a partir dessa relação de interdependência com estas variáveis do *meio* que a constitui, e não em razão da vontade direta do soberano.

Portanto há uma diferença fundamental no que diz respeito ao modo como a população é entendida nessas duas abordagens. Dentro do modelo mercantilista, e nas concepções contratualistas do poder, a população é um dado primeiro e que está em íntima relação com a vontade do soberano: a renúncia dos “poderes” da população antecede a formação da soberania e a vontade do soberano. A população é transparente, suscetível e submissa ao poder soberano, que age imprimindo a sua vontade a partir de decretos, de leis, de ordens. No modelo fisiocrata a população não é um dado primeiro, mas aparece em relação a essa naturalidade das variáveis do meio que a constituem. Há uma relação de exterioridade entre a vontade do soberano e o desejo da população. Com efeito, esses procedimentos de conjunto que formam a população não podem ser modificados por decreto, segundo a vontade de um soberano, já que possuem uma natureza própria (FOUCAULT, 2008).

Mas isso não significa que esses procedimentos de conjunto que constituem a população não possam ser transformados. Existe uma “naturalidade penetrável da população” que é maleável a uma estratégia de governo, “[...] contanto que esses agentes e essas técnicas de transformação sejam ao mesmo tempo esclarecidos, refletidos, analíticos, calculados, calculadores.” (FOUCAULT, 2008, p. 94) Torna-se necessário conhecer a natureza da própria população, investigar que variáveis atuam diretamente ou indiretamente nesse funcionamento para conseguir transformá-la. Deve-se conhecer essa naturalidade para não se agir contra essa natureza, mas agir a favor dessa natureza como única forma de transformá-la.

No modelo fisiocrata, esboça-se uma relação de continuidade entre *governo* e *natureza*. A naturalidade da população não constitui um anteparo ao governo, mas torna-se ao mesmo tempo penetrável, instrumento e condição de governo. Só se pode exercer o governo, ou o bom governo, se aquele que governa souber compreender e aceitar a naturalidade/realidade mesma da população, e em relação a esta naturalidade exercer o governo, atuando de maneira indireta ao fenômeno que se pretende governar.

É portanto uma técnica totalmente diferente que se esboça, como vocês vêem: não se trata de obter a obediência dos súditos em relação à vontade do soberano, mas de atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe por cálculo, análise e reflexão que podem efetivamente atuar sobre a população. É essa naturalidade penetrável da população que, a meu ver, faz que tenhamos aqui uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder. (FOUCAULT, 2008, p. 94)

No caso da política sobre drogas, por exemplo, uma das formas mediante as quais que o campo discursivo da Redução de Danos postula o fracasso da política proibicionista é justamente por esta não estar ancorada no que é tido como natural da população – que os homens sempre usaram e sempre usarão drogas. É preciso desvendar a naturalidade da população, saber como ela se constitui, como funciona, para então modificá-la. “Os homens usam drogas” – esse é o primeiro dado de realidade, para governá-lo é preciso partir dessa realidade, entendê-la, e então investigar um conjunto de variáveis periféricas a esse fenômeno, mas que modulariam essa naturalidade. Daí surgem questões do tipo: Em que situações o homem usa drogas? De que maneira costuma usá-las? Por que usa? Que motivações o levam a usar drogas? Que variáveis controlam o uso de drogas? Pode-se estabelecer padrões de consumo? Esses padrões de consumo irão variar de acordo com as faixas etárias, o grau de escolaridade, nível de renda familiar, composição familiar? Os laços afetivos familiares alteram a probabilidade de um uso prejudicial? O acesso à educação, a informação, a cultura, saúde e lazer constituem maneiras de prevenção de um uso prejudicial? Que capacidades, competências ou “habilidades de vida” poderiam prevenir um uso prejudicial de drogas?

Da mesma forma, não se pode ir contra o desejo da população uma vez que este também marca certa naturalidade no que tange aos comportamentos da população. Para os fisiocratas e demais teóricos da população, é precisamente o desejo que constitui o motor de ação da população. “O desejo é aquilo por que todos os indivíduos vão agir. Desejo contra o qual não se pode fazer nada” (FOUCAULT, 2008, p. 95). Mais uma vez não se pode negar a naturalidade da população, não se pode querer frear ou barrar o desejo da população. A questão que o governante deverá se preocupar não é de estabelecer de que maneiras legítimas *dizer não* ao desejo da população. Ao contrário, trata-se de refletir sobre de que maneiras é possível *dizer sim* ao desejo da população, como governar o desejo e incitá-lo ao mesmo tempo. Governar de maneira não a tentar impedir um fenômeno da realidade, mas agir de maneira que outros elementos periféricos¹³ (presentes no *meio*) modulem indiretamente o fenômeno que se quer

¹³ O termo “periférico” está relacionado com a noção de *meio*, citada por Foucault na primeira aula do curso *Segurança, Território, População* (2008). Essa noção de meio constitui-se no século XVIII como uma maneira diferente de lidar com a espacialidade e com o governo da população. Ao se governar diretamente um conjunto de *coisas* que constituem o *meio*, governa-se indiretamente os homens. Portanto, um governo que se exerce de

governar. Governa-se com ações periféricas, quase como se não estivesse governando. É difícil e custoso querer governar isso que é natural, é preciso antes conhecer essa realidade, entender que variáveis periféricas modificam o funcionamento da realidade, para que agindo nas margens, no meio, se altere o suposto “inalterável” da espécie humana.

Tem-se uma população cuja natureza é tal que é no interior dessa natureza, com ajuda dessa natureza, a propósito dessa natureza que o soberano deve desenvolver procedimentos refletidos de governo. Em outras palavras, no caso da população tem-se algo bem diferente de uma coleção de sujeitos de direito diferenciados por seu estatuto, sua localização, seus bens, seus cargos, seus ofícios; [tem-se] um conjunto de elementos que, de um lado, se inserem no regime geral dos seres vivos e, de outro, apresentam uma superfície de contato para transformações autoritárias, mas refletidas e calculadas. A dimensão pela qual a população se insere entre os outros seres vivos é a que vai aparecer e que será sancionada quando, pela primeira vez, se deixará de chamar os homens de “gênero humano” e se começará a chamá-los de “espécie humana. (FOUCAULT, 2008, p. 98).

Feita essa pequena digressão, volto à questão que a antecedeu, acerca de como se estabelecem um conjunto de práticas que visam a limitar, a reduzir algo que nos humaniza. Ou seja, por que se tornou necessário governar o que é natural que aconteça? Como governar no homem o que o torna homem? Como governar o Homo psicoativus? Que mecanismos viriam a desbloquear esse (des)governo, a contornar o incontornável? A hipótese inicial deste trabalho é de que a Redução de Danos desbloqueia o governo dessa naturalidade do uso de drogas a partir de uma estratégia de governmentação que se dá menos em relação ao uso de *drogas em si*, e mais no âmbito das *práticas de subjetivação*. Isto na medida em que se admite de forma mais ou menos implícita que, para haver uma significativa transformação na relação do sujeito com as drogas, é necessário haver uma transformação na relação do sujeito consigo mesmo. Portanto, mudança de ênfase no governo da relação sujeito-drogas. A Redução de Danos efetua, na ordem do discurso, uma naturalização da ideia de que “o uso de drogas é algo constitutivo do humano, uma prática cultural milenar” e utiliza esta ideia como forma de justificar uma série de práticas pedagógicas, medicalizantes e jurídicas que tem como alvo de governo o próprio autogoverno, a forma como cada indivíduo vive sua vida. Na perspectiva proibicionista (da chamada “guerra às drogas”), a forma como se governa o binômio *sujeito-drogas* dar-se-ia, segundo a leitura feita pela Redução de Danos, por meio de estratégias de governo que repousam sobre a interdição e repressão do uso de *drogas* ilícitas. Ou seja, um conjunto de estratégias que são enfatizadas no controle da *droga em si*, impedindo o acesso a estas. A perspectiva da Redução de Danos, lançando mão do que denominamos de dispositivo *Homo*

maneira periférica, no *meio*, naquilo que está ao redor do fenômeno, mas que concorre para a sua produção (FOUCAULT, 2008a).

psicoativus, conforma uma espécie de *superfície-limite da redução de danos*, que ao naturalizar o uso de drogas, permite postular o fracasso da política proibicionista, afirmar a redução de danos como alternativa mais realista e eleger o que se toma enquanto “sujeito” como elemento governável do binômio sujeito-droga¹⁴. A ênfase é dada, pois, no “sujeito”, no momento em que a própria subjetividade se torna a via de acesso ao governo da relação entre “sujeito” e droga. Governa-se de modo a não governar diretamente as drogas, uma vez que o elemento maleável da relação passa a ser o próprio “sujeito”. *Temos, por conseguinte, um novo domínio de constituição do Homo psicoativus, sendo este também constituído pelo conjunto de práticas de subjetivação que tangenciam o governo do binômio sujeito-drogas através de um autogoverno ativo da “psiché” (psiché + ativo), da subjetividade, da conduta*. Isso porque as estratégias de governo na Redução de Danos pretendem a construção de um autogoverno e de um autogerenciamento dos riscos envolvidos no uso de drogas¹⁵.

Em suma, ao realizar uma análise das relações discursivas presentes nos programas de prevenção às drogas e na literatura científica sobre Redução de Danos, objetivo mapear arqueogeneologicamente os enunciados que visam justificar a gestão política e econômica da relação sujeito-droga através de uma política de redução de danos, bem como os enunciados que incitam modos de subjetivação a partir do autogoverno no que diz respeito ao uso de drogas. Nesse ínterim, investigar a constituição desse dispositivo do *Homo psicoativus* enquanto superfície-limite da redução de danos engloba uma análise, por exemplo, a respeito do que a naturalização da “ideia do uso de drogas e de que é impossível uma sociedade sem drogas” coloca em funcionamento no governo do binômio sujeito-drogas e ao mesmo tempo que outros enunciados desqualifica.

As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe os objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, explicá-los, etc. (FOUCAULT, 2015a, p. 56)

¹⁴ Faz-se necessário ressaltar que nos trabalhos foucaultianos o autor tende a estudar a constituição do sujeito em relação às práticas de subjetivação. Quando utilizo a expressão binômio sujeito-droga, ou o termo “sujeito” entre aspas, refiro-me à maneira que os teóricos da Redução de Danos utilizam esse termo, como um objeto “já constituído” que se transforma ao longo dos séculos. Uma discussão mais pormenorizada será realizada ao longo do trabalho, em especial, no capítulo 4 em que se analisa como o próprio sujeito torna-se componente prático de intervenção.

¹⁵ Este último ponto também será aprofundado de maneira específica no capítulo 4.

Com efeito, o que destacamos é que a análise do *corpus* de pesquisa possibilitou o deslocamento da própria noção de *Homo psicoativus*, apresentada no início desta seção. Isso porque observamos que o *Homo psicoativus*, essa narrativa que conta a história do homem a partir do uso de drogas, além de correlato antropológico, compunha um dispositivo ainda mais complexo que agencia questões relativas a governamentalidade do uso de drogas. Esse dispositivo ou superfície-limite da redução de danos corresponde a um conjunto de relações discursivas que estão no próprio limite do discurso, englobando tanto a gramática de enunciação de um determinado objeto e ao mesmo tempo o prisma que conforma o conjunto de cintilações e determinações que permite descrever, ver e narrar esse objeto. Desta forma, essa superfície-limite não funciona apenas de maneira “negativa”, a delimitar e suprimir um campo discursivo, impedindo que outros enunciados sejam enunciados, mas age também de maneira “positiva” produzindo e incitando certas formas de enunciação.

Por conseguinte, *neste trabalho pretendemos realizar alguns apontamentos que contribuam para uma arqueogenealogia da Redução de Danos. Intento investigar a formação do campo discursivo e prático da Redução de Danos, analisando também que práticas de (auto)governo em relação às drogas ela agencia, que “sujeito” e que tipo de relação com a droga é positivado*. Suspeitamos que a Redução de Danos, ao pretender reformular o modo como lidamos com as drogas, ao estabelecer a melhor forma de governar o uso de drogas, elege a *subjetividade* como elemento primordial a ser governável no que tange aos modos de uso da droga. Devido à extensão, dispersão e capilarização desse campo discursivo, tomaremos como *corpus* dessa pesquisa a produção de artigos sobre redução de danos dos últimos 10 anos¹⁶ (2006 – 2016), os documentos da Política Nacional sobre Drogas (BRASIL, 2006) e os conteúdos relativos a 1 programa de prevenção ao uso de droga – *Programa Famílias Fortes* (BRASIL, 2015) – que está sendo implantado durante o ano de 2016, no Brasil, sob supervisão da SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas).

Desta forma, analisaremos a literatura sobre Redução de Danos como formação discursiva que emerge ao mesmo tempo como efeito e instrumento de uma mudança na estratégia de governo¹⁷ do uso de drogas. A mudança dessa estratégia será investigada

¹⁶ A razão de ter escolhido esse período de tempo para realizar a revisão de literatura deve-se ao fato de em 2016 completarem exatos 10 anos que a vigente Política Nacional sobre Drogas (BRASIL, 2006) fora implantada. Embora a PNAD não seja o foco de análise dessa dissertação consideramos que fazer coincidir o período de produção de artigos ao momento da implantação da PNAD possa nos trazer informações acerca de como essa política vem sendo pensada e gestada na literatura científica da área. Destacamos que a PNAD já fora objeto de nossa análise em trabalhos anteriores (BENEVIDES & PRESTES, 2014).

¹⁷O vocábulo “governo”, até então em desuso na língua portuguesa, é reavivado por Veiga-Neto (2005) como um subterfúgio para a ambiguidade do termo “governo”. Na língua portuguesa, utilizamos comumente o termo “governo” para se referir tanto à instituição governamental, administrativa (governo como sinônimo de

através da emergência do dispositivo e correlato antropológico do *Homo psicoativus*, dispositivo que agencia elementos discursivos e não-discursivos: um modo específico de narrar a história das drogas; um modo de desqualificar a política proibicionista e justificar um modo governar o uso de drogas como fenômeno concernente à vida da população; e um modo de produção de subjetividade que positiva um tipo de relação dos indivíduos consigo de maneira a se autogovernar, a se autoavaliar a partir da gerência dos riscos e benefícios que advém de suas condutas. O que denominamos de dispositivo *Homo psicoativus* corresponde ao conjunto de pressupostos, asserções e naturalizações nos quais o campo discursivo da Redução de Danos se apoia para justificar o governo do binômio sujeito-droga e que ao mesmo tempo concorrem para a produção de si a partir de um autogoverno de si

Investigaremos a emergência dessa superfície-limite a partir de uma análise das formações discursivas que ela positiva (os campos de constituição, validação, justificação e as regras de uso dos discursos sobre RD), e a partir das estratégias que são agenciadas por esse dispositivo: os modos pelos quais é constituído, composto, disposto, organizado os domínios entre saber/verdade, poder/governo e subjetividade/sujeito/verdade.

Que enunciados efetivos aparecem na forma recente de narrar a história milenar das drogas? Que enunciados postulam o fracasso da economia política proibicionista? Que grade de inteligibilidade e que critérios de avaliação são dispostos para anunciar o fracasso de uma política antiproibicionista? Qual estratégia de governo é defendida como alternativa? Quais os enunciados de justificação dessa outra maneira de governar baseada na redução de danos? O que significa reduzir danos? Que virtualidades compõem as zonas de risco, perigo e proteção? Como essa nova estratégia de governo opera: o quê eleger como objeto de governo? Que elementos desbloqueiam essa nova forma de governo, tornando-a possível? Que regimes de verdade entram em cena na constituição de um governo através das drogas?

Desta forma, nessa superfície-limite interessa-nos empreender uma análise que foque nas relações entre saber-poder-subjetivação, que encontra regularidades nos enunciados (ou “formações discursivas”) naquilo que é seccionado como formação de saber, como exercício de poder e como prática de subjetivação.

A análise da superfície-limite da redução de danos possibilita perceber como esse dispositivo opera na construção de 3 modalidades de relações entre práticas discursivas e não-

Estado ou como o poder Executivo), como também ao exercício de governo, o ato de governar. Para fugir dessa ambiguidade, Veiga-Neto propõe utilizar o termo *governamento* para se referir unicamente ao exercício de governo, ao ato de governar (VEIGA-NETO, 2005). No item 2.3 do capítulo faço uma discussão mais aprofundada de como são entendidas as relações de governo nesse trabalho.

discursivas principais que estão inteiramente relacionadas: 1) um modo de *narrar a história das drogas a partir de seu uso*, uma naturalização da ideia de que “o uso de drogas é algo constitutivo do humano, uma prática cultural milenar”; 2) *O postulado do fracasso das políticas proibicionistas* com base na naturalização do *uso* de drogas, e através de uma reflexão e avaliação dos modelos de governo das drogas a partir de critérios de uma economia política¹⁸ (racionalidade econômica das drogas); 3) *A produção do governo de uma subjetividade usuária de drogas*: o agenciamento de uma série de *dispositivos de segurança* que acionam um conjunto de práticas periféricas (pedagógicas, medicalizantes e jurídicas) que governam o uso de drogas a partir do governo de uma “subjetividade usuária de drogas”, incitando maneiras específicas do sujeito se *(auto)governar* em relação ao uso. Trata-se da produção de um tipo de pedagogização do uso de drogas, de um tipo de terapêutica que incita ao à autonomia e a produção de “habilidades de vida” como forma de autogerenciamento de riscos e promoção de autocuidado, e o estabelecimento de projetos de vida.

Em resumo, uma mudança nos modos de governamento das drogas que é correlata à criação de um modo específico de narrar a história das drogas (a partir de seus usos, não mais simplesmente pelos efeitos que essas substâncias causam nos organismos), uma reflexão sobre o melhor modo de governar o binômio sujeito-drogas elegendo “a subjetividade”, o autogoverno por parte daqueles que usam drogas como maneira de produzir indivíduos saudáveis. Desta forma, investigaremos de maneira arqueogenológica a formação do dispositivo do *Homo psicoativus*, aqui considerado enquanto superfície-limite da Redução de Danos, analisando que visibilidades e dizibilidades são efetuadas por esses enunciados e que práticas de (auto)governo em relação às drogas ela agencia. Nessas coordenadas mínimas apresento essa zona de litígio em que alguns discursos se antagonizam e se incitam a partir da definição de uma *realidade*, de uma *problemática* e de uma *estratégia* de governo do binômio sujeito-drogas.

1.2 O problema como confissão, a confissão como problema

As questões fabricam-se, como qualquer outra coisa. Se não nos deixam fabricar as nossas questões, com elementos vindos de toda a parte, não importa de onde, se apenas nos são colocadas, não temos grande coisa a dizer. A arte de construir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição de problema antes de se encontrar uma solução. (DELEUZE & PARNET, 2004, p. 11)

Tanto a ternura mais desnaturada quantos os mais sangrentos poderes têm necessidade de confissões. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente. (FOUCAULT, 2010, p. 68)

¹⁸ Por exemplo: diminuição do número de mortes por overdose, pelas disputas entre tráfico, diminuição de *riscos* (sociais e individuais advindos de um mau uso), o acesso às propriedades terapêuticas de drogas ilícitas e os ganhos estritamente econômicos da legalização.

Para narrar como se deu a construção dessa problemática de pesquisa enunciada no item anterior, escolhemos primeiramente trazer em cena a discussão trazida por Gilles Deleuze (DELEUZE & PARNET, 2004) acerca da *arte de construir um problema*. Essa discussão é importante à medida que ela nos ajuda a traçar os descaminhos que compõem a trama através da qual o pensamento se movimenta na escrita dessa dissertação. Ademais, já que nesse trabalho investigaremos a relação entre os regimes de verdade e os processos de subjetivação, utilizamos dessa discussão para problematizar minimamente como essas relações também atravessam o domínio da pesquisa. Não faz parte do escopo desse trabalho apresentar um conjunto de procedimentos técnicos que se devam seguir para a construção de problemas que sejam verdadeiros, pertinentes ou metodologicamente válidos. Ao invés de ensinar um caminho seguro de como se formular um problema, pretendemos desencaminhar os problemas, torná-lo problemáticos, passível de problematização dentro do campo permanente e agonístico das lutas.

No diálogo epígrafe dessa seção, Deleuze fala à jornalista francesa Parnet acerca da dificuldade em responder a uma questão que outrem lhe impõe de imediato. Essa dificuldade reside no fato de que uma pergunta ou um problema já carregar consigo uma série de conexões que lhe são próprias, que constitui determinada trama, estabelecendo de antemão as direções possíveis de uma resposta (DELEUZE & PARNET, 2004).

Lançamos mão desse diálogo um tanto trivial, é verdade, para refletir sobre ao menos 3 dimensões importantes acerca da construção de um problema: 1) Os problemas não existem por si na natureza, mas são frutos de uma criação; 2) Há nessa criação o alinhavar de uma trama, o estabelecimento de relações entre fenômenos, situações, pessoas. Ou, ainda, o estabelecimento de causalidades, codependências, hierarquias, estratificações, sobreposições, continuidades, rupturas, transversalidades, regularidades etc.; 3) A positividade da criação dos próprios problemas, da própria trama, exercer a liberdade de descrever relações entre coisas que parecem não ter nenhuma relação, como maneira de exercitar o próprio pensamento. Como ressalta Benevides (2016), o próprio ato de pesquisar, dentro de uma perspectiva de inspiração foucaultiana, implica um tipo de atitude crítica de desconfiança de tudo aquilo que tomamos como evidência, o que nos leva a um movimento de problematização justamente do que parece ser ponto comum, não problemático.

A própria pesquisa – enquanto ato de problematizar o não-problemático, enquanto forma de pôr em questão o inquestionável, enquanto atividade de desaprender o que todo mundo sabe – é, ela mesma, uma atividade crítica. Não temos aqui essa sequência: a) primeiro a pesquisa como uma leitura neutra, objetiva e imparcial da realidade; b) em segundo lugar, após sua realização, uma crítica, uma síntese, ou uma reflexão. Nada disto. Poderíamos, pois, dizer que a crítica e a pesquisa estão num

mesmo plano, ocorrem em simultaneidade e são co-existent – em uma palavra: a crítica e a pesquisa estão em uma relação de imanência. (BENEVIDES, 2016, p. 269 - 270)

Com efeito, se os problemas são fruto de uma criação, se não são naturais (não existem por si só), é preciso admitir que estes não preexistem a uma criação discursiva. Os problemas não podem, portanto, ser constituídos em termos de uma realidade, necessidade, hierarquia ou inevitabilidade que se impõe ao pesquisador. É justamente pelos problemas não serem transparentes, óbvios ou inevitáveis que passamos tanto tempo construindo o problema e também explicando como o construímos.

Nesse sentido, se a criação do problema é um trabalho *artístico* – como discorre Deleuze – ele o é na medida em que o pesquisador se torna o *artífice* dessa obra. Mais do que expressar uma ideia, um sentimento, um conteúdo, pensamos que escrever uma dissertação talvez seja um exercício de criação que envolve a construção e desconstrução de virtualidades que compõe o plano de imanência no qual a problemática gravita. Nesse ínterim, teceremos na introdução desta dissertação as linhas que compõem a trama que enreda a constituição do problema à medida que tentaremos também desvencilhar e desfazer os nós que o envolvem. Insistimos em utilizar o termo “trama” por acreditarmos que esta noção nos ajude a pensar o próprio trabalho do pesquisador como a construção de linhas que atravessam a problemática estudada. Sobre a noção de trama, Veyne afirma:

A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou romance, *Guerra e paz* ou *Antônio e Cleópatra*. [...] A trama pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre trama porque será humana, porque não será um fragmento de determinismo. (VEYNE, 2008, p. 42)

Veyne (2008) sublinha, pois, que quando o historiador narra um fato histórico em específico ele não se guia por um determinismo que já estipula os caminhos a serem percorridos inevitavelmente, mas urde uma trama que é dependente dos itinerários que escolheu seguir. As linhas que compõem a trama serão então tão múltiplas quanto os caminhos que o historiador deseja seguir, das ferramentas que irá dispor, das fontes de pesquisa que escolher. Por esse motivo há historiadores que fazem descrições curtíssimas sobre o que ocorreu durante todo um século em específico, que ao mesmo tempo decidem realizar narrações gigantescas e minuciosas sobre o que aconteceu durante “apenas” uma década. Com a noção de trama, portanto, abolimos a noção de uma naturalidade dos acontecimentos que ditaria espontaneamente quais fatos seriam importantes e quais seriam irrelevantes dentro de uma pesquisa. Os problemas e objetos de pesquisa não são naturais, mas contranaturais.

Na construção de projetos de pesquisa é comum ler dissertações de mestrado e teses de doutorado no campo das Ciências Humanas em que o pesquisador apresenta o problema de pesquisa a partir do relato de experiências de sua própria vida. Interessante observar que esse tipo de relato é uma regra implícita no fazer pesquisa em ciências humanas, um costume aceito e valorizado dentro da academia. Contudo, essa “regra” aparece de maneira muito sutil nos manuais de pesquisa da área, que se resumem na maior parte das vezes a apenas citar que a experiência pessoal do pesquisador é fonte para a construção de hipóteses e do problema (MARCONI & LAKATOS, 2003) ou ainda que se deve atentar para as implicações das experiências de vida e valores do pesquisador envolvidos nessa construção (GIL, 2008)¹⁹.

Dizemos combater e expurgar o monstro da neutralidade, afirmando os nossos interesses, as nossas implicações na construção da pesquisa, porém nos deparamos com um outro perigo: criamos um dispositivo confessional no próprio seio da pesquisa. Vivenciamos uma encruzilhada na pesquisa em que a neutralidade é uma tolice e a confissão uma armadilha que nos torna fiscais de nós mesmos²⁰. Essa relação entre o *dispositivo pesquisa* e o *dispositivo confessional* merece ser melhor analisada e aprofundada em trabalhos posteriores, contudo consideramos importante que estas questões em torno da confissão e da narração de si fossem minimamente abordadas dentro desta dissertação. Já que esta pesquisa se propõe a analisar as questões da produção de si, da narração de si, dos modos de subjetivação agenciados pelo dispositivo do *Homo psicoativus*, seria interessante também que problematizássemos, ainda que de maneira breve, como essas descrições e narrações de si são agenciadas dentro da própria atividade de pesquisa.

Daí também, essa outra maneira de filosofar: procurar a relação fundamental com a verdade, não simplesmente em si mesmo – em algum saber esquecido ou em um certo vestígio originário – mas no exame de si mesmo que proporciona, através de tantas impressões fugidias, as certezas fundamentais da consciência. (FOUCAULT, 2010, p. 68)

Problematizar os domínios entre neutralidade, objetividade e subjetividade é adentrarmos as questões colocados no plano de uma epistemologia, de uma teoria sobre o conhecimento. Essas questões ditas epistemológicas aparecem justamente no momento em que se pondera sobre a fundamentação de um conhecimento científico. Trata-se fundamentalmente, pois, de um conjunto de atividades de avaliação, julgamento, limitação e validação.

¹⁹ Foram consultados os seguintes manuais de pesquisa: (MARKONI & LAKATOS, 2003; GIL, 2008; QUIVY & VAN CAMPENHOUDT, 1998; SILVERMAN, 2009).

²⁰ Em várias passagens da dissertação utilizamos propositadamente de pleonasmos para enfatizar um tipo de operação reflexiva (que se produz por reflexão) que estabelecemos com “nós mesmos” quando nos narramos, nos avaliamos, nos descrevemos, nos julgamos enquanto sujeitos.

Estranhamente tende-se a ver essa confissão com bons olhos, como uma atitude libertadora frente a uma objetividade fria e asséptica. Reiteramos que não se trata aqui de defender a busca de uma objetividade, e uma não-implicação no fazer da pesquisa (ademais isso seria impossível), mas ver na confissão uma liberação, um pleno exercício de liberdade seria um risco e talvez um erro. Seria necessário operar como uma imagem muito distorcida de como funciona as relações de poder para cair nessa armadilha. Erro suscitado, talvez, por uma imagem eminentemente jurídica do poder, como se este operasse apenas por meio da lei que determina o permitido e o proibido. Somente uma análise que considerasse que o poder se exercesse tão somente pela via do constrangimento, repressão, interdição e coação, poderia ver na confissão um exercício de pura liberdade. Entretanto, é preciso entender que “o poder” não age somente por uma via “negativa” da repressão, ele funciona de maneira “positiva” à medida que produz, distribui, organiza, incita, faz falar. Vejamos, pois, como opera esse dispositivo da confissão na pesquisa como ele nos incita a falar e quais os efeitos desse dispositivo.

Antes de iniciar a escrita, dizem-nos, é preciso remeter o trabalho de pesquisa a sua experiência pessoal, a um sujeito do conhecimento. Uma armadilha é construída: a necessidade de que o sujeito narre toda uma história que liga a constituição do problema de pesquisa àquilo mesmo que este experienciou em sua “vida pregressa”. Nesse processo é comum o relato de experiências vividas no ambiente de trabalho, experiências profissionais, a participação em grupos de pesquisa e estudos, algum sentimento (tristeza, repulsa, curiosidade) – como um novelo de narrativas que enlaça e remete a constituição do problema à própria vida do sujeito.

O início do relato da pesquisa comumente dá-se, pois, através da confissão, no momento em que expressar as dificuldades enfrentadas durante o percurso da pesquisa, os sentimentos eliciados, os desafios superados correspondem também a uma prática de exame de si mesmo, em que nos inventamos como pesquisadores.

Um conjunto de questionamentos tomam forma: por que você se interessou por esse tema? O que viveste para que pudesse formulá-lo? Confesse! E mais do que isso: confesse sua ligação íntima com isso que você pretende pesquisar de modo a atestar e legitimar essa escolha. O relato de todas essas experiências deve remeter a um *continuum* que dubla o momento de criação de um problema. Como se esse conjunto de coisas constituísse o fundo secreto que anima toda a construção de um problema. Nesse fundo secreto restaria o sujeito do conhecimento que dirige seu palavrório a um outro sujeito que avalia, pondera e interpreta a verdade confessa, produzindo efeitos sobre aquele que as enuncia. Essa confissão não se configura, portanto, como fala aleatória, ela é destinada a alguém específico, pressupõe um outro que irá avaliar pesquisa e pesquisador também através desta fala.

Ora, a confissão é um ritual do discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação (FOUCAULT, 2010, p. 70 e 71).

Ousamos dizer que esse elemento da confissão – mesmo que tão ínfimo, informal e sutil dentro da pesquisa – pode funcionar como dispositivo que agencia movimentos de *filiação a uma “causa”* (e.g., você é defensor ou crítico da política proibicionista?), a *uma categoria profissional* (e.g., você fala enquanto um psicólogo redutor de danos?), a *uma linha de pensamento* (e.g., você é um foucaultiano?), a *afirmação de um método* (e.g., para estudar sobre drogas é preciso ir a campo, ir até as cenas de uso), por fim, a *(des)legitimação do discurso e/ou daquele que enuncia* (dependendo da situação, alguns irão lhe desqualificar por “advogar em causa própria”, enquanto outros lhe desqualificarão por falar de algo distante do que vivencia). Há algo da ordem do paradoxal em todo esse enquadramento: se admitimos que os problemas não são pré-existentes a uma enunciação discursiva, se estes não existem por si só, se não estão aí “soltos no mundão”, não há motivo para estabelecermos de antemão os modos (ou ao menos algumas balizas) pelos quais esperamos que seja possível construí-los.

Com essas problematizações não se trata também de defender a tese de que os problemas surgem do nada e que tais experiências sejam desnecessárias, inúteis ou inferiores a algo de outra ordem. Nem muito menos negar que exista relação entre pensamento e vida; mas é preciso, todavia, como sinalizou Deleuze (2004, p. 11) “que se possa construir os próprios problemas”, e ainda que seja possível construí-los do atravessamento de diversas experiências e de diferentes intensidades, sem que essa narração opere por meio da confissão e sem que o problema, uma vez construído, possa fazer o caminho reverso e reaparecer como mero semblante, expressão ou testemunha de uma vivência afetiva, psicológica, pessoal.

O exercício que fazemos é problematizar em que medida pode-se ligar esse tipo de narração daquilo que o pesquisador vivenciou, daquilo que ele “sentiu na pele”, daquilo que ele “viu se desenrolar aos próprios olhos”, um tipo de prática judiciária específica que Foucault denominou de aleturgia judiciária (FOUCAULT, 2011). As práticas judiciárias, de maneira genérica, compõem um conjunto de regras e procedimentos pelos quais aprendemos a nos julgar, a avaliar nossas faltas e nossos erros, as formas de modelar os homens em função de

ratificar os agravos cometidos, e que de maneira transversal conformam relações específicas entre verdade e subjetividade.

As práticas judiciárias – a maneira pela qual, entre os homens se arbitram, os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar através da história – me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas. (FOUCAULT, 2002, p. 11)

A aleturgia judiciária consiste em um modo de manifestação do verdadeiro que está intimamente ligado “a primeira pessoa”, àquela que presenciou o acontecimento em questão, estando relacionada a figura da testemunha ocular da história. Com efeito, o que há de específico na prática judiciária da denominada aleturgia judiciária é que esta funciona como um procedimento de veridicação (processo de produção da diferenciação entre o verdadeiro e o falso, o legítimo e o ilegítimo) que recai sobre o “eu”, sobre “a primeira pessoa”, mas que é no limite exterior a esse “eu” que narra. Exterior à medida que se trata de dizer o verdadeiro a partir do relato de um fato, um episódio transcorrido, uma situação vivenciada que é exterior àquele que “fala” no texto da pesquisa. Um tipo de narração que, segundo Foucault (2011), corresponde à emergência da figura da testemunha, que viu e presenciou a verdade:

[...] chegou o dia em que o dizer verdadeiro pôde autenticar-se de sua verdade, pôde afirmar-se como manifestação da verdade, precisamente na medida em que aquele que fala pôde dizer: sou eu quem detém a verdade e sou quem detém a verdade porque sou eu quem a viu, e tendo-a visto eu a digo. Essa identificação do dizer verdadeiro e do ter visto o verdadeiro, essa identificação entre aquele que fala e a fonte, a origem, a raiz, da verdade, é ela, sem dúvida um processo múltiplo e complexo que foi capital para a história da verdade em nossa sociedade. (FOUCAULT, 2011, p. 63)

Poder-se-ia contestar que apesar do esforço de problematizar os domínios entre pesquisa e dispositivo confessional, também não fugi de fazer uma confissão nessa pesquisa, de que não elencar minhas experiências fortuitamente constitua uma confissão ainda que imprecisa e ao avesso. De que ainda que escrever não seja mera representação do que se vive, seja uma forma inevitável de expor-se e entregar-se a avaliação.

Sempre evitei falar de mim,/ falar-me. Quis falar de coisas./ Mas na seleção dessas coisas/ não haverá um falar de mim?// Não haverá nesse pudor/ de falar-me uma confissão,/ uma indireta confissão,/ pelo avesso, e sempre impudor?// A coisa de que se falar/ até onde está pura ou impura?/ Ou sempre se impõe, mesmo/ impuramente, a quem dela quer falar?// Como saber, se há tanta coisa/ de que ou não falar? E se o evitá-la, o não falar,/ é forma de falar da coisa?// (MELO NETO, 2010, p.103)

Reiteramos que nossa intenção não é a de uma recusa total do falar de si através ou na própria pesquisa, mas problematizar a relação que se constrói muito facilmente entre os modos de se fazer pesquisa em ciências humanas e o dispositivo confessional. Os modos pelos quais aprendemos a narrar a construção do problema remetendo-o a nossa própria vida, constitui uma maneira de submeter-se a uma avaliação não apenas do que foi produzido, mas também do que se viveu e do que se é, produzindo maneiras de (des)qualificação do discurso.

Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever. (FOUCAULT, 2015a, p. 21)

Nesse sentido, acreditamos que seja mais interessante pensar a construção do problema menos como uma série de *estabelecimentos ligados em série* (que traçam esse *continuum* entre vida e obra e que dubla a criação de um problema de pesquisa) do que o problema como um *curto-circuito*. Um sobressalto, uma urgência. Sem estar fundamentado na necessidade ou utilidade, ele urge de maneira improvável, impele-nos a seguir por uma estrada que ainda não conhecemos, mas que pensamos ter encontrado alguns poucos pontos de referência para prosseguir, muito embora não saibamos o que encontraremos no caminho.

O problema não é ser isto ou aquilo no homem, mas antes o de um devir inumano, de um devir universal animal: não tomar-se por um animal, mas desfazer a organização humana do corpo, atravessar tal ou qual zona de intensidade do corpo, cada um descobrindo suas próprias zonas, e os grupos, as populações, as espécies que o habitam. [...] E por que eu não inventaria um discurso sobre alguma coisa, ainda que esse discurso seja totalmente irreal e artificial, sem que me peçam meus títulos para tal? A droga às vezes faz delirar, por que eu não haveria de delirar sobre a droga? Para que serve essa sua ‘realidade’? Raso realismo, o de vocês. E então por que você me lê? O argumento da experiência é um mau argumento reacionário (DELEUZE, 2006, p. 21).

Foucault (2007) argutamente nos ensina a desconfiar da “solenidade da origem”, do conjunto de narrações gloriosas com os quais se costuma narrar “os inícios” da história de maneira sublime e asséptica, como o momento anterior à grande podridão, à escrita incólume à sujeira. Da mesma forma, é necessário questionar essas descrições em tornos “dos começos” dentro da pesquisa, principalmente quando se liga a construção do problema como o reflexo ou consequência de uma experiência de si. Ressaltamos, uma vez mais, que a construção do problema é menos uma continuidade do que um momento de ruptura. “A lógica de um pensamento é o conjunto das crises que ele atravessa, assemelha-se mais a uma cadeia vulcânica do que a um sistema tranquilo e próximo do equilíbrio” (DELEUZE, 2006, p. 106). Pensamos que a criação não seja o resultado de um conjunto de experiências que possam ser elencadas de

maneira linear, mas um conjunto de estranhamentos que irrompem através de um incômodo, uma desordem, sendo difícil elencar uma casuística a partir da experiência.

[...] O que acontece é que escrever/ é ofício dos menos tranquilos:/ se pode aprender a escrever,/ mas não a escrever certo livro.// Escrever jamais é sabido;/ o que se escreve tem caminhos;/ escrever é sempre estrear-se/ e já não serve o antigo ancinho.// Escrever é sempre o inocente/ escrever do primeiro livro./ Quem pode usar da experiência/ numa recaída de tifo?// (MELO NETO, 2009, p. 170)

Desta forma, talvez não exista meios de descrever o momento exato do nascimento do problema que move a escrita desta dissertação, nem elencar o conjunto de experiências que tornaram possível essa construção, que ainda se encontra em movimento: “Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida” (DELEUZE, 2013, p.11). Contudo, é possível afirmar que um estranhamento emerge tempos após a experimentação de textos, documentos, filmes, palestras e trabalhos que versavam sobre políticas sobre drogas ou sobre, especificamente, redução de danos, e em paralelo a minha aproximação com o chamado “campo dos estudos foucaultianos”²¹.

Um rápido encantamento pelo “paradigma” de Redução de Danos levou-nos a uma espécie de imersão na literatura sobre drogas e nas discussões sobre diferentes abordagens de política de drogas. O “paradigma²²” da Redução de Danos nos encantou inicialmente por defender uma política sobre drogas que procurava não criminalizar o usuário, não patologizar o uso de drogas e apresentar uma proposta mais “humanitária”, “empática” e “progressista” em relação às políticas de guerra às drogas.

A Redução de Danos apresenta-se como uma abordagem alternativa à política proibicionista, como uma estratégia vinculada a uma política de saúde. Toda uma discussão da necessidade da “questão das drogas” ser um assunto vinculado não a uma política de segurança, mas a uma política de saúde pública e de direitos humanos. Com toda essa argumentação que os defensores da Redução de Danos capitaneavam restava a constatação do quanto uma política proibicionista era uma forma inútil para lidar com as drogas e ao mesmo tempo “desumana”, causadora de maiores danos do que os que tentava evitar. A RD apresentava-se, assim, como uma alternativa mais racional, eficaz e humanitária.

²¹ O que denominamos “campo dos estudos foucaultinos” inclui não somente os próprios seminários, entrevistas e obras do pensador francês, como os trabalhos de outros autores que utilizavam das ferramentas fornecidas por este para realizar suas próprias pesquisas.

²² Utilizo o termo “paradigma” porque é assim que alguns autores e profissionais da área se referem ao denominar o que seja a perspectiva da Redução de Danos, dando ênfase a capilaridade que essas práticas assumem. O termo “paradigma” será discutido na Parte III dessa dissertação, no momento em que argumento sobre o porquê tratarei esse conjunto de práticas menos como um “paradigma”; e, mais, como um campo discursivo.

Ainda que concordemos acerca dos prejuízos de uma política de guerra às drogas, o que nos causava certo incômodo e estranhamento era perceber que a RD também agenciava toda uma série de controles sobre a vida das pessoas. Começamos, pois, a desconfiar que em torno desse “paradigma” mais humanitário, progressista, empático, pragmático e realista desenvolve-se toda uma estratégia de controle mais sutil. Que subsiste nesse campo discursivo uma reflexão sobre e na estratégia de *governo*, compreendido como uma estratégia de “estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244), uma maneira de gerir as condutas da população.

Junto a essa suspeita percebíamos uma regularidade no modo como os trabalhos sobre redução de danos se organizavam. A grande maioria dos trabalhos iniciava com uma premissa a ser defendida: *os homens sempre usaram e sempre usarão drogas, sendo impossível uma sociedade sem drogas* já que as drogas sempre teriam feito parte da cultura dos homens. A sistemática repetição dessa premissa, a unanimidade na aceitação deste enunciado é reiteradamente acompanhada de um outro enunciado: a da impossibilidade de governar esse fenômeno por meio de medidas *proibicionistas, repressivas*. Nesse ínterim, o que nos causava um certo estranhamento era que esses autores argumentavam sobre a impossibilidade do governo desse fenômeno não por este ser um fenômeno natural incontornável e ingovernável, já que ao contrário estava-se a todo momento defendendo a *necessidade de governar* esse fenômeno. Governá-lo, contudo, de uma maneira que não fosse pela via da repressão. Ou seja, o que nos inquietava era perceber que todo esse ramerrão em torno da inevitabilidade do uso de drogas era utilizado não para contestar qualquer tentativa de governar esse fenômeno, mas para desqualificar um tipo específico de governo desse fenômeno, um governo por via da repressão. Ao contrário, grande parte dessas pesquisas não só aventa a possibilidade de governo desse fenômeno como reivindica a necessidade de que este seja governado, e governado de uma maneira “realista”, “racional”, “pragmática”, “empática”.

Com efeito, um aparente paradoxo é formulado: ao mesmo tempo que esses enunciados são utilizados para atestar a *naturalidade do uso* de drogas (e sua incontornabilidade) e para desqualificar uma política proibicionista, eles também são utilizados para se reclamar a *necessidade do governo* desse fenômeno. Naturalidade/inevitabilidade do uso de drogas e necessidade do governo: foi a partir da investigação da complexa relação entre esses dois enunciados e desse “paradoxo” que pudemos construir a problemática em torno da qual essa dissertação se constrói.

2. DOS INDICADORES-TÁTICOS: PESQUISAR COM MICHEL FOUCAULT

2.1 Pesquisar com Michel Foucault

[...] se você quiser lutar, eis alguns pontos-chave, eis algumas linhas de força, eis algumas travas e alguns bloqueios. Em outras palavras, gostaria que esses imperativos [que embasam a análise teórica] não fossem nada mais que *indicadores táticos*. Cabe a mim saber, é claro, e aos que trabalham no mesmo sentido, cabe a nós por conseguinte saber que campos de forças reais tomar como referência para fazer uma análise que seja eficaz em termos táticos. Mas, afinal de contas, é esse o círculo da luta e da verdade, ou seja, justamente, da prática filosófica. (FOUCAULT, 2008, p. 06 grifo nosso).

No capítulo anterior, iniciamos uma discussão sobre a arte de construir de problemas, desnaturalizando estes à medida que argumentávamos a respeito da trama discursiva que os constrói. Partindo de Deleuze (DELEUZE & PARNET, 2004) ressaltamos ainda a importância e potência que resulta da criação dos próprios problemas, dos próprios conceitos, sendo esta criação o trabalho precípuo do filósofo. Nesse capítulo abordaremos como alguns conceitos e “métodos” fornecidos por Foucault funcionam como “indicadores táticos” (FOUCAULT, 2008), pistas para definir quais linhas de força tomar como referência para empreender esta pesquisa.

Apresentaremos nas próximas páginas, portanto, nossas “pistas de pesquisa”, o conjunto de armas, ferramentas e indicadores táticos que ao mesmo tempo perfazem a construção do objeto de pesquisa e indicam modos de investigá-lo a partir de uma determinada grade de análise. Embora muitos conceitos sejam (re)criados no desenrolar da pesquisa, trata-se nesse momento de apresentar a arqueogenealogia foucaultiana como “método” e *ethos* de pesquisa que possibilita investigar a emergência da Redução de Danos enquanto campo discursivo e prático. Ao longo desse percurso também tentaremos explicitar algumas decorrências teóricas, metodológicas, epistemológicas e políticas que se impõem a esse referencial: os (des)caminhos e entraves que nos lançamos ao pesquisar com Foucault. Contudo, antes de apresentar a arqueologia e a genealogia como indicadores táticos de pesquisa, faz-se necessário remontar a uma discussão anterior sobre o que se entende sobre “método”, “metodologia”, “teoria” e “prática” dentro do campo dos estudos foucaultianos e o porquê de utilizar a noção de indicadores táticos pra pensar e fazer funcionar essas questões dentro da pesquisa.

Há uma discussão recorrente dentro do campo dos estudos foucaultianos que dispõe sobre a pertinência da utilização do termo “método” ao se referir a maneira de proceder a uma investigação que toma as contribuições foucaultianas como inspiração. Sobre essa questão

Veiga-Neto (2009) argumenta que a arqueologia e a genealogia podem ser definidas como métodos, desde que se parta de uma conceituação de “método soft” (em contraposição a uma noção de “método hard”). Uma noção de “método hard” definiria este como conjunto de procedimentos prescritivos, formais e nomotéticos que se deveria seguir de maneira rígida para se obter um conhecimento válido e/ou verdadeiro. Esse tipo de concepção de método resguarda em sua rigidez a função ao mesmo tempo policalesca e ortopédica de conformação dos discursos, os modos de enunciar o verdadeiro (VEIGA NETO, 2009).

Em contraponto, a noção de “método soft” apesar de também incitar regras de enunciação do discurso, formas de perspectivar um objeto, ele não adere a um tipo de formalismo metodológico que decreta a pura obediência às regras técnicas de investigação de uma problemática. A flexibilidade desse tipo de perspectiva não reside, pois, na negação da “teoria”, de princípios ou regras metodológicas, ou ainda em uma suposta neutralidade na construção do saber. Como discutido anteriormente, se os conceitos são indicadores táticos é porque eles sinalizam caminhos, apresentam maneiras de investigar e que aspectos levar em consideração nessa luta que alimenta a construção do saber. Portanto, a flexibilidade nessa perspectiva consiste em seu caráter eminentemente parcial, regional e inconcluso: em que a construção da problemática de pesquisa, a maneira de investigá-la e os conceitos utilizados estão perpetuamente num jogo de tensionamento, retroalimentação e transformação mútuos.

Mais exatamente, em Foucault, as relações entre teoria e prática são fragmentárias e parciais, além de se reportarem a problemáticas regionais, localizadas, e de se darem num regime de rede e de revezamento. Esse agenciamento entre teoria e prática, entre “teorização” e “ativismo”, por seu retorno irá ressoar significativamente não só na redefinição do papel atribuído aos intelectuais na sociedade, mas também no alargamento, na complexificação e na redefinição da própria práxis política. (GADELHA, 2015, p. 116)

Com efeito, trabalhar com um “método soft” não significa adotar uma postura ingênua de negação da “teoria”, de que “vale tudo” e de que não há rigor dentro dessa perspectiva. Há a exigência, portanto, de que o pesquisador seja *rigoroso*, mas não necessariamente *rígido* na criação das maneiras de investigar dada problemática (VEIGA NETO, 2009).

Benevides (2016) ao também discorrer sobre algumas questões pertinentes àqueles que pesquisam com Foucault chama a atenção para o fato de que a arqueogenalogia não corresponde estritamente nem a um conjunto de *fundamentos* teórico-metodológicos, nem muito menos a um conjunto de *procedimentos* técnicos que deveríamos seguir quando fazemos pesquisa, mas a uma forma específica de *perspectivar* uma problemática.

Nesse ínterim, Benevides (2016) destaca que além de considerarmos o saber como dependente de uma determinada perspectiva, é necessário ainda entendermos que este também é resultado de relações de poder eminentemente belicosas e que o saber é sempre múltiplo, regional. Com efeito, o referido autor sublinha a importância de compreendermos a produção de saber a partir de seu caráter ao mesmo tempo: “[...] *perspectivo* (depende de um ponto de vista), *agonístico* (implica em relações de poder, de luta e de conflito) e *múltiplo* (não-passível de unificação).” (BENEVIDES, 2016, p. 237). A insistência na noção de indicadores táticos nesta dissertação é por considerar esta noção uma via interessante de referir-se a essas 3 “características” que são fundamentais para explicitar a forma como os aspectos “metodológicos”, “teóricos” e “práticos” são entendidos na construção desse trabalho, e ainda para enfatizar o caráter *estratégico* do conhecimento. A seguir explanaremos mais detalhadamente essas 3 “características” que estão intimamente articuladas entre si.

O caráter *múltiplo* do conhecimento, dentro dessa perspectiva, reside no fato deste não visar a uma totalidade, nem ser passível de unificação. Ao contrário, a forma como o conhecimento é unificado (tratado enquanto unidade discursiva) é que deve constituir como um dos pontos para uma análise arqueológica, por exemplo, que problematize como essa unidade foi constituída (FOUCAULT, 2015a). Ao invés de procurar o ponto de unificação do conhecimento, dentro desse referencial talvez seja mais interessante entender a sua zona de dispersão.

Assumir o caráter *perspectivo* do saber é antes de tudo reconhecer que este é uma operação complexa contingente a um modo específico de construção e enunciação, não existindo neutralidade quando falamos de produção de conhecimento. O saber não ocupa um lugar de isenção nas relações de poder, mas está imerso nessas relações e é por elas também constituído. Não há, portanto, um lugar isento e seguro a ser buscado na construção do saber. Sobre essa não-neutralidade na construção do saber, Guattari e Rolnik (2008) afirmam ainda que a implicação é tanto maior quando se tem o discurso do outro como objeto de seu próprio saber. No caso das ciências sociais e psicológicas, por exemplo, a especificidade desse trabalho faz com que esses especialistas atuem diretamente na produção de subjetividades, e aqueles que tentam se resguardar na figura de mero “mediador”²³ (como forma de se isentar dessas relações) assumem imediatamente uma postura reacionária, já que irão reproduzir os modelos hegemônicos de produção de subjetividade (GUATTARI & ROLNIK, 2008).

²³ Esse caráter produtivo, e não simplesmente “mediador”, de um conjunto de práticas que tomam corpo em dispositivos jurídicos e psicológicos será também questão de análise ao longo do capítulo 04.

O perspectivismo é entendido neste trabalho como uma forma de agonismo, em contraposição tanto a um “realismo científico” (no qual há a pretensão de que o conhecimento se mova na direção da Verdade, para alcançar o conhecimento objetivo e universalmente válido), como a um “relativismo pacifista e pluralista” que buscaria explicações compreensivas e celebraria as diferenças entre os saberes (BENEVIDES; BOTELHO; VIEIRA, 2015). Ainda que essas perspectivas estejam aqui apresentadas de maneira caricaturada, a intenção nessa exposição é argumentar que assumir o caráter perspectivo do conhecimento não significa necessariamente aceder a um relativismo pacifista que celebra o pluralismo de “correntes teóricas” e harmoniza as questões eminentemente políticas através de uma relativização da produção da verdade. De maneira diversa, trata-se de entender que o conhecimento é imanente a essa relação de forças, e que o conhecimento é mais uma violência que uma benevolência com as coisas que investiga (FOUCAULT, 1999).

Destarte, entender o saber como político não significa desqualificá-lo, mas afirmar a própria política como condição de possibilidade para a *criação* do saber à medida que este é resultado de uma luta, de um agonismo das forças, ao passo em que onde não exista política viveríamos a pura dominação (FOUCAULT, 1999; BENEVIDES, 2015). “Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar não dos filósofos, mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder” (FOUCAULT, 2002, p. 23).

Dentro dessa perspectiva agonística, na esteira de Nietzsche e Foucault, faz-se necessário destacar que o conhecimento é uma *invenção* que resulta desse embate de forças. Foucault (2002) refere-se a Nietzsche de maneira elogiosa como um “insolente” pela coragem e destreza de em pleno século XVII (período em que vigorava o kantismo ou neokantismo) argumentar que o conhecimento é uma invenção. Afirmer que o conhecimento é uma invenção tem, pelo menos, 4 consequências: 1) que o conhecimento não tem uma origem, uma essência, um momento de sublime aparição, mas vários começos inconfessáveis e infames; 2) que o conhecimento não provém de uma lei formal, mas do campo político das lutas; 3) que o conhecimento não está inserido na natureza humana como um instinto que nos levaria a conhecer as coisas, mas que ele é contranatural; 4) que não há relação intrínseca de continuidade e harmonia entre aquele que conhece e as coisas que são conhecidas, mas uma relação de violência; 5) que o conhecimento é, portanto, sempre estratégico, uma operação complexa que é resultante do interstício das lutas. (FOUCAULT, 2014).

O caráter perspectivo do conhecimento não deriva da natureza humana, mas sempre do caráter polêmico e *estratégico* do conhecimento. Pode-se falar do caráter

perspectivo do conhecimento porque há batalha e porque o conhecimento é o efeito dessa batalha. (FOUCAULT, 2002, p. 25 grifos meus)

Desta forma, uma quarta e última característica do saber seria o fato deste ser *estratégico*, já que o caráter perspectivo deriva desta relação agonística e estratégica da formação dos discursos. Com efeito, a insistência na noção de indicadores táticos dá-se pelo fato desta constituir uma via interessante de ressaltar e reativar o caráter ao mesmo tempo *perspectivo, agonístico, múltiplo*, como afirma Benevides (2016), e também *estratégico* da produção de saber.

O indicador tático é, portanto, uma pista, uma sinalização estratégica que nos permite analisar determinadas linhas de forças, de se inserir nesse campo das lutas (FOUCAULT, 2008). Se o conhecimento se dá de forma estratégica, é prudente que os conceitos e as atitudes ou indicações metodológicas funcionem como coordenadas táticas. Coloca certos domínios em contraposição a outros, ensina-nos a demorar-se no que é tido como banal, não-problemático, indicando caminhos por onde começar a caminhar.

O indicador não é, contudo, um guia, ou um *modus operandi*, mas uma referência, uma forma de se localizar, um lugar do qual partimos e ao mesmo tempo um lugar que necessitamos partir/desfazer a todo momento, já que a “pesquisa não parte de pressupostos, mas parte os pressupostos” (BENEVIDES, 2015, p. 266). Não é, portanto, uma metodologia fechada, um conjunto de procedimentos rígidos que se deveria aplicar no próprio trabalho de modo a dirimir todos os problemas que a pesquisa nos coloca.

Quando as pessoas seguem Foucault, quando têm paixão por ele, é porque têm algo a fazer com ele, em seu próprio trabalho, na sua existência autônoma. Não é apenas uma questão de compreensão ou de acordo intelectuais, mas de intensidade, de ‘ressonância’, de acorde musical. Afinal, as belas aulas se parecem mais a um concerto que a um sermão, é um solo que os outros ‘acompanham’. (DELEUZE, 2006, p. 108)

Finalmente, tomar as contribuições foucaultianas como indicadores-táticos é assumir o desafio de não necessariamente imitar Foucault, construir os mesmos problemas que este investigou, nem de esperar que este venha redimir o saber, tornando-o uma espécie de “ídolo” (NIETZSCHE, 2006). O desafio que se impõe ao “pesquisar *com* Foucault” implica não fazer um uso meramente utilitário de suas contribuições, mas procurar valer-se destes indicadores de modo particular, local, fazendo-os funcionar no próprio trabalho e, porventura, modificá-los e até abandoná-los. Com efeito as “teorizações” Foucaultianas funcionam como indicadores táticos com a qual pudemos inventar a problemática de pesquisa e traçar maneiras de investigá-la.

2.2 Arqueologia: o discurso e suas regras de formação, validação e uso

Discurso batalha e não discurso reflexo. Mais precisamente, é preciso fazer aparecer no discurso funções que não são simplesmente as da expressão (de uma relação de forças já constituída e estabilizada) ou da reprodução (de um sistema social preexistente). O discurso – o simples fato de falar, empregar palavras, utilizar as palavras dos outros (com o risco de retorná-las), palavras que os outros compreendem e aceitam (e, eventualmente, por sua vez, as retornam) –, esse fato é em si mesmo uma força. O discurso é para a relação das forças não apenas uma superfície de inscrição, mas um operador. (FOUCAULT, 2011a, p. 221)

O chamado “período”²⁴ arqueológico do pensamento foucaultiano corresponde a produção das obras *História da loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber*. Não me interessa nesse trabalho fazer uma resenha das obras arqueológicas de Foucault, mas destacar algumas provocações e teorizações Foucaultianas que possibilitam investigar a problemática estudada. Sirvo-me da arqueologia enquanto ferramenta analítica que possibilite estudar a Redução de Danos também a partir de seu campo de dispersão, investigando os enunciados que são agenciados dentro desse campo discursivo.

Foucault (2015b) explica que a palavra “*arqueologia*”, que designa o seu método de pesquisa, é utilizada para se diferenciar tanto da *epistemologia* (como saber que investiga a validade e coerência interna de uma ciência) quanto da *história* (enquanto história das ideias, da consciência, das totalidades). Como esclarece Machado (2007), a epistemologia se instaura como instância reflexiva da racionalidade do conhecimento, que atua avaliando e julgando a racionalidade intrínseca de determinada ciência, validando e atestando a própria cientificidade de uma ciência. De modo similar, quando se fala de uma história epistemológica, trata-se de um estudo do movimento progressivo da racionalidade, das transformações ocorridas no interior da própria cientificidade. A arqueologia, por seu turno, não se pretende a fazer uma apreciação dos enunciados em termos de verdadeiro e falso, legítimo e ilegítimo, mas constitui uma crítica à própria ideia de racionalidade e a história cândida da ciência.

[...]enquanto a epistemologia, pretendendo estar à altura das ciências, postula que a ciência ordena a filosofia, como diz Bachelard, a arqueologia, reivindicando sua independência em relação à qualquer ciência, pretende ser uma crítica da própria ideia de racionalidade.[...] procedimento que implicará tanto o abandono da ciência como objeto privilegiado quanto a conservação da exigência filosófica de realizar uma

²⁴ Faz-se necessário destacar que a definição de “períodos” dentro dos trabalhos foucaultianos pode ser problemática se entendida como uma forma rígida de sistematização de fases que se superpõem e se superam. Não obstante, é notório que elementos da arqueologia estarão presentes ainda na genealogia, como é o caso da recusa a uma pesquisa sobre a origem. Portanto, esses “períodos” aqui descritos, como a passagem da arqueologia para genealogia, dizem respeito mais a deslocamentos na investigação do que um abandono e superação total da “fase anterior”. Desta forma, essa distinção em fases cumpre mais uma tentativa de matizar o deslocamento das ênfases e objetivos entre a arqueologia e a genealogia (entendo que há continuidades, mas também rupturas) do que uma sistematização total do pensamento foucaultiano.

análise conceitual, e não simplesmente factual. Desaparecimento, portanto, das categorias de ciência e epistemologia que tem como correlato o aparecimento de um novo objeto, o saber, e um novo método, a arqueologia. (MACHADO, 2007, p. 9 - 10)

Com o intuito de acurar a especificidade do tipo de análise com que procede a suas investigações, comumente Foucault (re)introduz vocábulos estranhos a gramática das ciências humanas da época, ao passo em que evita utilizar termos “pesados”, fatigados das muitas análises e significados que comportam dentro da gramática das ciências humanas. Como é o caso do vocábulo “arqueologia”, utilizado para explicar o seu “método” de investigação. Por utilizar termos incomuns a essa gramática, inevitavelmente outro tipo de confusão é gerada como consequência desse próprio estranhamento. Contudo, talvez esse problema possa ser mais facilmente dirimido quando está distante da ortodoxia dos legisladores do saber, que mais do que requerer certa objetividade, parecem pretender delimitar e se apossar de um domínio de saber. Como o próprio Foucault (idem) salienta no caso da arqueologia, essa confusão advém do radical *arkè* (origem) possibilitando que o termo possa ser erroneamente associado à pesquisa da origem (como pesquisa dos grandes inícios, do nascimento) ou ainda que se remeta ao ato de “escavar” (de procurar o sentido subterrâneo, profundo que subjaz aos acontecimentos). À revelia de também realizar esse tipo de pesquisa, Foucault (idem) explica que a arqueologia pode ser resumida como uma “descrição do arquivo”.

Por arquivo entendo o conjunto de discursos efetivamente pronunciados; e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos. (FOUCAULT, 2015b, p. 151).

Sendo assim, uma pesquisa arqueológica ao eleger como objeto de investigação os enunciados efetivos, àqueles enunciados que foram enunciados, difere-se de uma análise da língua que investiga os enunciados possíveis. Foucault (2015a) trata desta problemática ao especificar a diferença entre uma análise da língua e uma análise dos acontecimentos discursivos. Uma análise da língua estudaria as regras de formação dos discursos para estabelecer que outros tipos de enunciados teriam sido possíveis a partir do seguimento desse conjunto de regras sintáticas, morfológicas, gramaticais e semânticas que compõem um idioma. “Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos?” (FOUCAULT, 2015a, p. 33). De maneira contrária, uma investigação sobre os acontecimentos discursivos buscaria na análise das regras de formação dos discursos investigar porque alguns discursos específicos foram enunciados e

outros não. A análise da língua estudaria o conjunto de regras finitas que são estabelecidas para se formar uma infinidade de enunciados possíveis. Uma análise arqueológica dos acontecimentos discursivos trata de um conjunto sempre finito e contingente às sequências linguísticas que tenham sido formuladas.

Trata-se de investigar essas regras de formação sem remeter a uma análise dos significados ocultos, secretos, mas investigar o que está no *limite* e na própria *superfície* dos discursos. “Tento, ao contrário, definir relações que estão na própria superfície dos discursos; tento tornar visível o que só é invisível por estar muito na superfície das coisas” (FOUCAULT, 2015b, p. 152). Foucault insiste em trabalhar com o conceito de superfície também para afastar o discurso da profundidade e da interioridade. “Tento, ao contrário, definir relações que estão na própria superfície dos discursos; tento tornar visível o que só é invisível por estar muito na superfície das coisas” (FOUCAULT, 2015b, p. 152).

Logo, uma recusa também a realizar algo semelhante a uma hermenêutica ou interpretação do discurso que buscaria o conteúdo profundo e meio mágico deste, o não-dito do discurso. Foucault (2015c) aponta como um dos pontos problemáticos da interpretação o fato desta implicar em um trabalho infinito. A todo o momento se está interpretando e voltando a se referir ao último conteúdo interpretado, que também já é uma interpretação. Quanto mais longe se vai nessa sequência de interpretação corre-se o risco de chegar em um ponto de ruptura em que esta ou regrediria ou se anularia, quando também se necessita interpretar a própria grade interpretação ou quem a interpretou (FOUCAULT, 2015c).

Com efeito, uma investigação arqueológica irá atentar para a formação dos discursos não para analisar que outros enunciados seriam possíveis, ou buscar interpretar seus significados ocultos, mas para investigar as regras de formação dos discursos que foram efetivamente enunciados. Isso significa tratar o discurso como uma prática que está submetida a regras de formação, enunciação, seleção, distribuição, funcionamento. Trata-se de investigar essas regras de formação sem remeter a uma análise dos significados ocultos, secretos, mas investigar o que está no *limite* e na própria *superfície* dos discursos.

Para investigar como os discursos se formam, e analisar os acontecimentos discursivos, Foucault (2015a, p.25) afirma que a arqueologia precisa primeiramente realizar um “trabalho negativo”. Esse trabalho consiste em livrar o discurso de noções que remetem o discurso a uma continuidade, a uma unidade, e que por esse motivo tentem a reduzir a singularidade dos acontecimentos discursivos. Portanto, uma atitude de suspeita e problematização frente as noções de “tradição”, “influência”, “desenvolvimento”, “evolução”, “mentalidade” e “espírito” que tendem a interligar os enunciados como uma grande unidade ou

sequência, e que pouco oferecem para se investigar os embates, os dissensos, as disputas entre os discursos (FOUCAULT, 2015a). Da mesma forma, as noções de “autor”, “obra”, “livro” constituem-se como pesadas “unidades irrefletidas do discurso”, como grandes unidades que se aceita, de modo geral, sem muitos questionamentos e que também remetem a ao problema da continuidade.

Uma investigação arqueológica não deve aceitar, de antemão, todas essas unidades como um terreno estável de onde podemos tranquilamente erigir as questões que essas unidades suscitam. Ao contrário, trata-se de voltar-se a esses enunciados e ver de que maneiras eles constituem-se enquanto unidades, para analisar de que maneiras se formaram como conjunto, que teorias as justificam e a supõem. Em suma, analisar esses enunciados não para entender a coerência interna dessa unidade, mas para investigá-los juntamente a todas as outras regras de formação dos discursos, para apreendê-las no próprio campo de dispersão em que estas se precipitam.

[...] certamente tomarei por marco inicial unidades inteiramente formadas (como a psicopatologia, ou a medicina ou a economia política); mas não me colocarei no interior dessas unidades duvidosas para estudar-lhes a configuração interna ou as secretas contradições. Não me apoiarei nelas senão o tempo necessário para me perguntar que unidades formam; com que direito podem reivindicar um domínio que as especifique no espaço e uma continuidade individualizante no tempo; segundo que leis elas se formam; sobre o pano de fundo de que acontecimentos discursivos elas se recortam; e se, finalmente, não são, em sua individualidade aceita e quase institucional, o efeito de superfície de unidades mais consistentes. Aceitarei os conjuntos que a história me propõe apenas para questioná-los imediatamente. (FOUCAULT, 2015a, p. 32)

Da mesma forma, a arqueologia irá problematizar as regularidades discursivas que se constituem a partir da ligação entre a descoberta de um “tema” ou “objeto” e uma disciplina (no sentido de campo do saber). Como, por exemplo, se um belo dia a descoberta de um objeto como o *uso* de drogas fosse o que determinasse uma transformação nos estudos sobre drogas e inaugurasse a formação da Redução de Danos como campo de saber. Sem dúvida a constituição do uso de drogas como objeto de saber constitui um elemento importante para a organização de um saber sobre o uso de drogas, mas não é isso por si só que constitui a formação do campo da Redução de Danos. Como Foucault (1999, p. 18) ressalta “[...] as grande mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas de vontade de verdade.” Com efeito, será necessário investigar tanto o que possibilitou a emergência desse objeto, como também o conjunto de procedimentos que o inserem na ordem do discurso, do verdadeiro, que os avizinha ou afasta de outros objetos, e as condições que possibilitam que outros pesquisadores possam estudar esse objeto, complementá-lo, modificá-lo (FOUCAULT, 2015a). Destarte, um outro conjunto

de operações que não são determinadas diretamente pelas características do objeto em si, mas a esse conjunto de procedimentos que são exteriores a este e que perfazem a maneira como o saber é organizado, selecionado e distribuído. Não há nada no objeto – drogas ou uso de drogas – que determinasse que um campo de saber se organizasse a partir desse objeto enquanto domínio de um saber (FOUCAULT, 2015a; FOUCAULT, 1999).

[...] o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos de luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. (FOUCAULT, 2015a, p. 54 e 55)

Finalmente esse trabalho toma as “indicações metodológicas” foucaultianas a respeito da arqueologia enquanto ferramenta analítica e metodologia de pesquisa, de modo a analisar o campo discursivo da Redução de Danos por uma via que não seja a da alegoria, da profundidade, da interpretação, da continuidade linear e das unidades refletidas do discurso. À revelia de realizar esse tipo de pesquisa, esse trabalho pretende investigar o campo da Redução de Danos enquanto prática discursiva imanente a um *campo de constituição, de validação* (enunciados de justificação) e de *regras de uso*, que estão no limite e na superfície dos discursos²⁵.

2.3 Genealogia: uma histórico-política das relações de poder

Seria preciso tentar estudar o poder não a partir dos termos primitivos da relação, mas a partir da própria relação, uma vez que é ela que determina os elementos dos quais trata: mais do que perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder deles mesmos ou de seus poderes para se sujeitar, é preciso procurar saber como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos. (FOUCAULT, 1997 p. 71)

Se a produção arqueológica emerge em uma espécie de ponto de inflexão e agonismo em relação a uma tendência de investigação estruturalista que se consolidava no campo das ciências humanas, as investigações genealógicas estão intensamente relacionadas às transformações políticas ocorridas no final da década de 60 e início da década de 70. A grande efervescência política, intelectual e cultural da época reverberava também no âmbito das ciências humanas que, demandadas a rever seus posicionamentos políticos, passavam a ser “[...] auscultados e questionados em seus compromissos com o *status quo* e com o sistema capitalista,

²⁵ De maneira bem discernível essas “indicações metodológicas” de Foucault serviram de inspiração também para a tratar do dispositivo do *Homo psicoatívo* como espécie de *superfície-limite da Redução de Danos*. Como já mencionado anteriormente, reiteramos que além desses elementos “discursivos”, o conceito de dispositivo ou de superfície-limite da Redução de Danos possibilita compreender também o conjunto de estratégias, procedimentos, técnicas que são agenciadas e ativadas no governo do uso de drogas (elementos que irei dispor no item subsequente). Ressalto ainda que a intenção nesta seção era apresentar, de maneira breve, a arqueologia enquanto ferramenta analítica e metodológica. Uma discussão pormenorizada sobre as possíveis formações discursivas em relação ao campo discursivo e prático da Redução de Danos serão apresentadas conforme as decorrências da pesquisa.

por efeito de uma aliança entre os ‘saberes sujeitados’ e certa crítica teórica erudita (Foucault, Deleuze, Guattari, Lyotard, Derrida, etc.)” (GADELHA, 2009). Período que possibilitará a construção, por parte de Foucault, de um arsenal teórico-metodológico que reposicionará as análises sobre o poder, a partir da investigação histórico-política de uma genealogia dos poderes. Contudo, faz-se necessário ressaltar que não é apenas a partir desse momento que os trabalhos foucaultianos se “politizariam”. Gadelha (2015) argumenta que no período arqueológico já existia uma preocupação por parte de Foucault acerca do conteúdo político dos saberes e da relação iminente política de sua construção.

[...] talvez seja mais correto, ou produtivo pensar que ele [Foucault], nesse período [de ingresso no College de França], sofre uma inflexão, radicalizando-se politicamente, radicalização esta que se deve tanto à efetiva entrada em cena do poder em suas problematizações, quanto a articulação deste ao saber, ocasião em que o pensamento foucaultiano devém propriamente arqueogenealógico. (GADELHA, 2015, p. 111)

Foucault (2005) discorre que essa investigação histórico-política da genealogia dava-se pela conexão de uma erudição e do conteúdo de saberes sujeitados (o saber das pessoas ou ainda aqueles saberes desqualificados como não-científicos) que perfaziam uma resultante: “um saber histórico das lutas” (idem, p. 13). Trata-se da emergência de conteúdos históricos até então suprimidos e sufocados pelos discursos totalitários, que ao se insurgirem através da crítica e da erudição deixam claro o antagonismo das lutas, as relações de *saber-poder* que atravessam as instituições e o corpo social (FOUCAULT, 2005). Desta forma a genealogia constitui-se como uma “anticiência” (FOUCAULT, 2005, p. 14) à medida que se firma nesses saberes sujeitados (nesses saberes desqualificados pela vontade de verdade da época) para opor-se às tentativas de sistematização e totalização do discurso que ganham força no campo da ciência, para opor-se aos efeitos de poder do discurso científico.

A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, formal e científico. [...] Eu dirá em duas palavras o seguinte: a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem. (FOUCAULT, 2005, p. 14 - 15)

Nesse ínterim, esse acoplamento entre os saberes sujeitados e um saber erudito, possibilitam que a genealogia crie uma análise específica das relações de poder. Uma análise que, segundo Foucault (2005), não fosse refém do “economicismo”, que não entendessem o poder como efeito de superestrutura das relações econômicas estruturais que o constituíam. Como apresentado por Castro (2009), há no pensamento Foucaultiano um deslocamento para

pensar as relações de poder não mais pelo analisador da “guerra” (portanto um deslocamento em relação à “hipótese Nietzsche”)²⁶, mas repensar essas relações através do analisador privilegiado do “governo”. Esse deslocamento não se trata de um total abandono, visto que alguns elementos do analisador da guerra permanecem, trata-se sobremaneira de uma nova articulação que engendra novos problemas e novas pesquisas, no caso em questão a problemática do governo de si e dos outros a partir do estudo do poder pastoral e da governamentalidade (FOUCAULT, 2008; FOUCAULT, 2011).

O poder, no fundo, é menos da ordem do confronto entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo”. [...] Governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros. O modo de relação próprio ao poder não deveria, portanto, ser buscado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária (que não podem ser mais do que seus instrumentos), porém, do lado desse modo de ação singular – nem guerreiro nem jurídico – que é o governo. (FOUCAULT, 2013, p. 288 – 289)

Desta forma, esse reposicionamento conceitual permitia afastar as análises sobre as relações de poder de uma lógica binária de guerra, do “um contra o outro” (oprimidos X opressores; dominantes X dominados; A X B), para colocar-se no âmbito das estratégias, da disseminação e multiplicidade das táticas pontuais que têm por objetivo conduzir a conduta dos homens. Veiga-Neto (2011) discute que esse deslocamento para a problemática do governo se coaduna com o movimento empreendido por Foucault das análises da relação Saber-Poder para a relação entre Sujeito-Verdade-Governo, quando o autor já se aproxima dos estudos sobre as práticas de si na antiguidade e no cristianismo.

Na esteira dessas reflexões o autor apresenta na obra “*A História da Sexualidade I: a vontade de saber*” (Foucault, 2010) algumas indicações do modo como ele opera com o conceito de poder, ressaltando que entende este a partir de uma perspectiva nominalista: “[...] o poder não é uma instituição, nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2010, p. 103). Nessa mesma obra o autor acrescenta pelo menos 5 pistas de como podemos entender as relações de poder: 1 – o poder não é uma mercadoria, uma posse, mas uma relação entre forças que é desigual e dinâmica; 2 – não existem relações exteriores

²⁶ Segundo Castro (2009), apesar de Foucault no curso *Em Defesa da Sociedade* debruçar-se inicialmente sobre a “hipótese Nietzsche” (que define o poder como relações de guerra) acaba por operar um deslocamento em relação a esta. Devido a uma confusão que o analisador guerra poderia gerar (ver o embate de forças sempre como duas forças contrárias e binárias) e mesmo pela insuficiência desse analisador para investigar as relações de gerenciamento realizado sobre os outros e sobre si mesmo. Desta forma, Castro (2009) argumenta que Foucault cria o conceito de governo e passa a analisar as relações de poder cada vez mais por esse analisador, e cada vez menos pelo analisador “guerra”.

que viriam se sobrepor as relações de poder (relações econômicas, psicológicas, de produção, de sexualidade), já que estas relações são imanentes a este; 3 – não há uma fonte centralizadora de onde o poder emanaria e se estenderia até os aspectos mais ínfimos da sociedade. As relações de poder são linhas de forças múltiplas, que podem convergir em determinadas instituições criando homogeneizações, entretanto estas constituem-se como *efeitos* dessa rede de alianças e distribuições a nível estratégico, e não a *causa* que produziria as relações de poder; 4 – as relações de poder por serem estratégicas possuem “intencionalidades”, direcionamentos, alvos e objetivos. Contudo, essa intencionalidade não advém de um caráter “subjetivo” do poder, não há um “sujeito do poder” que acione toda uma cadeia de controles, o que existem são agenciamentos móveis “anônimos” que se produzem nas próprias tramas de poder; 5 – Onde existe poder existe também resistência, sendo que esta também não mantém uma relação de exterioridade ao poder (FOUCAULT, 2010).

Por conseguinte, apesar do próprio Foucault (2013) definir como o seu grande objeto de pesquisa o sujeito, e não o poder, este só pôde empreender suas análises ao estudar o sujeito imerso em complexas relações de poder que ao mesmo tempo objetivavam e “subjetivavam” o sujeito. Portanto, as análises sobre o poder constituem-se como um método de investigação e não uma teoria geral e unitária sobre o poder. Não obstante, ao longo de seu trabalho o autor desenvolve toda uma maneira de conceber as relações de poder que se afastavam do modelo jurídico-filosófico, e de um viés negativo do poder (como aquilo que atua apenas pela via da repressão, da interdição), para estudar o poder em sua positividade, no que ele construía. “Era, portanto, necessário estender as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos usá-la ao estudar a objetivação do sujeito” (FOUCAULT, 2013, p. 274).

No curso *Segurança, Território e População* (Foucault, 2008), o conceito de governamentalidade²⁷, utilizado pelo filósofo francês, permite abordar a problemática do governo de uma forma mais ampla. Há uma ampliação do conceito, de modo que as análises não se restrinjam a compreender o governo exclusivamente como o regime político de um Estado ou ainda como o poder executivo desse Estado. Assim, Foucault ao voltar-se para o estudo do (auto)governo da conduta dos homens como algo aquém e além do Estado, posiciona a problemática do governo como analisador privilegiado das relações de poder à medida que se entende governo enquanto “[...] tipos de racionalidades que envolvem conjuntos de

²⁷ O conceito de governo e de governamentalidade assumem uma função privilegiada para o desenvolvimento dessa pesquisa. As análises em torno da governamentalidade do uso de drogas agenciada pelo campo discursivo e prático da Redução de Danos transversalizará todo o trabalho, mas será analisada de maneira mais específica nos capítulos 03 e 04.

procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens.” (GADELHA, 2009, p. 120).

Nessa mesma linha de raciocínio o conceito de governamentalidade é utilizado de maneira imanente e singular o suficiente para investigar as transformações dessas táticas de governo. Analisando através deste conceito não necessariamente as práticas reais de governo, mas a própria *instância reflexiva* que se coloca como problema avaliar qual a melhor forma de governar a conduta dos homens, ou seja, uma reflexão que se exerce *nas* e *sobre* as práticas de governo (BENEVIDES & PRESTES, 2014).

Através do conceito de governamentalidade é possível, pois, fazer uma pesquisa que também se coloque no nível das estratégias de governo que são agenciadas para governar o uso de drogas, de modo que as análises acerca dos programas de prevenção ao uso de drogas estudados não girem em torno da avaliação destes em termos de eficácia e efetividade, ou ainda no registro da (des)humanização das intervenções adotadas. Não nos propomos a responder questionamentos do tipo: Qual modelo de intervenção seria mais economicamente viável e mais efetivo? O que iria abrandar ou modificar as taxas de mortalidade pelo uso de drogas? É melhor legalizar o uso de drogas e poder garantir que o usuário faça um uso controlado ou é melhor reprimir o uso e aumentar as penalidades? Você é contra ou a favor do modelo de redução de danos?

Ao invés de partir do uso de drogas como um objeto de estudo sobre o qual se deveria pensar com vistas a (re)criar um modelo mais econômico e/ou mais humano para a política nacional sobre drogas, pretendemos situar a análise justamente na problematização da emergência desse tipo de questionamento, como o uso de drogas aparece como algo a ser discutido, avaliado e ponderado acerca do modo de governar esse fenômeno, esse campo de ações (BENEVIDES & PRESTES, 2014). Trata-se, portanto, de situar-se no ponto de investigação não das origens dessas práticas (o ponto zero, lugar privilegiado da verdade), nem tampouco da avaliação destas, mas sim nas condições de suas emergências. Entendendo a “investigação da emergência” como um tipo de análise que se coloque no nível das estratégias, das maquinações, dos procedimentos, dos embates, dos entraves, das discontinuidades, dos dissensos e intensidades que permitiram codificar o uso de drogas como algo ser gerido, controlado, governado. Nesta medida, proponho-me na pesquisa fazer breves apontamentos que possam contribuir para uma análise (arqueo)genealógica deste fenômeno.

[...] marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história - os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna,

o momento em que eles não aconteceram. [...]A genealogia não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da "origem". (FOUCAULT, 2007, p. 15- 16)

A relação de Foucault com a história parece se estabelecer através de uma ambiguidade e de uma tensão, é preciso afirmar e negar a história em um mesmo movimento. É preciso falar da história enquanto filósofo, jornalista, ativista. A história é o que nos delimita, quem nos fornece pistas para pensarmos aquilo que somos hoje, mas aquilo também que já estamos deixando de ser (DELEUZE, 2006). A história enquanto princípio de inteligibilidade e de crítica. Desta forma, quando Foucault recorre à história é para fazer uma anti-história, para não fazer a história cândida das ideias, das transformações puras do verdadeiro, nem o movimento sincrônico e estável de bola de neve da grande História natural do objeto. Nesse ínterim, se Nietzsche recorre à história para esconjuram a metafísica, Foucault recorre a esta para destronar a quimera da origem²⁸ (NIETZSCHE, 2006; FOUCAULT, 2007)

Nesse ínterim, a pesquisa genealógica possibilita investigar a própria construção dos objetos, incitando a investigação daquilo que parece não ter história para mostrar como esta naturalização foi construída a partir de complexas relações de saber-poder. É também inspirado nas indicações metodológicas da genealogia que um dos questionamentos principais dessa pesquisa dá-se pondo em suspeita a naturalização do uso de drogas, que é tido como ponto fora de discussão de diversas pesquisas e práticas.

Vê-se muito bem que não se sabe o que fazer com as drogas (mesmo os drogados), mas também não se sabe como falar delas. Ora se invocam prazeres, difíceis de descrever e que já supõem a droga. Ora, ao contrário, invocam-se causalidades demasiadamente gerais, extrínsecas (considerações sociológicas, problemas de comunicação e incomunicabilidade, situação dos jovens, etc.). (DELEUZE, 2016, p. 158)

Com efeito, trata-se de analisar o programa de prevenção ao uso de drogas (Programa Famílias Fortes) de modo a pensar quais as condições de possibilidade tornam possível que este documento se entrelace aos demais dispositivos de poder agenciados em prol do governo dos sujeitos e das drogas, e de que formam atuam nesse governo. “Como ele [o documento] é tornado operacionalmente possível, como múltiplas relações de força, intrincadas e cruzadas, o conformam como um dispositivo de poder.” (BUJES, 2002, p. 99)²⁹.

²⁸ Será tomando por base essa relação ambígua da genealogia com a história, que nos possibilitará analisar durante o capítulo 03 como se pode proceder a naturalizações também por meio de um excesso de historicização.

²⁹ Apesar de que o documento que Bujes (2002) analisa em sua pesquisa, de inspiração foucaultiana, seja o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, sirvimo-nos aqui das contribuições desta autora para pensar metodologicamente em como analisar os conteúdos do Programa Famílias Fortes (BRASIL, 2015) de prevenção ao uso de drogas.

Este programa de prevenção ao uso de droga, portanto, não será compreendido na pesquisa como o episódio fundante no qual se institui o governo dos sujeitos usuários de drogas e do próprio fenômeno do uso de drogas. O programa será entendido muito mais como efeito, como mais um dos nós de um complexo emaranhado de agenciamentos coletivos que permitem o governmentamento desses sujeitos. Devendo, pois, também estes documentos ser problematizados à medida que se constituem como mais um dos dispositivos de gerência da vida, entendendo este [o programa] já enquanto efeito de uma complexa relação de saberes e poderes. Trata-se de tomar os conteúdos desse programa enquanto materialidade da pesquisa, e de investigar, sobremaneira, as condições de possibilidade para a emergência desses programas de prevenção e o que eles colocam em funcionamento no governo da conduta dos homens. Reiteramos que o Programa Famílias Fortes (BRASIL, 2015) será entendido não como causa, mas como efeito da própria governamentalização das drogas. Isso porque entendemos que não é somente a partir da construção ou implementação deste programa que se *institui* um plano de governo ao uso de drogas, mas que este é antes efeito dessa governamentalização.

Finalmente, a importância de analisar os discursos que são agenciados pelo campo discursivo e prático da Redução de Danos podem nos dar algumas pistas para compreendermos os modelos de vida que estão sendo gestados, e quais os regimes de verdade que emergem na constituição de um plano de governo que tem por objetivo regular o fenômeno do uso de drogas. [...] o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensão tão variadas. (FOUCAULT, 2005, p. 19)

2.4 Compendo “pistas”: apresentação do *corpus* de pesquisa

Realizada essa explanação de como a arqueologia e a genealogia se constituem como indicadores táticos para a pesquisa, neste capítulo apresentaremos de maneira breve o *corpus* a que essa pesquisa se dirige. Como já dito anteriormente, essa pesquisa pretende *investigar a formação do campo discursivo e prático da Redução de Danos, analisando também que práticas de (auto)governo em relação às drogas ela agencia, que sujeito e que tipo de relação com a droga é positivado*. A problemática da Redução de Danos se capilariza de maneira vertiginosa por se constituir como domínio de saber, e ao mesmo tempo se imiscuir às políticas de educação, de saúde, de segurança, justiça, de assistência, bem como no plano da militância e ativismo político. Para realizar essa pesquisa, torna-se necessário eleger alguns objetos, no meio dessa infinidade de campos pelos quais o tema se articula, para torná-la

exequível de investigação. Para realizar esta pesquisa tomarei como *corpus* artigos científicos sobre Redução de Danos produzidos no Brasil durante os últimos 10 anos³⁰, indexados na plataforma Scielo, e o conteúdo de 1 programas de prevenção ao uso de drogas que está sendo implantado no ano de 2016 em todo o Brasil, sob supervisão da SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Portanto, investigarei tanto a literatura científica que versa sobre esse campo discursivo, como também os programas de prevenção que articulam e determinam modos de governo em relação ao uso de drogas.

Realizado levantamento na plataforma *Scielo* com o método de pesquisa “integrada”, no local “Brasil” com os seguintes descritores: “Redução” e “danos”, e no campo busca a opção “todos os índices”. Inicialmente os seguintes filtros foram escolhidos: publicações escritas em português, e restrição do ano de publicação de 2006 a 2016. Esse primeiro levantamento obteve 255 resultados, entretanto muitos artigos correspondiam a áreas das ciências agrárias (92 resultados), engenharias (11 resultados), ciências exatas e da terra (3 resultados), que continham as palavras “redução” e “danos”, mas que tratavam de um assunto bastante diverso da problemática estudada. Desta forma, um novo filtro fora aplicado excluindo essas “áreas temáticas” em específico, obtendo-se 156 resultados. Retirando-se as entradas repetidas e excluindo artigos que pela leitura do título ou do resumo constatava-se que claramente não compreendiam a problemática estudada, resultou um total de 52 artigos³¹.

O programas a ser analisado, recebe a denominação de “Programa Famílias Fortes” (BRASIL,2015). Esse programa se constitui como uma adaptação de um programa desenvolvido nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, sendo a adaptação e tradução deste programa uma parceria entre o Ministério da Saúde (MS), Ministério da Justiça (MJ) por meio da SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas) e o UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes).

O *Programa Famílias Fortes* (BRASIL, 2015a) em sua versão original *Strengthening Families Programme* foi desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da Oxford Brookes University, no Reino Unido. No Brasil a adaptação foi feita pelo Ministério da

³⁰ Como dito anteriormente, a delimitação do período de 10 anos coincide propositalmente com o ano de implantação da Política Nacional sobre Drogas (BRASIL, 2006) ainda vigente, e que tem como um de seus eixos, o eixo “Redução de Danos”.

³¹ Mesmo após os filtros estabelecidos pelas “áreas temáticas” ainda apareceram artigos que não condiziam com a problemática estudada. Esses artigos excluídos versavam sobre diversos assuntos como: desastres ambientais, impactos ambientais do uso de combustíveis fósseis, estudos bioquímicos sobre colônias de bactérias, contaminações ambientais, correta manipulação de instrumentos cirúrgicos, análise de custos dos serviços de saúde, os danos à saúde ocasionados pela atividade laboral, etc.

Saúde e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. O *Programa Famílias Fortes* também não é promovido diretamente por instituições de saúde, salvo raras exceções, mas tem os Centros de Referências da Assistência Social (CRAS) como principais executores.

Um dos principais motivos para essa articulação ser feita através dos CRAS's deve-se ao fato do programa estabelecer como objetivo principal o fortalecimento dos vínculos familiares como maneira de prevenir riscos – objetivo compartilhado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), especificamente pela Proteção Social Básica³² (BRASIL, 2015; BRASIL, 2004). Portanto, o *Programa Famílias Fortes*, pretende prevenir o uso de drogas através do fortalecimento de vínculos familiares, entendendo prevenção como: “1 - impedir que o uso de drogas ocorra; 2 – reduzir o uso de drogas quando não temos meio de impedir; 3 – postergar o início do uso de drogas” (BRASIL, 2015, p. 07).

Desta forma, o *Programa Famílias Fortes* tem como público-alvo famílias que tenham em sua composição crianças e adolescentes com idades de 10 a 14 anos. O programa é dividido em 7 encontros semanais de 2 horas cada, tendo 3 facilitadores (1 dos 3 deve ser obrigatoriamente um Assistente Social) e sendo cada encontro dividido em 2 momentos: o primeiro momento acontece simultaneamente com os jovens e os familiares, mas estes encontram-se em salas separadas, como grupos distintos: o grupo dos familiares (grupo 1a) em um espaço e o grupo dos jovens (grupo 1b) em outro.³³ Dispõe-se que em um espaço ficarão os familiares e 1 facilitador (grupo 1a), e em outro espaço os jovens e 2 facilitadores (grupo 1b). O segundo momento (2) ocorre como a reunião entre o(s) responsável(is) familiar(es) (grupo 1a) e os jovens (grupo 1b) em uma atividade conjunta. Cada momento desse comporta uma atividade e um objetivo específico distinto, embora em todos os momentos estes objetivos estejam relacionados ao grande objetivo geral do programa. De modo que no primeiro encontro, por exemplo, o grupo 1a estará trabalhando o tema “Amor e Limites”, o grupo 1b o tema “Ter metas e sonhos”, e no segundo momento o tema “Apoiar as metas e os sonhos” (BRASIL, 2015).

O *Programa Famílias Fortes*, apesar de se configurar como um programa de prevenção ao uso de drogas, aborda o uso de drogas em si de forma muito lateral e acessória, dedicando apenas o encontro 6 do grupo 1a (familiares) em que o tema é especificamente “proteger contra o abuso de substâncias”. Todos os demais encontros e momentos

³² “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares.” (BRASIL, 2004, p. 33)

³³ A divisão do primeiro momento em grupo 1a e grupo 1b, é apenas para didaticamente esclarecer que apesar de estarem acontecendo ao mesmo tempo, nesse primeiro momento não há o contato entre jovens e responsáveis, cada um está desenvolvendo uma atividade específica em um ambiente distinto.

correspondem a temas genéricos que não versando diretamente sobre o uso de drogas poderiam ajudar a prevenir situações de uso, tais como: “pressão dos amigos e bons amigos”, “ter metas e sonhos”, “atingir metas”, “compreender os valores familiares”, “seguir regras”, etc.

Nesse ínterim, esse programa se configura como um programa que atua sob a perspectiva da Redução de Danos, já que justificam a maneira que pretendem governar o fenômeno do uso de drogas sem objetivarem como meta a abstinência total ou a erradicação do consumo de drogas. Trata-se, pois, de um programa que segue os mesmos princípios de governamentalidade estabelecidos pelo campo discursivo e prático da Redução de Danos: 1) tomam o uso de drogas como uma realidade, sendo impossível impedi-las; 2) atua nesse governo “paradoxal” de governar o ingovernável, de prevenir o que não se pode impedir; 3) utiliza noções de redução de riscos (ou danos) e fatores de proteção como indicadores de estratégias de governo; 4) utiliza estratégias que dão ênfase mais às práticas de subjetivação do que ao controle do uso de drogas em si.

Finalmente, problematizar esses documentos é também questionar uma série de enunciações discursivas que definem práticas sobre e através da constituição de subjetividades. Essa pesquisa, inspirada no pensamento foucaultiano, pretende fornecer subsídios para desnaturalizar essas produções discursivas, problematizá-las, torná-las menos óbvias, permitindo ensaios e produções de outros modos de subjetivação do que se passa na experiência do sujeito com a droga.

3. CAPÍTULO 03: *HOMO PSICOATIVUS* E O SUJEITO COMO COMPONENTE DISCURSIVO DE NATURALIZAÇÃO/JUSTIFICAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DE DANOS

Iniciamos a escrita desta dissertação nos remontando a construção de uma narrativa que naturaliza o uso de drogas como uma experiência ao mesmo tempo universal e transhistórica, e anunciamos a nossa hipótese acerca da emergência da figura do *Homo psicoativus* como essa maneira de narrar a história que objetifica o homem a partir do uso de drogas. Nesse sentido o uso de drogas é visto ao mesmo tempo como algo constitutivo do ser humano e que contribui para a sua sociabilidade. No presente capítulo discorreremos sobre como essa narrativa ao naturalizar o uso de drogas funciona também como componente de desqualificação das políticas proibicionistas (em razão desta ser descrita como irreal, ineficaz e moralista) e de justificação da estratégia de redução de danos (em razão desta ser descrita como uma prática mais realista, eficaz e atrelada a integridade bio-psico-social do homem).

Com efeito, nos capítulos 3 e 4 discorreremos como a figura do *Homo psicoativus* funciona a eleger o *sujeito* ao mesmo tempo como componente discursivo de naturalização/justificação da estratégia de redução de danos (capítulo 03) e como componente prático de intervenção (capítulo 04). Enfatizaremos, portanto, a função que exerce o *Homo psicoativus* nessa relação de saber e poder. Trataremos, pois, de descrever o funcionamento do dispositivo do *Homo psicoativus* enquanto superfície-limite da redução de danos. Para isso recorreremos especificamente nesse capítulo a leitura dos artigos que compõem o *corpus* dessa pesquisa, para situar de que maneira essa naturalização do uso de drogas não só objetifica o homem, como ao mesmo tempo mesmo tempo desqualifica um certo tipo de governo baseado na repressão e afirma um modo de governar que julga “dialógico”, “humano”, “horizontal” e “realista” na redução dos danos associados ao uso de drogas. Com efeito o *Homo psicoativus* funciona como dispositivo de naturalização do uso de drogas, de desqualificação do modelo proibicionista como estratégia de governo e desloca a ênfase do governo para “o sujeito” ou a “subjetividade” como aquilo sobre o qual deve incidir o governo da relação sujeito-drogas. Logo, a grosso modo, podemos afirmar que esses dois últimos capítulos tratarão de questões ligadas a governamentalidade, pois analisaremos as reflexões, as justificativas e racionalizações que são agenciadas pelo paradigma de redução de danos para governar a relação que se estabelece entre o “sujeito” e a droga.

A fim de realizar tal empreitada nos remontaremos uma vez mais a essa história sobre o uso de drogas para analisar de que maneira a naturalização do uso de drogas decreta o

erro da política proibicionista, e de como a construção de uma “hipótese repressiva às drogas” é o que para esses autores possibilita “resolver” o paradoxo que anunciamos no primeiro capítulo: de que forma essa narrativa ao mesmo tempo afirma a naturalidade/inevitabilidade do uso de drogas, como algo que faz parte do tornar-se homem, e ao mesmo tempo reivindica a necessidade do governo?

3.1 Hipótese repressiva às drogas: a impossibilidade de dizer não às drogas e o postulado do fracasso da política proibicionista

Que com certeza/ Está na natureza, será que será? O que não tem certeza, nem nunca terá/ O que não tem conserto nem nunca terá/ O que não tem tamanho.// O que será que será/ Que vive nas ideias desses amantes/ Que cantam os poetas mais delirantes/ Que juram os profetas embriagados/ Que está na romaria dos mutilados/ Que está na fantasia dos infelizes/ Que está no dia a dia das meretrizes/ No plano dos bandidos, dos desvalidos/ Em todos os sentidos, será que será/ O que não tem decência, nem nunca terá/ O que não tem censura, nem nunca terá/ O que não faz sentido// O que será que será/ Que todos os avisos não vão evitar/ Porque todos os risos vão desafiar/ Porque todos os sinos irão repicar/ Porque todos os hinos irão consagrar/ E todos os meninos vão desembestar/ E todos os destinos irão se encontrar/ E mesmo o Padre Eterno que nunca foi lá/ Olhando aquele inferno, vai abençoar/ O que não tem governo, nem nunca terá/ O que não tem vergonha, nem nunca terá/O que não tem juízo. (BUARQUE, 1976, grifos nosso)

As dúvidas que gostaria de opor à hipótese repressiva têm por objetivo muito menos mostrar que essa hipótese é falsa do que recolocá-la numa economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVII. (FOUCAULT, 2010, p. 17)

Para analisar o que denominamos de “hipótese repressiva às drogas” tomaremos alguns indicadores-táticos fornecidos por Foucault (2010) na obra “A História da Sexualidade I: a vontade de saber”. Muito embora na obra em questão Foucault se detenha a analisar uma vontade de saber sobre o *sexo* que se desenha a partir de um discurso sobre a história da repressão ao sexo e aos discursos críticos a essa repressão, utilizamos a vereda de pesquisa aberta por Foucault como pistas, sinalizadores que nos ajudam a analisar de maneira semelhante a narrativa em torno da repressão às *drogas*.

Contudo, convém ressaltar que se utilizamos as pesquisas foucaultianas acerca da história da sexualidade como inspiração não é para fazer uma simples transposição das análises a respeito do sexo e da sexualidade para o domínio de uma história sobre o uso de drogas. É preciso reconhecer tanto que se tratam de dois objetos díspares (sexo e drogas) que levam a problemáticas bem distintas, como também que há entre a pesquisa que ora realizamos e aquela realizada pelo filósofo francês significativas diferenças – em relação ao objeto, ao domínio, ao período histórico, aos objetivos, ao *corpus* de pesquisa, etc. Por outro lado, reconhecer essas

diferenças e particularidades não implica em desautorizar ou despoticizar esse tipo de aproximação que aqui ensaiamos, sobretudo quando reconhecemos a importância dessa obra (notadamente o primeiro livro em que Foucault utiliza o termo biopolítica) na construção de nossas ferramentas analíticas.

Sopesadas as diferenças, que são enormes, também atentamos a algumas semelhanças em relação a esses dois objetos que nos possibilitam ensaiar primeiras aproximações, entre a pesquisa foucaultiana e esta que empreendemos, das quais destaca-se: tanto o sexo como o uso de drogas serem alvos do denominado “moralismo burguês” e de uma ética cristã que os condenava por serem tidos como “prazeres da carne” (CARVALHO, 2013; RODRIGUES, 2012); serem tidos como possíveis vícios e/ou pecados, categorizados em relação a licitude e ilicitude; e, principalmente, por sobre os dois incidir um conjunto de enunciados bem característicos em torno da *denúncia da repressão* e da *necessidade de liberação*³⁴.

A denominada Lei Seca (1920 – 1934) que vigorou nos Estados Unidos, costuma ser apontada nos artigos e livros aqui estudados como consequência de uma espécie de cruzada moderna encampada pelas “Ligas da Temperança” contra o que consideravam vícios nefastos à cultura estadunidense (GARCIA, LEAL, ABREU, 2008). Essas Ligas reuniam em sua composição protestantes e católicos que exigiam entre outras coisas o fim da produção e comercialização do álcool (CARVALHO, 2013). Dentro desses movimentos destaca-se a criação do Partido da Proibição (1869) e a Anti-Saloon League (1893) que exigiam o fechamento dos “saloons”, em razão destes abrigarem o que os integrantes das Ligas consideravam os 3 maiores vícios responsáveis pelas degenerações morais americanas: os jogos de azar, o álcool e a prostituição (RODRIGUES, 2012). Assim, os próprios autores da redução de danos associam em alguns momentos a narração da repressão ao uso de drogas à censura de certos comportamentos sexuais (especialmente a prostituição), em razão destes comportamentos serem abrigados no rol de “prazeres apetitosos” ou “prazeres da carne” combatidos pela moral cristã (PASSOS & SOUZA, 2011).

Ademais, pensamos que um livro que problematize a história da sexualidade pode nos ser bastante útil para problematizar a história do uso de drogas quando percebemos que os próprios pesquisadores anunciam que a primeira intensificação das políticas de redução de danos dá-se a partir de medidas que visavam governar questões também relacionadas ao sexo.

³⁴ É bastante curioso, por exemplo, que as bandeiras dos movimentos de esquerda da década de 60 o movimento hippie e de contracultura vissem a “liberação” como forma de resistência e fizessem apologia tanto ao amor livre quanto ao uso de substâncias psicodélicas.

Como relata Marlatt (1998, p.29) :“A redução de danos é um movimento internacional que surgiu em resposta à crescente crise da AIDS na década de 80 [...]” Dentre as primeiras e mais famosas ações de redução de danos dessa época se sobressai a distribuição de agulhas e seringas descartáveis como forma de diminuir o contágio de DST’s (HIV/AIDS, hepatite C) por meio do compartilhamento entre UDI’s (Usuários de Drogas Injetáveis) (INGLEZ-DIAZ et al, 2013). Esse destaque e fama tido pelos PST (Programas de Trocas de Seringas) é inclusive recorrentemente assunto dos ativistas da redução de danos, para que não se resuma a redução de danos a simples distribuição de seringas, visto que inúmeras outras ações são realizadas como maneira de reduzir danos e promover cuidados (MARLATT, 1998; INGLEZ-DIAZ et al, 2013)

Essa aproximação entre a hipótese repressiva ao sexo e uma hipótese repressiva às drogas que aqui pretendemos fazer torna-se ainda mais interessante quando se percebe que essa conjunção entre medidas destinadas em alguma medida a governar o sexo e governar o uso de drogas, através do controle epidemiológico de DST’s, não foram exclusividade de países da Europa, já que aconteceram em um movimento semelhante no Brasil³⁵.

Em 1997 é promulgada a primeira lei de RD no Brasil, elaborada por Paulo Teixeira, deputado estadual pelo Estado de São Paulo e filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT); segundo Rosa (2014), essa lei tornou-se referência para diversas outras propostas que possuíam como prerrogativa o respeito à condição do sujeito identificado como usuário de SPA [Substância psicoativa]. *Em 2003, as ações de RD deixaram de ser exclusivas dos programas de DST/AIDS para ser também uma estratégia norteadora da Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outra Drogas e da Política de Saúde Mental*. Posterior a isso, a Portaria nº 1.028 de 1º de julho de 2005 reconheceu a RD como conjunto de ações da política de Estado no Brasil e a vinculou, de forma interministerial, à política de assistência social (BRASIL, 2005). (OLIVEIRA, SAMPAIO, SALDANHA, 2015, p. 224 grifo nosso)

Faz-se necessário destacar que embora só em 1997 seja promulgada a primeira lei de Redução de Danos no Brasil, essa lei é resultado de diversas lutas políticas, e que antes da aprovação da lei algumas ações pontuais já aconteciam pelo país. Dentro da “história oficial”³⁶ da redução de danos costuma-se datar o ano de 1989 como ano de nascimento da redução de

³⁵ A respeito disto, em trabalho anterior (BENEVIDES & PRESTES, 2014) resultante de meu trabalho de conclusão de curso em psicologia, analisamos a Política Nacional sobre Drogas (PNAD) a partir dos conceitos de biopolítica e governamentalidade.

³⁶ Importante explicitarmos que não pretendemos nesse trabalho reescrever uma “história oficial” da redução de danos, nos moldes que são narradas nos livros e artigos sobre o tema. Nosso objetivo é fornecer elementos iniciais para uma genealogia da redução de danos a partir do enunciado da naturalização do uso de drogas e da emergência do dispositivo do *Homo psicoativus*. Utilizamos-nos dessa história oficial da redução de danos apenas de maneira estratégica, para contrastar essa história gloriosa sobre os começos com a história infame que essa narração tenta ocultar.

danos brasileira, sendo a cidade de Santos tida como a cidade pioneira na implementação de ações que visavam especialmente distribuir insumos (seringas, preservativos) e material educativo como maneira de reduzir os índices de HIV/AIDS (PASSOS & SOUZA, 2011). Portanto, mesmo o “nascimento da redução de danos” no Brasil é atribuído a ações no entrecruzamento entre um governo do sexo e governo das drogas, na cidade que era conhecida como “capital da AIDS” e que se estipulava que 51% dos casos de HIV era consequência do compartilhamento de seringas (PASSOS & SOUZA, 2011).

As ações de redução de danos também envolvem a prevenção de riscos relacionados ao sexo, quando notadamente se estipula, através de pesquisas estatísticas, que o uso de substâncias psicoativas pode aumentar a ocorrência de sexo desprotegido, sendo este, por sua vez, considerado comportamentos de risco para DST's e para a ocorrência de gravidez não planejada (SALMERON & PESSOA, 2012). Desta forma, os usuários de drogas são considerados como uma “população de risco” (INGLEZ-DIAZ et al, 2013) a ser monitorada, relacionando a preocupação biopolítica com as taxas de natalidade diretamente com o governo do uso de drogas.

Finalmente, se utilizamos o pensamento foucaultiano é tanto menos para repetir o que este já disse e pesquisou, e mais para fazê-lo funcionar em outros combates, lutar outras lutas com algumas das armas que este forneceu, dispensando-nos do receio de quebrar ou modificar estas armas no meio deste combate. Se Foucault problematiza a história da sexualidade a partir dos discursos de denúncia/pregação acerca da repressão do sexo, ensinamos apresentar neste momento de que maneira nos servimos de algumas das ferramentas que ele utiliza para fazer uma crítica semelhante acerca do discurso da denúncia/pregação em relação à repressão das drogas. Seguir essas pistas deixadas por Foucault é também realizar um tipo de análise que não gire em torno da validação em termos de verdadeiro ou falso do enunciado em relação a repressão das drogas, mas analisar: de que maneira o uso de drogas é colocado em discurso? Qual a vontade de saber que anima estes discursos? Que saberes e poderes são justificados a partir destes enunciados? Seguiremos, portanto, nesse primeiro momento, os indicadores-táticos lançados por Foucault (2010) na obra *A História da Sexualidade I* e apresentaremos de que modo estes nos ajudam a problematizar a forma como a história do uso de drogas é narrado pelos teóricos da redução de danos.

Como já é sabido, Foucault (2010) inicia o texto ironizando o enunciado que diz que por volta do século XVII teríamos nos curvado sob os auspícios de uma moral vitoriana, e que em função desta moral até hoje estaríamos submetidos a um controle rígido e cheio de poderes em relação à nossa sexualidade. Toda essa história a que Foucault remonta suas críticas

corresponde a um tipo de narrativa que enfoca a maneira como em tempos remotos teríamos vivido de maneira mais espontânea em relação à nossa sexualidade, em uma época em que não tínhamos tanto melindre ao falar sobre sexo, em que as crianças ouviam os adultos conversarem sobre quaisquer assuntos de maneira impudente, em que as relações eram mais grosseiras e cruas; enfim, em uma época em que os controles eram brandos, e em que “[...] se tinha com o ilícito uma tolerante familiaridade” (FOUCAULT, 2010, p. 09).

Essa mesma narrativa descreveria ainda como após essa época de luz, em que tudo estava às claras e que tudo ocorria sem grandes desfaçatez e cerimônias, teria se seguido um certo crepúsculo em que a sexualidade teria sido aprisionada, recolhida à penumbra, ao lugar do segredo, da hipocrisia burguesa, e da censura. Sobre a sexualidade e o sexo teria pesado então um forte controle que os condenava a interdição e mutismo quase total. Foucault salienta que essa “crônica da crescente repressão” (FOUCAULT 2010, p. 11) agencia pelo menos dois grandes enunciados articulados entre si: 1) a de que a articulação entre saber, poder e sexualidade teria se dado fundamentalmente e unicamente por via da repressão; 2) e a de que por conta dessa repressão característica a sexualidade só poderia ser liberada através de uma desestabilização vigorosa desses poderes, de um arrebatamento: por meio da afronta à lei, da transgressão, da interrupção da interdição, da irrupção da palavra dos confins de seu silêncio (FOUCAULT, 2010).

Com efeito, o que Foucault (2010) parece enfatizar nessa narrativa é o modo quase apaixonado com que descrevemos essa repressão, essa passagem de uma época de controles brandos sobre o sexo, quase inexistentes, a um momento posterior de forte repressão e controle. Ao invés de analisar esses enunciados em termos de falsidade ou veracidade, Foucault pretende em um primeiro momento problematizar por que dizemos com tanto fervor, com tanta facilidade e a todo momento que a sexualidade é reprimida. Dito de outro modo, como a narrativa da repressão à sexualidade é colocada em discurso.

Foucault discorre sobre como o discurso sobre a repressão ao sexo ganha consistência argumentativa ao se fazer coincidir historicamente o momento da repressão ao sexo com o desenvolvimento do capitalismo. Desta maneira, com essa associação entre repressão e capitalismo se esboça uma argumentação de que o sexo teria sido reprimido porque a energia gasta no sexo seria uma força dispendida, não aplicada na força produtiva necessária para a produção do capital. Foucault acrescenta que embora uma análise em torno do sexo e seus efeitos seja possivelmente mais complexa de se fazer, uma teoria sobre a repressão do sexo assentada nessas bases é muito mais fácil de ser compreendida, de ser analisada e aceita por muitos.

Esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave caução histórica e política o protege; pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa. [...] O sexo e seus efeitos não são, talvez, fáceis de decifrar; em compensação, assim recolocada, sua repressão é facilmente analisada. E a causa do sexo – de sua liberdade, do seu conhecimento e do direito de falar dele – encontra-se, com toda legitimidade, ligada às honras de uma causa política: também o sexo se inscreve no futuro. Um espírito cuidadoso indagaria talvez se tantas preocupações para atribuir à história do sexo um patrocínio tão considerável não trazem consigo traços de antigos pudores: como se fosse preciso nada menos do que essas correlações valorizantes para que tal discurso pudesse ser proferido ou aceito. (FOUCAULT, 2010, p. 12)

Entretanto, Foucault ao invés de compactuar com essa argumentação que associa a repressão ao sexo como reflexo de uma mudança nos modos de produção do trabalho, analisa a constante repetição desse discurso da denúncia a partir do que chamou de “benefício do locutor”: “Mais do que essa incidência econômica, o que me parece essencial é a existência, em nossa época, de um discurso onde o sexo, a revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um novo dia e a promessa de uma certa felicidade, estão ligados entre si.” (FOUCAULT, 2010, p.12 – 13). Desta forma, aquele que denuncia, que apresenta a catástrofe e o erro se coloca também na posição privilegiada de anunciar a redenção. Esses discursos da *denúncia da repressão* e do *anúncio da salvação* tende a tornar a libertação do sexo uma bandeira política e a hipervalorizar os discursos que se dizem críticos a essa repressão. Portanto, a análise que Foucault faz sobre esse fervor com que narramos a repressão está intimamente relacionado a forma da denúncia e da pregação em que o anúncio da catástrofe é seguido do anúncio da salvação. A afirmação de uma sexualidade subjugada e reprimida pelo status quo da burguesia é ao mesmo tempo avizinhada a exaltação de um discurso que poderia libertar a verdade sobre a sexualidade, desentranhá-lo de todo esse controle repressivo a que ele se encontra submetido. Logo, o que temos é que “o enunciado da opressão e a forma da pregação referem-se mutuamente; reforçam-se reciprocamente.” (FOUCAULT, 2010, p. 14) e são acompanhados de uma vontade de saber.

A ideia do sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipócrita burguesia negociadora e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia no real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro. O enunciado da opressão e a forma da pregação referem-se mutuamente; reforçam-se reciprocamente. Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. Não seria somente contrariar uma tese bem aceita. Seria ir de encontro a toda a economia, a todos os “interesses” discursivos que a sustentam. (FOUCAULT, 2010, p. 14)

Após a atenta leitura da maneira como é narrada a história do uso de drogas, por ativistas da redução de danos e historiadores antiproibicionistas, percebemos uma certa familiaridade com essa narrativa da repressão ao sexo. A história acerca da naturalidade do uso de drogas é avizinhada de toda uma discursividade em torno da repressão do uso de drogas, como maneira de argumentar pela irreabilidade e ineficácia da repressão. Toda uma narrativa, pois, que enuncia como os homens sempre usaram drogas é também a justificativa para sentenciar o fracasso de medidas que tentam ir na contramão dessa realidade. (BECK & DAVID, 2007; SCHLICHTING, BOOG, CAMPOS, 2007). Se a história do uso de drogas é apontada como preâmbulo para uma série de trabalhos, como expomos no capítulo I, o que se segue após a narração da naturalidade do uso é a irreabilidade da proibição. E, em seguida, após a denúncia da opressão e fracasso da política proibicionista o que se percebe é a afirmação da estratégia de redução de danos como forma de corrigir esse erro histórico.

Desta forma, o que denominamos de “hipótese repressiva ao uso de drogas” corresponde a essa narração sobre a “guerra às drogas” que mais do que descrever a acentuada repressão que as drogas sofreram, principalmente a partir século XX, enfatiza também o fracasso de tais medidas em querer acabar com o consumo de drogas. Logo após a enunciação do fracasso da política de guerra às drogas o que se percebe é a afirmação da redução de como alternativa de redenção dessa política belicosa irrealista, que longe de resolver só teria agravado o problema e multiplicado as injustiças.

Em termos das ações de controle e prevenção/educação do uso indevido de drogas, os estudos apontam para as limitações e insucesso da abordagem tradicional de negação total ao uso de drogas, conhecida como “Guerra às Drogas”. Argumenta-se que as ações educativas sobre saúde e drogas devem ser planejadas junto ao público-alvo, combinando os interesses e conhecimentos de educadores e educandos e as necessidades e potencialidades da realidade local. A contextualização das ações educativas confere mais sentido e valor para os envolvidos no programa, pois procura considerar as características de cada comunidade relativas à diversidade de usuários, aos tipos de drogas disponíveis na região e ao contexto cultural e socioeconômico das diversas realidades. *Tais aspectos possibilitam a criação de estratégias mais adequadas e pertinentes a cada realidade* (Santos, Soares, Campos, 2010; Soares et al., 2009; Martini, Furegato, 2008; Feffermann, Figueiredo, 2006; Canoletti, Soares, 2005; Laranjo, 2004; Soares, Jacobi, 2000; Carlini-Cotrim, 1998). (SOUZA & MONTEIRO, 2011, P. 834 grifo nosso)

Quando se fala das limitações, dos insucessos da política proibicionista é para enfatizar que a guerra as drogas é uma guerra infactível, porque tentar constituir uma sociedade livre das drogas é uma impossibilidade histórica (SODELLI, 2010). Ademais, atesta-se também essa impossibilidade com pesquisas que identificam por meio de levantamentos estatísticos como a repressão não diminuiu, mas só aumentou o consumo de drogas.

São características das políticas proibicionistas e definidas como medidas de alta exigência ações baseadas no *medo à repressão*, na *persuasão moral* e na *intolerância ao uso de drogas*, que impõem a abstinência como pré-condição para o ingresso em um programa de tratamento. A denominação guerra às drogas desvela o objetivo maior dessas políticas, que é criar uma sociedade livre das drogas. Dessa forma, as táticas de repressão e as sanções desenvolvidas pelos Estados Unidos, incluindo aparato eletrônico de vigilância, testes de drogas, novas leis e prisões compulsórias relacionadas às drogas, foram adotadas em muitos países, e o aparato policial e os espaços em prisões destinados a esse fim aumentaram dramaticamente, inclusive no Brasil (Cruz, Sáad, & Ferreira, 2003, p. 358). *Não obstante, os resultados dessa estratégia passaram a ser questionados, visto que o consumo de drogas continuava crescendo em nível mundial e não era oferecido atendimento à saúde das pessoas que não desejavam ou não conseguiam parar de usar drogas.* (MACHADO, BOARINI, 2013, p. 581)

Portanto, atentamos para o fato de que a denúncia da opressão, da irreabilidade, da injustiça, da ineficácia dos controles repressivos em relação ao uso de drogas não é tanto para se justificar a necessidade de ausência de controles e de governo sobre às drogas, e assim anunciar a necessidade de sua liberação irrestrita. O que se percebe desenrolar com o postulado do fracasso da política proibicionista não é a denúncia de que não se pode controlar o uso de drogas, mas que não se pode controlar o uso de drogas por meio de um controle repressivo sobre às drogas que tente erradicar o consumo. Como então é resolvido esse paradoxo agenciado pela redução de danos em torno da naturalidade do uso e ao mesmo tempo necessidade de governo?

3.2. Da falsidade da repressão à realidade da estratégia de redução de danos: *Homo psicoativus* como justificação do governo.

Nos textos sobre redução de danos a guerra às drogas é descrita como uma guerra que de início já se sabe como perdida e que só aumentaria os danos que tenta diminuir (MOREIRA, SILVEIRA, ANDREOLI, 2006a; ALVES, 2006; BOITEUX, 2015). E é o decreto dessa falência da política proibicionista que justifica um tipo de governo em relação às drogas que seja mais realista, que não estabeleça a abstinência, a criação de uma sociedade livre das drogas, para conseguir realizar seus objetivos. Com efeito, o que se percebe é que quando os autores da redução de danos narram a história da repressão e guerra às drogas é tanto menos para anunciar o quanto fomos e ainda somos reprimidos, mas mais do que isso desqualificar uma política pautada na repressão e afirmar a estratégia de redução de danos. O que se afirma como o erro da política proibicionista é não aceitar a naturalidade do uso de drogas, é não aceitar que o uso de drogas é algo do ser homem que não pode ser mudado, como destacam Machado & Boarini (2013, p. 581): “Por uma ou outra razão, o que a história da humanidade parece indicar é que as drogas, em geral, sempre estiveram presentes na sociedade humana, e,

considerando-se essa história, certamente continuarão acompanhando o caminhar da humanidade.” Logo, tal como na epígrafe que utilizamos nesse capítulo, o uso de drogas é colocado como isto que está na *natureza* do homem, e que não tem *conserto*, que não tem *censura*, que nenhum aviso poderá evitar, que, enfim, não será mudado pela força da repressão. Com efeito, supondo essa naturalidade a estratégia de redução de danos já de início denuncia a “hipocrisia da repressão” e assume a impossibilidade de que os homens deixem de usar drogas. O uso de drogas passa a ser definido como um elemento pertencente à própria história do homem, defendendo-se paralelamente a ideia de que seria impossível impedir esses diferentes usos.

Assim, a concepção de RD utilizada centra-se em um conjunto de saberes e práticas acerca do uso de drogas *fundamentados no conhecimento amplo da realidade histórica e sociocultural. Dentre eles, destaca-se a evidência de que a produção, o comércio e o consumo de drogas são práticas que sempre estiveram presentes na história da humanidade*, ganhando significados e funções de acordo com o momento social, político e econômico de cada sociedade. *Considerando a inevitabilidade do uso de drogas*, as ações de RD objetivam minimizar os prejuízos individuais e sociais associados a essa prática a partir do respeito às diversas singularidades e do resgate do direito individual de escolha e de acesso aos serviços de saúde (SANTOS; SOARES; CAMPOS, 2010). (ADADE & MONTEIRO, 2013, p. 04 grifo nosso)

As ações de redução de danos, portanto, admitem que acabar com a produção ou mesmo com o consumo é impossível, e assumem isto como condição da própria estratégia. Sendo esta estratégia voltada justamente para as pessoas que não querem, não podem ou não conseguem deixar de usar drogas (SIQUEIRA, 2006). Desta forma, os autores destacam a importância de que a redução de danos não estabeleça como meta final do tratamento a abstinência, já que impor essa condição seria ainda compactuar com uma estratégia de governo de repressão que continua a reverberar uma visão preconceituosa e a moralizar o uso de drogas como algo ruim³⁷.

³⁷ Apesar de existir esse consenso de que a redução de danos se constrói como crítica ao modelo da abstinência, e de que o objetivo do tratamento não é conseguir que o indivíduo pare de utilizar drogas, Machado & Boarini (2013) destacam o fato de que também não se pode condenar de modo automático a qualquer demanda por abstinência. Essa polêmica se dá pelo fato de que apesar de não eleger a abstinência como objetivo final do tratamento, os redutores de danos também não podem ir contra o “desejo” do usuário, e se este estabelecer, a partir de metas graduais, a abstinência como meta final, não se pode simplesmente rejeitar esse objetivo. Essa recusa imediata poderia comprometer a relação entre redutor de danos e usuário por ser considerada uma medida hostil e autoritária. Contudo, muito embora se respeite a decisão pela abstinência do usuário como meta final, é comum todo um trabalho inicial de sensibilização, para que o usuário entenda que a abstinência não é o que define o sucesso de um tratamento, que isso é uma ideia moralista e preconceituosa, e que há como se fazer um “uso responsável” sem que seja necessária zerar o consumo (SOUZA & MONTEIRO, 2011; DELBON, DA ROS, FERREIRA, 2006). Além disso, costuma-se aos poucos esclarecer ao usuário que esta é uma meta de alta exigência, quase sempre ineficaz e que pode atrapalhar o tratamento já que as “recaídas” e pequenos fracassos são esperados, e que estabelecer um objetivo tão ideal pode apenas gerar frustração já que somente uma minoria

O conceito de redução de danos resulta numa crítica à proposta da abstinência como discurso único e verdadeiro na prevenção ao uso indevido de drogas (Fonseca, 2005; Figueiredo, 2002). Nesta direção, o uso ou abuso de drogas não constitui um fenômeno exclusivamente individual, mas se relaciona à drogabilidade do indivíduo (Acselrad, 2005). Esta é entendida como as relações que cada pessoa estabelece com as drogas, mediada por fatores diversos, que incluem as dimensões: biológica, psicológica, familiar, socioeconômica e cultural, contrapondo-se a uma visão tradicional e repressiva que reforça preconceitos. (SOUZA & MONTEIRO, 2011, p. 834)

Dito isto, tentemos agora aplicar a essa narrativa a indagação de Foucault (2010) acerca do porquê repetimos com tanto afincamento e de maneira fervorosa o quanto fomos e continuamos a ser reprimidos, só que dessa vez não em relação, mas ao uso de drogas. Por que a redução de danos precisa enfatizar tanto a história sobre a repressão e se demora tão pouco a falar sobre a incitação ao uso de drogas? Afinal, sabemos de inúmeras produções culturais que nitidamente se desenvolvem a partir da posituação do uso de drogas como experiência transformadora e potencializadora das capacidades humanas³⁸. Desta forma, não se trata de negar a existência de uma política repressiva e afirmar que as drogas foram mais incitadas do que reprimidas, mas entender que a repressão é apenas um segmento dessa complexa relação que se estabelece em relação às drogas.

Como aponta Preciado (2014) o próprio desenvolvimento do narcotráfico não pode ser entendido apenas como efeito de uma política de repressão, pois segundo a autora a emergência desta estaria ligado a um regime farmacopornográfico de incitação e regulação do prazer e de controle microprostético da subjetividade. Nesse sentido a autora nos fornece elementos para pensar que tanto o desenvolvimento da indústria farmacêutica quanto o desenvolvimento do narcotráfico são efeitos de uma vontade de saber e de poder de um regime de controle biomolecular dos corpos (farmaco) e processo semiótico técnico de governo (pornográfico). Assim, da mesma forma que a pornografia seria apenas o lado obscuro da indústria cultural dos trabalhadores do sexo, o mercado ilícito de drogas seria apenas o lado mais infame da indústria farmacêutica (PRECIADO, 2014).

conseguirá ficar abstinente (MACHADO & BOARINI, 2013; SOUZA & MONTEIRO, 2011; ELIAS & BASTOS, 2010)

³⁸ Dentre os inúmeros movimentos culturais e artísticos que em maior ou menor grau concediam ao uso de drogas um importante destaque em suas produções, podemos citar: em relação à literatura o Clube dos comedores de Haxixe – 1844 (integrando autores como Jacques Joseph Moreau, Thomas De Quincey, Charles Baudelaire) e a Geração *beat* (William S. Burroughs, Jack Kerouac, Allen Ginsberg); em relação à música: certas vertentes do rock (Jimi Hendrix, The Beatles, Velvet Underground, The Doors), do pop (David Bowie), na música brasileira (Os Mutantes, Novos Baianos, Raul Seixas, Tim Maia), o reggae (Bob Marley). Já em relação ao cinema Biskind (2009) vai mais além e aponta que a geração do sexo, drogas e rock'n'roll teriam sido os responsáveis pelo sucesso alcançado pelo mercado cinematográfico hollywoodiano.

Diante do que aqui expomos, acreditamos que esse tipo de discurso além de ser facilmente repetido e de ser facilmente analisado institui também um benefício àquele que anuncia a opressão, aproximando esta narrativa da forma da opressão e da pregação. Isto porque aquele que denuncia o quanto a guerra é prejudicial se coloca também no lugar de apresentar os caminhos da redenção. Assim também, esse discurso da repressão possibilita tornar o governo do uso de drogas uma bandeira política. Contudo, observamos que quando os autores da redução de danos denunciam os efeitos nocivos da repressão estes não defendem a simples liberação ou ausência de controles sobre o uso de drogas. Ao contrário, parecem denunciar a falsidade da opressão para legitimar e justificar a veracidade de outra série de práticas em relação ao governo do uso de drogas.

Observou-se, no âmbito da discussão oficial da política internacional, a RD [Redução de Danos] é tolerada, quando introduzida como estratégia submetida à política hegemônica de guerra às drogas, a fim de ser utilizada como última alternativa, para dependentes de drogas considerados refratários a qualquer tipo de intervenção voltada à abstinência da droga. (SANTOS, SOARES, CAMPOS, 2012, p. 45)

Com efeito, o que se percebe é que quando os autores da redução de danos narram a história da repressão e guerra às drogas é tanto menos para anunciar o quanto fomos e ainda somos reprimidos, mas mais do que isso desqualificar uma política pautada na repressão por esta ser irreal e justificar a possibilidade e a necessidade de um outro tipo de relação com as drogas. Portanto, a naturalização do uso de drogas estabelece este como uma *realidade* e desqualifica quaisquer medidas que tentem reprimir ou acabar com o uso como *irreais*, e por isso mesmo ineficazes. Ademais, nos trabalhos sobre redução de danos, de um modo geral ainda argumentam que além de impossível, uma política de repressão contraria os direitos humanos e fere princípios éticos.

Esta abordagem [da redução de danos] opõe-se à visão tradicional de redução da oferta e está construída sobre dois argumentos: 1) é impossível uma sociedade completamente sem drogas; 2) a guerra às drogas contraria os princípios éticos e direitos civis das pessoas, ferindo o direito à liberdade do uso do corpo e da mente. (MORAES, 2008, p. 123)

Entretanto, algum estudioso poderia nos contestar acerca dessa naturalização, afirmando que essa narrativa sobre o uso de drogas não procede naturalizando porque não necessariamente recorre a um “instinto” ou a um elemento orgânico, para proferir o enunciado de que os homens sempre usaram drogas. Nesse sentido este mesmo estudioso poderia seguir nesse raciocínio objetando nossa tese acerca da naturalização do uso de drogas destacando que essa narrativa das drogas a partir de seus usos, não recorre a um argumento biologicista ou organicista, mas detém-se nesses diferentes usos como práticas sociais, como costumes

compartilhados pelos indivíduos inseridos dentro da sociedade. Portanto, uma vez mais, esse estudioso poderia afirmar que nessa narrativa não há naturalização porque não necessariamente se fala de uma natureza humana, mas sim de um processo evolutivo (explicado pela teoria darwiniana) ou ainda de um processo cultural, já que o que ela reivindica é que olhemos o uso de drogas como fenômeno multideterminado. Pois bem, a esse estudioso destacaríamos que é um equívoco associar “naturalização” a “biologicização”, como se se tratassem de sinônimos. Isso porque não se naturaliza algo somente por via de uma “biologicização”, recorrendo a argumentos em torno de processos regulares de um organismo, é possível proceder uma naturalização através de um artifício de excesso de historicização.

Foucault (2008) em forma de gracejo salienta acerca desse risco de proceder a naturalizações através de um historicismo quando alerta que a genealogia, apesar de também recorrer a história, se diferencia de análises historicistas que procedem elegendo um grande e pesado universal como objeto de pesquisa, e em seguida passam este mesmo universal no “ralador da história”, vendo como este universal vai sendo modificado ao longo do tempo.

Pois bem, precisamente, [o historicismo consiste] em partir desses universais tais como são dados e em ver como a história, ou os modula, ou os modifica, ou estabelece finalmente sua não-validade. O historicismo parte do universal e passa-o, de certo modo, pelo ralador da história. Meu problema é o inverso disso. (FOUCAULT, 2008, p. 05)

O erro de uma pesquisa histórica ou sociológica que “passa o universal no ralador da história” pode ser definido como aquilo que Foucault (2010) denominou de problema da “ilusão retrospectiva”. Seria o erro, por exemplo, de se fazer uma história da sexualidade em que se se perguntasse como os gregos manifestavam sua sexualidade durante o período helenístico. Ou, ainda, de que maneira se reagia ao fenômeno do bullying no início dos anos 1900. Trata-se, pois de reger a narrativa histórica a partir de um anacronismo constante e onipresente, que organiza toda a trama de acontecimentos pretéritos em função de uma problemática atual, mas que não compreende que, nos acontecimentos aos quais se refere, não estavam inscritos nem os sentidos, nem os vocábulos, nem os processos que são designados pela problemática atual. Os objetos de saber e as experiências não constituem uma tábua lisa. Por isso mesmo, quanto ao ponto de que tratávamos (a história que narra o uso de drogas como experiência universal), é imprescindível introduzir a questão: *que elementos são recortados para que tanto uma história sobre o uso de um fármaco, como sobre a história de um alimento, ou mesmo da evolução natural corresponda ao mesmo objeto?* Levantar essa questão importa justamente na medida em que nos ajuda a perceber de que maneira são cortadas as

singularidades em relação a essas experiências no exato momento em que se diz que o objeto que se refere é o *mesmo* (“a” droga).

Mas a questão é também e ao mesmo tempo determinar em que condições alguma coisa pôde se tornar objeto para um conhecimento possível, como ela pôde ser problematizada como objeto a ser conhecido, a que procedimento de recorte ela pôde ser submetida, que parte dela própria foi considerada pertinente. Trata-se, portanto, de determinar seu modo de objetivação, que tampouco é o mesmo de acordo com o tipo de saber em pauta. (FOUCAULT, 2004, p. 235)

Desta forma, nessa pesquisa pretendemos fazer uma análise que problematize esse universal “droga”, a fim de oferecer algumas pistas sobre como este universal foi construído, como se tornou objeto possível de um saber (seja de uma história sobre o uso drogas ou de uma farmacobiologia dos seus efeitos no organismo.) Uma de nossas teses é de que a *elasticidade* e *capilaridade* do conceito de drogas é de tal maneira ampla que possibilita com que uma história sobre o uso de drogas se reporte a uma diversidade gigantesca de objetos como todos sendo relativo às drogas: de plantas e minerais até substâncias produzidas artificialmente. Não obstante, como já enunciado na introdução deste trabalho, uma história sobre o uso de drogas se estende de tal maneira que engloba desde a produção de substâncias sintéticas (como a heroína no século XX) até a história de uma coevolução entre animais, plantas e minerais. Logo, é essa amplidão do conceito de drogas que possibilita com que esses autores antiproibicionistas estabeleçam uma *continuidade* entre esses objetos tão díspares a fim de *atestar sua naturalidade* e ao mesmo tempo *condenar às medidas que as tentam proibir*. Com efeito, essa narrativa que pressupõe uma *continuidade* em uma série tão diversa de acontecimentos é o que, conjuntamente com Foucault, denominamos de “ilusão retrospectiva” ou “justificação retrospectiva”, pois se trata de contar uma história que condene certas práticas e justifique-se outras. Esse esgarçamento proposital do conceito de drogas é utilizado também de maneira estratégica para narrar não apenas a história dos diferentes usos de drogas, mas também a história de repressão às drogas (o que denominamos de hipótese repressiva às drogas) e sua irrealdade.

Se utilizamos o termo ilusão retrospectiva é para, tal qual Foucault, descrever de que maneira essas narrativas utilizam-se da história (por mais paradoxal que isso possa parecer a um primeiro momento) para a construção de certas regularidades que pouco a pouco justificarão a existência de uma experiência originária, anterior a constituição do saber, e que é ao mesmo tempo histórica e universal. Se nessa pesquisa problematizamos a constituição do uso de drogas como experiência universal e histórica por um certo tipo de narrativa, Foucault o faz, por exemplo, em relação a experiência clínica.

Na obra o “Nascimento da clínica” (FOUCAULT, 2015d) o autor descreve como uma tal ilusão retrospectiva era utilizada na narração acerca da velhice da clínica. Nessa obra a crítica foucaultiana recai sobre toda uma literatura médica que a partir do século XVIII desenvolve uma tendência de narrar o trabalho clínico como um “lugar de experiência constante e estável” (FOUCAULT, 2015d, p. 57), como experiência anterior e invariante em relação à história da medicina. Vejamos, por exemplo, como Foucault analisa a narrativa em torno da constituição da medicina.

Antes de ser um saber, a clínica era uma relação universal da humanidade consigo mesma: idade de felicidade absoluta para a medicina. E a decadência começou quando foram inaugurados a escrita e o segredo, isto é, a repartição desse saber com um grupo privilegiado, e adissociação da relação imediata, sem obstáculos ou limites, entre Olhar e Palavra: o que já se soube só era, a partir de então, comunicado aos outros e transferido para a prática depois de ter passado pelo esoterismo do saber. (FOUCAULT, 2015d, p. 58 – 59)

A tarefa da medicina seriam então restituir essa experiência originária, essa relação entre clínica e verdade, e se livrar de todo acontecimento negativo que veio a impedir ou dificultar essa experiência originária. Desta forma, Foucault (2015d) nos alerta para como essa experiência clínica é narrada de forma a conferir a essa experiência um estatuto ao mesmo tempo universal e histórico. De maneira semelhante é o que observamos no agenciamento do dispositivo do *Homo psicoatívo* em relação a experiência originária e espontânea do uso e a perversão de uma política repressora. Como se após livrar-se ao máximo de todas essas relações opressoras poderia se resgatar e se ligar a esse tipo de relação mais originário, histórico e universal que é a experiência do sujeito com a droga.

Essa **narrativa ideal**, tão frequente no final do século XVIII, deve ser compreendida tomando-se como referência a recente criação das instituições e dos métodos clínicos: dá-lhes um **estatuto ao mesmo tempo universal e histórico**. Valoriza-os como restituição de uma verdade eterna, em um **desenvolvimento histórico contínuo**, em que os únicos acontecimentos foram de ordem negativa: esquecimento, ilusão, ocultação. De fato, tal maneira de reescrever a história evitava uma história muito mais complexa. Mascarava-a, reduzindo o método clínico a qualquer estudo de caso, conforme o velho uso da palavra; e **autorizava assim todas as simplificações ulteriores** que deveriam fazer da clínica **e que fazem dela ainda em nossos dias** um puro e simples exame do indivíduo. (FOUCAULT, 2015d, p. 60 – 61 grifos nosso)

Trata-se, pois, de ver como a atualidade de um saber constrói uma nova forma de narrar o passado, em que um discurso teleológico versará acerca de como uma série de acontecimentos são tornados lisos, similares dentro de uma esteira histórica. Muito embora Foucault (2015d) utilize nesse momento termos como “mascara” ou mesmo o termo “ilusão” para salientar como se trata de uma forma deturpada de narrar a história, mais do que atestar a veracidade ou falsidade dessa narrativa, aqui nos interessa dar relevo justamente como essa narrativa funciona como plano de justificativa para uma série de ações à respeito da experiência

que é universalizada. Portanto, o que procuramos gostaríamos de destacar é como essa narrativa para além de uma lembrança, de um resgate histórico, funciona como justificativa que autoriza uma série de construções e utilizações que se desenvolvem no tempo presente.

O que parece paradoxal é que esses artigos sobre redução de danos dizem reivindicar a necessidade de desnaturalizar o uso de drogas, como forma de sensibilizar os usuários acerca de como a proibição do uso de drogas é algo irreal e moralista, só que essa “desnaturalização” é feita através de uma naturalização que torna o uso de drogas como experiência originária, espontânea. Essa confusão se dá porque para esses autores “desnaturalização” significa deixar de ver a droga como essencialmente má, como só eliciando consequências negativas (VASCONCELOS, MACHADO, PROTAZIO, 2015). Portanto, desnaturalizar como sinônimo de “não-moralizar”, não criminalizar, não essencializar as drogas como más, como moral ou socialmente inadequadas.

As abordagens educativas dialógicas e participativas compreendem o processo de aprendizagem como um diálogo de saberes entre educador e educando, e a realidade como um todo complexo e multideterminado em que *os acontecimentos não são naturalizados*. Esse enfoque busca facilitar o reconhecimento da intencionalidade das ações sociais e de diferenças socioculturais a partir da problematização do tema abordado de modo a propiciar um olhar crítico acerca da realidade (ACSERLALD, 2005; MONTEIRO; REBELLO, 2005). (ADADE & MONTEIRO, 2013, p. 05- 06 grifo nosso)

Destarte, toda essa narrativa acerca da naturalidade uso de drogas descreve como em um período anterior, nas civilizações antigas existia uma relação mais espontânea e mais salutar com o uso de drogas. Essa narrativa mítica, constrói um tempo em que as relações sociais eram mais livres, em que quase não existiam controles, em que as drogas não eram tidas como substâncias nocivas. Constrói-se no plano narrativa uma espécie de crença de que em épocas mais remotas toda a comunidade parecia se relacionar de maneira mais harmoniosa, solidária e justa.

Esta crença, por sua vez, encontra-se intimamente relacionada com a suposição de que os povos ditos *primitivos*, as sociedades ditas *tradicionais* e as formas de socialização ditas *comunitárias* proporcionam aos seus membros um grau de felicidade superior àquele proporcionado pelas sociedades modernas, precisamente por condenarem seus membros à indiferença e ao anonimato, frutos de uma organização social desintegradora. Não por acaso, Robert Edgerton (2002, p. 291) irá fazer referência ao mito do “selvagem satisfeito”, cujas diversas formas de expressão seriam encontradas no pensamento de autores como Tönnies, Maine, Coulanges, Durkheim e Weber, e que remontam a Aristóteles. (BENEVIDES; BARRETO; LIMA, 2015 p. 09)

Duschatzky & Skliar (2011) identificam esse tipo de construção como uma “retórica da moda” muito presente também no campo da educação. Este tipo de discursividade é denominada pelos autores como “mito do arquétipo cultural” ou “mito da consistência interna”, e se define como uma forma de narrar a alteridade como grupo cultural coeso, que se

relaciona de maneira tanto harmônica quanto espontânea, em que as relações de violência e de poder inexistem.

A partir desta perspectiva, as culturas representam comunidades homogêneas de crenças e estilos de vida. O estudo das culturas primitivas deu origem ao mito do arquétipo cultural que sustenta que cada cultura se funda em um padrão que outorga sentido pleno à vida de todos seus membros, [...] como se por acaso as culturas se estruturassem independentemente de relações de poder e hierarquia. (DUSCHATZSKY & SKLIAR, 2011, p. 127)

De maneira semelhante, essa narrativa sobre o uso de drogas e culturas primitivas constrói esse “jardim do Éden” em relação ao uso de drogas, em que se convive de maneira espontânea e em uma comunhão quase orgânica com as drogas. Esse tempo-espaço mítico, que remete a uma época longínqua será contrastada com o momento de sua queda e desestruturação: a escalada proibicionista dos últimos dois séculos. Essa comparação tende a evidenciar como o modo de organização capitalístico, por meio de uma política proibicionista, fora a responsável pela destruição dessa relação harmônica que existia em relação ao uso de drogas. Vejamos, por exemplo, o que afirmam autores brasileiros que fizeram um estudo de levantamento acerca das concepções que orientam as práticas de redução de danos no Brasil:

Observou-se que em 13 trabalhos (FONSECA, 2005; CRUZ et al., 2003; FERNANDEZ, 1994; MARTINS, 2003; MOREIRA; SILVEIRA, 2003; MACRAE; GORGULHO, 2003; MOREIRA et al., 2006; SODELLI, 2006; CAMPOS; SIQUEIRA, 2003; TAVARES-DE-LIMA, 2003; DELGADO et al., 2003; KARAM, 2003; SOARES, 1997), os autores criticam a política de criminalização do consumo, que, por um lado, não atinge o objetivo de diminuir a procura por drogas e, por outro, gera consequências de exposição a riscos físicos, psíquicos e sociais aos consumidores especialmente quando estes se deparam com o mundo do tráfico e das ações da polícia. Alguns desses estudos contribuem para compreender o impacto do estigma, na configuração da identidade do usuário de drogas. Outros revelam a contradição das políticas proibicionistas: a criminalização, por um lado, objetiva acabar com os problemas sociais e de saúde relacionados ao consumo das drogas ilícitas, por outro, propicia a criação e a proliferação do narcotráfico e as medidas jurídicas acabam por agravar esses problemas (RODRIGUES, 2003) (SANTOS, SOARES, CAMPOS, 2010, p. 1006)

Com efeito, todo esse plano narrativo que argumenta pela irrealidade de uma sociedade sem drogas será também associada a pesquisas estatísticas e de toda uma economia política que anunciam como o uso de drogas não declinou após sua proibição. Nesse ínterim, a política proibicionista de guerra às drogas assume nessa narrativa o papel de elemento artificial e exterior que veio conturbar e modificar radicalmente a relação espontânea com o uso de drogas: aumentando a população carcerária com a forte criminalização (WACQUANT, 2010), gerando inúmeras mortes com essa guerra (D’ELIA FILHO, 2015).

Assim, esse trabalho historiográfico e sociológico sobre o uso de drogas em distintas civilizações serão associados a pesquisas estatísticas para finalmente decretar o fracasso e irrealidade da política proibicionista e apontar a Redução de Danos como solução

“Uma abordagem alternativa é a redução de danos (RD), que considera utópica a erradicação do consumo de drogas e parte do pressuposto de que existem indivíduos que escolhem usá-las, mas considera possível reduzir os riscos do uso.” (ALMEIDA, BIZETO, SILVA, 2007, p. 390)

Logo, em razão desta política proibicionista ter modificado a relação harmônica e espontânea com a droga, é necessário que uma outra proposta de governo venha “restaurá-la”, de forma a lhes “resgatar a cidadania perdida” (BARBOSA, 2011, p. 80). Contudo, essa outra proposta de governo em relação ao uso de drogas, anunciará um modo de governo que quase não governa, que é tanto melhor quanto menos se governe. Por isso também toda essa necessidade de que seja respeitada as “escolhas”, “autonomia”, a “liberdade individual” de cada indivíduo (MOREIRA, SILVEIRA, ANDREOLI, 2006b). É desta forma, que o paradoxo por nós anunciado entre *naturalidade* do uso e *necessidade* de governo será “resolvido” pelos autores da redução de danos. O paradoxo é resolvido através da construção dessa hipótese repressiva às drogas que indicaria como a irrealidade do conjunto de medidas destinadas a reprimir o uso de drogas, só veio perturbar a relação harmônica que se tinha com as drogas. Ao contrário, uma proposta como a da redução de danos viria reestabelecer essa relação mais salutar com as drogas ou pelo menos reduzir as consequências do “erro histórico” da repressão.

Destarte, como abordaremos de maneira mais detalhada no capítulo seguinte, a redução de danos assume uma posição de governo em relação ao uso de drogas. Porém, um controle mais sutil e por isso mais eficaz sobre o próprio sujeito, sobre a sua forma de se autogovernar, o que conseqüentemente afetará o modo como este se relaciona com as drogas e com uma outra infinidade de objetos. O que a redução de danos estipulará é que apesar de não se poder erradicar o consumo de drogas, já que isso seria uma característica natural à humanidade, se pode mudar os possíveis danos associados ao uso. “As medidas de redução de danos são estratégias que se aplicam a indivíduos que não querendo ou não podendo abster-se adotam comportamentos de risco” (SALMERON & PESSOA, 2012, p. 550).

Esse tipo de controle sobre os riscos envolverá um conjunto de controles positivos sobre a vida. Em um tipo de governo que dizendo “sim” às drogas elegerá como alvo de atuação um alvo mais sutil, um governo de “si”. Como dito anteriormente no capítulo 02, não se governa apenas com medidas repressivas, dizendo “não” ao desejo da população. Como salienta Foucault (2008) o regime biopolítico de controle dos corpos será um tipo de governo que colocará como seu objetivo organizar formas de controle do próprio desejo da população, que se perguntam “como dizer sim ao desejo da população”.

Nesse ínterim, Preciado (2014) afirma que o atual capitalismo farmacopornográfico age de maneira a investir sobre o controle microprostético da subjetividade, estando associado

as novas formas de controle e organização da vida, de modo a governar também pela indução de processos de excitação, torpor e controle. O capitalismo farmacopornográfico é este tipo de governo totalmente “caliente” e “anti-puritano” que organiza as formas de prazer e exerce controle sobre a sexualidade.

A sociedade contemporânea está habitada por subjetividades toxicopornográficas: subjetividades que se definem pela substância (ou substâncias) que dominam seus metabolismos, pelas próteses cibernéticas por meio das quais elas se tornam agentes, pelos tipos de desejos farmacopornográficos que orientam suas ações. Assim falaremos de sujeitos Prozac, sujeitos cannabis, sujeitos cocaína, sujeitos álcool, sujeitos ritalina, sujeitos cortisona, sujeitos silicone, sujeitos heterovaginais, sujeitos dupla penetração, sujeitos Viagra, etc. [...] Vivemos na hipermodernidade punk: já não se trata de revelar a verdade oculta da natureza, mas o que é necessário explicitar os processos culturais, políticos, técnicos através dos quais o corpo como artefato adquire estatuto natural (PRECIADO, 2014, p. 36 tradução nossa³⁹).

Atrelamos, assim, a emergência do *Homo psicoativus* e de uma governamentalização sobre o uso de drogas, como efeito de uma biopolítica das populações e de um capitalismo farmacopornográfico que organiza formas mais ou menos racionais de autogestão do próprio corpo, do próprio prazer. Essas micropróteses da subjetividade a que autora se refere são justamente a produção (e não somente repressão) de substâncias sintéticas que também estão inseridas em uma proposta de amplo governo da subjetividade.

Nessa intensa governamentalização sobre o uso de drogas – entendida como a pujante reflexão sobre a melhor forma de governar a relação do “sujeito” com a droga – o conflito se desdobra em múltiplas vertentes. Sobre essa questão Passetti (2001) chama a atenção de que há inúmeros personagens envolvidos nessa zona de litúgio: intelectuais, banqueiros, indústria farmacêutica, governos, indústrias da guerra e da prisão, narcotraficantes e governos. Destarte, o que observamos é que mais do que uma guerra às drogas, entendida como guerra contra as drogas, o que existe é uma guerra muito maior e mais complexa em relação ao governo das drogas. Essa guerra pelo governo das drogas refere-se a essa agonística em relação ao melhor governo das drogas, em que tanto os defensores de uma política proibicionista quanto os ativistas da redução de danos se digladiam. A redução de danos, apesar de muitas vezes requerer para si o lugar da descrição histórica neutra, da verdade, da justiça, da reparação, assume uma posição política e advoga pelo exercício do governo. Portanto, o que queremos

³⁹ Tradução original: “La sociedad contemporánea está habitada por subjetividades toxicopornográficas: subjetividades que se definen por la sustancia (o sustancias) que domina sus metabolismos, por las prótesis cibernéticas a través de las que se vuelven agentes, por los tipos de deseos farmacopornográficos que orientan sus acciones. Así hablaremos de sujetos Prozac, sujetos cannabis, sujetos cocaína, sujetos alcohol, sujetos ritalina, sujetos cortisona, sujetos silicona, sujetos heterovaginales, sujetos doblepenetración, sujetos Viagra, etc. No hay nada que desvelar en la naturaleza, no hay un secreto escondido. Vivimos la hipermodernidad punk: ya no se trata de revelar la verdad oculta de la naturaleza, sino que es necesario explicitar los procesos culturales, políticos, técnicos a través de los cuales el cuerpo como artefacto adquire estatuto natural.” (PRECIADO, 2014, p. 36)

destacar é a necessidade de se fazer o esforço de não cair em binarismos que reduzem a intensa governamentalização das drogas à disputa entre movimentos de repressão e legalização. Assumindo uma posição estratégica e mais genealógica é preciso entender a complexidade dessas relações tanto para não incorrer a oposições maniqueístas que tendem a identificar rapidamente vilões e heróis e exigir soluções rápidas, como para não perder as a vontade de verdade e de poder que essas grandes divisões abstratas agenciam e tentam esconder.

Finalmente, o que toda essa narração em torno da naturalidade do uso e da “hipótese repressiva” parece anunciar é que reprimir as drogas seria reprimir o homem, reprimir o que nos torna homens. E por extensão, que libertar as drogas seria em última instância libertar o homem. Contudo, como já afirmamos reiteradas vezes, e nos deteremos de maneira mais aprofundada no capítulo seguinte, essa “libertação” não seria alcançada através de uma ausência total de controles sobre esse fenômeno, mas um governo que se ativesse e respeitasse “valores humanos”, como cidadania, autonomia. Um governo, pois, tanto menos sobre as drogas e mais sobre o homem, sobre tudo aquilo que respeite a integralidade do ser sujeito autônomo, cidadão, enfim, tudo aquilo que diz respeito a ser sujeito é que se tornará alvo do governo. A droga se torna o componente imutável, já o homem, sua relação com a droga pode ser mudada. Este pode aprender estratégias para reduzir os riscos e danos associados sem precisar deixar de usar drogas através de um autogerenciamento, um governo de si.

4. CAPÍTULO 04: *HOMO PSICOATIVUS* E O SUJEITO COMO COMPONENTE PRÁTICO DE INTERVENÇÃO: GOVERNO DO SIM E GOVERNO DE SI

Quantos sou? Quem é eu? O que é este intervalo que há entre mim e mim? (PESSOA, 1982, p. 154)

[...] recusar o recurso filosófico a um sujeito constituinte não significa fazer como se o sujeito não existisse e se abstrair dele em benefício de uma objetividade pura; *essa recusa visa a fazer aparecer os processos próprios a uma experiência em que sujeito e objeto “se formam e se transformam” um em relação ao outro, um em função do outro*. Os discursos da doença mental, da delinquência ou da sexualidade só o dizem o que é o sujeito dentro de um jogo muito particular de verdade; mas esses jogos não são impostos de fora para o sujeito, de acordo com uma causalidade necessária ou determinações estruturais; *eles abrem um campo de experiência em que sujeito e objeto são ambos constituídos* apenas em certas condições simultâneas, mas que não param de se modificar um em relação ao outro, e, portanto, de modificar esse mesmo campo de experiência (FOUCAULT, 2006, p. 237 – 238 grifo nosso)

No presente capítulo iremos nos deter ao Programa Famílias Fortes (BRASIL, 2015) para analisar de que maneira esses enunciados em torno da naturalidade do uso e da necessidade do governo tomam corpo em um programa que tem como objetivo o governo dos danos e riscos associados ao uso de drogas. Ressaltamos que não faz parte dos nossos objetivos nesta dissertação realizar “pesquisas de observação” ou “pesquisas de campo” no local em que esses programas são aplicados. Justificamos essa escolha de não ir ao *locus* onde o programa é executado porque esta pesquisa se detém tanto mais sobre questões ligadas a governamentalidade, às reflexões e racionalizações acerca do que supõe ser o melhor modo de governar a relação sujeito-droga defendida pela redução de danos, do que a aplicabilidade ou correspondência entre o que é dito no programa e como é aplicado na “prática”.

O Programa Famílias Fortes se apresenta como um programa de fortalecimento de vínculos familiares e de prevenção ao uso de drogas. Contudo, como discutiremos nas próximas páginas essa prevenção dá-se não através de ações que visem proibir o uso de drogas (dizer não às drogas), mas através de um governo que sem tentar proibi-las visa atuar de maneira a se antecipar na redução de possíveis riscos associados ao uso destas.

Essas estratégias de prevenção organizam-se através do desenvolvimento de tecnologias de segurança que visam um autogerenciamento dos riscos, em que se trata tanto menos de suprimir um fenômeno do que analisar a sua frequência de ocorrência na população, seu comportamento, de modo a maximizar seus pontos positivos e minimizar seus pontos negativos. Portanto, essas ações resultam em um “governo do como dizer sim”, que se preocupará tanto menos em anular um fenômeno do que remetê-lo a um espaço seguro, regulamentando e controlando-o dentro de limites seguros.

Destarte, as ações organizadas pelo Programa Famílias Fortes serão aqui analisadas como parte de um conjunto de ações agenciadas por um biopoder que visa governar a vida da espécie articulando tanto um governo que individualiza os indivíduos, e que espezinha cada um de seus mínimos comportamentos, como os aborda também a uma multiplicidade enquanto sujeitos de uma população. Com efeito, esse tipo de “governo do sim” presente no Programa Famílias Fortes articulará o dispositivo do *Homo psicoativus* para estabelecer o “governo de si” como alvo das práticas governamentais. O dispositivo do *Homo psicoativus* será acionado de modo a tornar o uso de drogas como fenômeno pertencente à vida da população e a eleger “o sujeito” como componente prático de intervenção, instrumentalizando-o através do desenvolvimento de “habilidades de vida”. Será o desenvolvimento de “habilidades de vida” que promoverá o gerenciamento dos riscos e uma vida segura.

Desta forma, analisaremos no subcapítulo 4.1 os pressupostos e os objetivos que são estabelecidos pelo Programa Famílias Fortes, e no subcapítulo 4.2 enfocaremos a metodologia empregada pelo programa para o desenvolvimento do que é denominado de “habilidades de vida”, uma forma de produção de si e de autogoverno.

4.1. Dispositivos de segurança e os controles regulacionais do corpo-espécie: O governo do “SIM”

Como já apresentado no capítulo 02, o Programa Famílias Fortes (PFF) apresenta-se como uma adaptação ao contexto brasileiro do *Strengthening Families Programme*, sendo este último um programa desenvolvido no Reino Unido pela Escola de Saúde e Assistência Social da Oxford Brookes University (BRASIL, 2015). Segundo consta na versão brasileira, o *Strengthening Families Programme* já teria sido adaptado e replicado em outros países como Estados Unidos, Polônia, Itália e Suécia. Antes de ser adaptado ao contexto brasileiro o programa foi aplicado em uma fase de “pré-piloto” em localidades do Distrito Federal durante o ano de 2013. Após essa replicação o programa teria sido adaptado em uma parceria da Universidade de Brasília (UnB), profissionais do Ministério da Saúde (MS), educadores e assistentes sociais dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2015).

De um modo geral o Programa Famílias Fortes é apresentado como um programa de fortalecimento dos vínculos familiares e de prevenção a comportamentos de risco (entre os quais envolveriam o uso abusivo de álcool e outras drogas). Entretanto, se o *fortalecimento de vínculos familiares* é colocado como objetivo central do programa, é devido ao entendimento de que uma relação harmônica e saudável entre os membros de uma família possibilitaria um *bom desenvolvimento social* das crianças e adolescentes, que por sua vez, poderia *evitar*

possíveis comportamentos de risco das crianças e adolescentes. “Tal objetivo [o fortalecimento de vínculos familiares] se baseia no fato de que uma relação positiva entre os familiares cria condições favoráveis para o bom desenvolvimento de jovens, e tende a afastá-los de condutas de risco” (BRASIL, 2015, p. 11). Ademais, destaca-se como os primeiros dados da versão original do programa fora apresentada em uma Conferência Ministerial do Escritório Regional da União Europeia da Organização Mundial de Saúde (UE/OMS) realizada em Estocolmo no ano de 2001, e como esses dados contribuíram para a construção da “Declaração de Estocolmo sobre os jovens e o álcool”⁴⁰ (BRASIL, 2015).

Por essa correlação entre fortalecimento de vínculos familiares e prevenção ao uso de drogas o programa no Brasil é desenvolvido e seu material publicado pela SENAD, como ações relacionadas a política sobre drogas: “[...] é também uma das *medidas cabíveis* para o alcance objetivos relacionados à prevenção do uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas que hoje apresentam índices elevados no Brasil” (BRASIL, 2015, p. 07).

O programa é destinado às famílias que tenham entre seus membros crianças ou adolescentes com idade entre 10 e 14 anos. Entretanto, embora o público-alvo seja a redução de comportamentos de riscos entre os jovens dessa faixa etária, é ressaltado a importância de que a família seja envolvida nesse processo para que se obtenha os resultados esperados. “O conteúdo do programa é baseado na premissa de que as crianças se saem melhor em seu desenvolvimento social quando as famílias são capazes de estabelecer limites e regras de convivência e de expressar afeto e dar apoio adequado às crianças” (BRASIL, 2015, p. 11).

Percebamos, portanto, o encadeamento temporal e sequencial dos objetivos que este plano de intervenção estabelece: 1) Fortalecimento de vínculos familiares; 2) Estabelecimento de um bom desenvolvimento social das crianças e adolescentes; 3) Prevenção de comportamentos de risco. A fim de prevenir os riscos associados ao uso de drogas é preciso criar e organizar um conjunto de ações que sem agir diretamente sobre o uso de drogas em si, irá prevenir o uso destas. Para o sucesso e eficácia das ações de prevenção é ressaltado a necessidade de compreender o uso de drogas como fenômeno multideterminado, e a importância de se compreender os diversos determinantes que produzem o fenômeno do uso de drogas.

A ação preventiva supõe um entendimento sobre a sequência de fatos que geram o fenômeno que queremos prevenir. Com esta sequência temporal como referência, podemos desenhar ações em pontos que antecedem a eclosão do fenômeno. Assim, a prevenção busca atuar com vistas a: 1- impedir que o uso de drogas ocorra; 2- reduzir

⁴⁰ Esta declaração da World Health Organization (WHO) foi publicada em 4 idiomas (inglês, francês, alemão e russo) sendo a declaração inglesa intitulada de “Declaration on young people and alcohol” (WHO, 2001).

o uso de drogas quando não temos meios de impedir; 3 – postergar o início do uso de drogas. (BRASIL, 2015, p. 07)

Faz-se necessário destacar que apesar do programa se anunciar enquanto programa de prevenção, bem como o primeiro ponto elencado na citação se referir a ações que visam “impedir que o uso de drogas ocorra”, este ponto parece estar relacionado tão somente a prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes, enquanto os demais pontos versam sobre a prevenção e o governo *quando não existem meios de impedir que o uso ocorra*. Portanto, o programa anuncia a impossibilidade de impedir que o uso ocorra na população de um modo geral, incluindo-se aí o grupo das crianças e adolescentes. Nesse sentido as ações voltam-se a minimizar a ocorrência de uso nessa faixa etária, que se tente reduzir o consumo ou pelo menos retardar a primeira experiência de uso.

A necessidade desse programa precisar anunciar uma medida que pelo menos tente, muito embora julgue impossível, impedir o uso de drogas, mesmo nessa faixa etária, parece ser estranha⁴¹ ao próprio conteúdo do programa. Aventamos a hipótese de que este enunciado isolado exista devido às disputas internas em relação às políticas de drogas e ao próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) brasileiro. Este programa por ser uma ação do poder público voltado à crianças e adolescentes deveria também cumprir o que estava colocado no Estatuto da Criança e do Adolescente na época de implantação do programa, que além de proibir o consumo de algumas drogas lícitas (como o álcool e o tabaco) e ilícitas por parte dos jovens, ainda estabelecia que as crianças e os adolescentes *deviam viver em um ambiente livre de pessoas dependente de drogas* (BRASIL, 1990). Portanto, apesar do programa recorrer a pesquisas científicas para atestar a impossibilidade de impedir o fenômeno multideterminado do uso de drogas, este programa por ter como público-alvo crianças e adolescentes também precisa estar em consonância com os direcionamentos do ECA que visam proporcionar um “ambiente livre do uso de drogas” para crianças e adolescentes.

Assim esse aparente descompasso inicial ocorre por este programa ser também uma publicação de um órgão federal que é instituído que atue na garantia e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Nesse ínterim, destaca-se como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelecia em seu 19º artigo que: “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, *em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes*” (BRASIL, 1990, sp grifo nosso). Entretanto, esse mesmo artigo fora

⁴¹ À respeito dessa questão destaca-se que esta é a única menção, em todo o conteúdo do programa, a medidas que visem impedir de maneira geral e imprecisa que o uso de drogas ocorra.

alterado, mas somente pela nova redação dada pela lei 13.257 de 2016, em que o mesmo artigo 19º é reformulado e é retirada essa questão da necessidade de que a criança e o adolescente convivessem em um ambiente livre de pessoas dependentes de drogas: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, *em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral*” (BRASIL, 2016, sp grifo nosso). Assim, o objetivo de um “ambiente livre do uso de drogas”, como estabelecido na redação de 1990, fora alterada na redação de 2016 para “ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”, sem nenhuma referência a erradicação do uso de drogas⁴². O Programa Famílias Fortes por ter sido publicado em 2015, portanto anterior a essa alteração, talvez tenha que ter colocado pelo menos essa menção de tentar impedir o uso de drogas, mas *tão somente em relação às crianças e os adolescentes*. A estranheza dessa menção é percebida pela própria ênfase, diversas vezes reiterada ao longo do programa, acerca de que a proibição ou repressão ao uso de drogas é ineficaz e que não surtirá efeitos, já que impedir o uso de drogas, ainda mais por meio de ações repressivas e de imposições arbitrárias, seria tanto ineficaz quanto prejudicial, irreal e intangível.

Com relação à garantia e proteção dos direitos da criança e do adolescente, há que se direcionarem esforços para impedir o uso de drogas. Entretanto, a experiência mostra que os métodos que se valem da proibição, imposição de leis e regras não tornam esse objetivo mais tangível. Isso porque a opção pelo não uso é mais complexa que o simples seguimento de regras. A dinâmica das comunidades a que pertence, ou quer pertencer, e a da própria família é o que compõem o contexto onde os valores das crianças e adolescentes serão criados e darão espaços às escolhas. Um exemplo seriam os casos em que os pais ou amigos fazem uso de drogas (lícitas ou ilícitas). A proibição ou discurso de oposição radical às drogas pode levar a criança ou o adolescente a se sentir contra os seus pares e, na tentativa de não entrar em confronto nem segregar-se e, sim, manter o elo, pode ficar em risco de uso (BRASIL, 2015, p. 07 grifo nosso)

Não obstante, toda a definição do uso de drogas como *fenômeno cultural multideterminado*, como resultado de influências “pessoais”, “sociais” e “ambientais” como descrito no programa aponta para direção contrária às tentativas de erradicação do uso. “Como mencionado anteriormente, não se trata de metodologias focadas na discussão e exortação ao não consumo de drogas ou voltadas para uma abordagem moralista e policialesca” (BRASIL, 2015, p. 08). Curioso também notar que essa reformulação do ECA a partir de 2016 se adequa agora totalmente com os objetivos estabelecidos no Programa Famílias Fortes, implementado em 2015, que sem se dobrar totalmente ao que era preconizado na primeira formulação do ECA já se resguardava em estudos científicos para justificar não a erradicação do uso de drogas ou

⁴² Aventamos a hipótese de que o Programa Famílias Fortes, bem como outras ações de redução de danos e seu enunciado acerca da impossibilidade de erradicar o uso, tenham colaborado para a reformulação desse parágrafo.

de ambiente livre do uso de drogas para as crianças (já que seria algo irreal), mas a necessidade de *criar condições para que a criança se desenvolva integralmente*.

Desta forma, o Programa Famílias Fortes (BRASIL, 2015) versa sobre a necessidade de se desenvolver outro conjunto de estratégias para governar esse fenômeno de modo a prevenir eventuais riscos. Um conjunto de estratégias que ao invés de focar sobre o uso de drogas em si, atuará em pontos laterais a esse fenômeno, mas que se sabe através de pesquisas estatísticas e qualitativas, que alteram e modificam a relação do sujeito consigo mesmo, e conseqüentemente com o uso de drogas. Assim, as estratégias elencadas por esse programa irão incidir tanto mais em questões laterais, mas que se sabem que serão fator de proteção a possíveis danos do uso de drogas, como: a transmissão de informações “de maneira crítica e coerente com a realidade local”; o fortalecimento de vínculos familiares; a produção de valores compartilhados entre os membros da família; e, finalmente o desenvolvimento de “habilidades de vida”.

Os fatores de risco são, entre outros, isolamento social, ruptura familiar e pressão dos pares. Já dentre os fatores de proteção podem citar-se: capacidade de tomada de decisão, fortalecimento dos vínculos familiares, relações de confiança que facilitem com que se peça ajuda, compreensão do sentido do uso de drogas nas diferentes famílias e sociedades e mensagens veiculadas nas diferentes mídias. (BRASIL, 2015, p. 08)

O que é característico em todas estas ações elencadas pelo programa é que elas pretendem regular o uso de drogas com ações que vão incidir tanto menos sobre o uso de drogas propriamente dito e tanto mais sobre um conjunto de ações que são “exteriores” ao fenômeno do uso de drogas. Assim estas ações não vão privilegiar como modo de intervenção campanhas contra o uso e venda de drogas, ou em informações sobre os efeitos de cada droga, mas irão enfocar em ações que dizem respeito ao modo como estes jovens se relacionam com os pais, com as pessoas mais velhas, com os “bons” e “maus” amigos e ao mesmo tempo como reagem a situações de estresse, de competitividade, quando sofrem ameaças ou quando são seduzidos a fazer coisas. O programa enfatiza um conjunto de situações bem amplas para que se avalie e desenvolva um conjunto de “habilidades de vida” que modificando a própria maneira como o indivíduo vive sua vida, também irá alterar o modo como as pessoas se relacionam com às drogas. Portanto, esta estratégia de governo irá se centrar na regulação de tudo isto que diz respeito ao modo como o indivíduo vive sua vida, ao mesmo tempo da maneira mais generalista e específica possível.

É a partir desse conjunto de práticas que pretendem regular a vida da espécie humana, no que têm de natural, que Foucault (2008) analisa a emergência de um biopoder que

insere tudo aquilo que está relacionado a vida nos cálculos governamentais, de forma a majorar suas forças produtivas. Essa investigação sobre a emergência do biopoder é realizado através de uma história das tecnologias de *segurança*, que têm por função governar a vida da população por intermédio de dispositivos de poder que atuam com vistas a *regular* os processos relativos à vida da população. Esses dispositivos de segurança, assim como as medidas adotadas pelo programa, objetivam governar a população com ações preventivas, generalizáveis, replicáveis, que sem tentar suprimir o que é *natural* à população, recolocam esses fenômenos dentro de limites aceitáveis e seguros (FOUCAULT, 2008).

Com efeito, os dispositivos de segurança se caracterizam por essa qualidade de serem preventivos, de atuarem de modo a regular um fenômeno que ainda não ocorreu. Regular aqui não significa evitar, mas recolocar dentro de um padrão que seja considerado estatisticamente normal, aceitável. Nesse ínterim, um conjunto de questionamentos serão elencados de modo a avaliar essa “curva de normalidade” do determinado fenômeno que se pretende governar, no caso, o uso de drogas. Destarte, são perguntas deste gênero que irão pautar as medidas a serem tomadas: qual a taxa média de consumo de drogas nessa faixa etária? Essa média oscila em relação as condições socioeconômicas dessa família? O grau de escolaridade influencia a ocorrência de uso abusivo? É mais eficaz para a diminuição dessas taxas a utilização de punições mais rígidas ou, ao contrário, a utilização de punições mais brandas? Quais os custos monetários e sociais da utilização de uma política de repressão? Quais os custos monetários e sociais de uma política de redução de danos? O fortalecimento de vínculos familiares representa uma diminuição significativa de episódios de uso abusivo de drogas? Percebemos ao longo desse trabalho como é justamente em torno dessas perguntas que a redução de danos justifica as suas ações como sendo mais plausíveis, eficazes e, no sentido estrito e lato do termo, economicamente viáveis.

De maneira geral, a questão que se coloca será a de saber, como, no fundo, manter um tipo de criminalidade, ou seja, o roubo, dentro de limites que sejam social e economicamente aceitáveis e em torno de uma média que vai ser considerada, digamos ótima para um funcionamento social dado. (FOUCAULT, 2008, p. 08)

Desta forma, Foucault descreve a especificidade dos dispositivos de segurança em relação ao cálculo das penalidades, diferenciando esses dispositivos tanto do *mecanismo jurídico-legal* agenciado no interior de um regime de soberania como também em relação ao *mecanismo disciplinar* com suas medidas de proteção e vigilância. Antes de adentrarmos nas características principais de cada um desses mecanismos de poder, faz-se necessário destacar que a relação que se estabelece entre estes não é o da simples anulação ou sucessão, pois, como

veremos adiante os dispositivos de segurança podem integrar tanto técnicas disciplinares como o sistema de ordenamentos da lei.

A grosso modo, podemos dizer que o mecanismo legal ou jurídico atua por meio da imposição de leis que vão estabelecer a divisão entre o que é permitido e o que é proibido. Um conjunto de condutas são tipificadas como proibidas, criminosas, e sobre elas se pode imputar um conjunto de sanções específicas. Assim, na certeza de que um crime ocorreu esse sistema entra em cena para dispor a sanção prevista para este crime. Foucault (2008) destaca que com a emergência dos mecanismos disciplinares irá aparecer entre a simples divisão do proibido e do permitido a figura do culpado, em que “[...] aparece toda uma série de técnicas adjacentes, policiais, médicas, psicológicas, que são do domínio da vigilância, do diagnóstico, da eventual transformação dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008, p. 08). Enfim, todo esse conjunto de técnicas disciplinares que mostram *quem é* o autor do crime, do delito, possibilitando uma individualização do crime, a fim de estabelecer a melhor forma de corrigir, reeducar este indivíduo (FOUCAULT, 1987).

Foucault (2008) afirma que podemos inicialmente caracterizar os dispositivos de segurança a partir de pelo menos 3 procedimentos inter-relacionados que esses dispositivos põem em funcionamento: Primeiramente, esses mecanismos vão procurar colocar o fenômeno a ser governado dentro de uma série de acontecimentos prováveis, estabelecendo através de pesquisas estatísticas a sua frequência de ocorrência, suas regularidades; Em segundo lugar, os mecanismos de poder que visam governar esse fenômeno irão se submeter há um cálculo de custos (tomemos por exemplo as perguntas acerca dos custos de uma política proibicionista de guerra às drogas e a de uma política de redução de danos); E em terceiro lugar, também por meio de inferências estatísticas vai se estabelecer quais os limites aceitáveis daquele fenômeno, qual a curva de normalidade considerada ótima. Assim, sem querer impedir totalmente o fenômeno do uso de drogas, por exemplo, nem o abordar apenas a partir da relação entre o permitido e o proibido, vai se estabelecer até onde este uso é considerado “normal”, tolerável, seguro.

Entretanto, cabe lembrar que esta divisão entre esses diferentes mecanismos de poder é didática e esquemática, o tipo de relação que se estabelece entre estes mecanismos não é o da exclusão, mas uma relação bem mais complexa de dominância, acoplamento e de integração. Não obstante, para que os dispositivos de segurança funcionem é imprescindível uma sinergia entre esses mecanismos. Nesse sentido Foucault (2008, p. 11) destaca como os dispositivos de segurança estabelecem não uma simples superação ou exclusão do sistema da lei, mas recorrem a uma “verdadeira inflação legal” que possibilita que a lei seja pensada como

forma de também regular este fenômeno, e de ativar mecanismos de prevenção e regulação. Pensemos, por exemplo, as propostas em torno da legalização e regulamentação do uso de drogas. Como já discutimos, essas propostas não representam uma simples liberação do uso de drogas, mas envolve todo um sistema legal mais amplo que irá regular esse fenômeno, estabelecendo, por exemplo: quais as maneiras de se obter as drogas, como se dará a concessão de licenças para produção, venda e distribuição, sistemas de avaliação da qualidade das drogas produzidas, taxaço, estabelecimento do destino da tributação obtida, etc (BURGIERMAN, 2011). Da mesma forma os dispositivos de segurança, ao estabelecer o cálculo de custos em relação ao governo, lança mão também de técnicas disciplinares que visam vigiar, diagnosticar, classificar e reeducar os indivíduos, com efeito existe “todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar” (FOUCAULT, 2008, p. 11). Sendo assim, os dispositivos de segurança se correlacionam com esses outros mecanismos de poder e ao mesmo tempo os reconfigura, reorganiza seus objetivos de maneira estratégica a fim de regular o fenômeno que se pretende governar.

Destarte, o que gostaríamos de destacar como específico dos dispositivos de segurança é que esses se relacionam a toda uma tecnologia de poder, biopolítica, que estabelece uma outra ordem de problemas, que é o problema da segurança ou dos controles reguladores⁴³ que permitem ver proporções na população enquanto corpo-espécie vivo. Corpo-espécie que possui suas próprias particularidades e regularidades, que podem ser analisadas e governadas como conjunto a partir da matematização de fenômenos que seriam pertencentes à vida da espécie: taxas de fecundidade, natalidade, longevidade e mortes; observações demográficas acerca da produção econômica, do número de empregos criados, número de demissões; balanço entre recursos produzidos e consumidos. Enfim, toda uma biopolítica das populações que se caracterizam “pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 2010, p. 152).

O estabelecimento desse limite aceitável ou dessa zona de segurança, torna-se modulável, oscila de acordo com o segmento populacional, e, portanto, resulta em um tipo de controle bem mais flexível do que a rigidez de um sistema penal que impõe de maneira ríspida e seca o que é permitido e o que é proibido fazer. Será justamente essa característica, – o fato

⁴³ Importante destacar a nota número 5 da primeira aula do curso Segurança, Território, População (FOUCAULT, 2008) em que é destacado que Foucault posteriormente, na obra a História da Sexualidade I (FOUCAULT, 2010) prefere utilizar o termo “controles regulacionais” ao invés de “segurança” ou “dispositivos de segurança”. Como o próprio autor parece não fazer essa distinção e aplicar as mesmas análises em torno do problema da segurança ao problema dos “controles regulacionais” optaremos por tratá-los como sinônimos. Ademais, destacamos que esses dois termos fazem relação a esse tipo de governo que tem como objetivo tanto mais *regular* um fenômeno pertencente à vida da população, colocá-lo dentro dos limites aceitáveis, do que *impedi-lo* ou *suprimi-lo*.

dos dispositivos de segurança se ater a essas sutilezas, por serem sensíveis a essas oscilações da taxa média em relação a uma determinada localidade (zona rural, zona urbana, localização dos bairros, etc.), em relação a um segmento populacional (jovens, adultos, idosos, trabalhadores braçais, executivos, etc), etc – que os tornará mais eficazes. A grosso modo, o que se percebe é que os dispositivos de segurança reivindicam a necessidade de que cada ação seja “contextualizada”, que sejam econômicas e estratégicas. As medidas devem ser repensadas de acordo com as particularidades de cada ambiente, readaptadas de acordo com o segmento populacional a que se destinam, e tudo isto sendo correlacionado e avaliado em relação a uma outra distribuição maior. Não à toa, Foucault (2008) correlaciona a emergência do problema da segurança a emergência dos questionamentos em relação à reflexão e cálculo das penalidades, assim como do custo da repressão. De modo semelhante, nos salta aos olhos como a problemática em torno da redução de danos se constrói como um problema relativo às questões da segurança, ao se avaliar (negativamente) o ônus de uma política repressiva de guerra às drogas.

Temos atualmente um exemplo bem nítido disso [das transformações das tecnologias de poder], ainda a propósito desse domínio da penalidade. É certo que a evolução contemporânea, não apenas da problemática, da maneira como se reflete sobre a penalidade, mas igualmente da maneira como se pratica a penalidade, é claro que por enquanto, faz anos, bem uns dez anos pelo menos, *a questão se coloca essencialmente em termos de segurança*. No fundo, a economia e a relação econômica entre o custo da repressão e o custo da delinquência é a questão fundamental. (FOUCAULT, 2008, p. 12 grifo nosso)

Além de focar as diferenças dessas tecnologias de poder quanto ao cálculo das penalidades, Foucault (2008) também descreve as diferenças do modo como se organizam os mecanismos de poder a partir de 3 diferentes modelos de tratamento às doenças: o *modelo da lepra*, o *modelo da peste* e o *modelo da varíola*. Apresentaremos de maneira breve as diferenças entre esses 3 modelos, mas enfocaremos principalmente o “modelo da varíola”, por este ser o tipo de modelo que corresponde ao modo como se organizam as tecnologias de segurança, que também em muito se assemelham a forma como se organizam as estratégias agenciadas no Programa Famílias Fortes.

O modelo da lepra se organiza por meio de mecanismos de exclusão/exílio. Neste modelo classifica-se os indivíduos pela distinção binária entre leprosos e não-leprosos, e a “forma de tratamento” utilizada era a expulsão dos leprosos do convívio dos demais habitantes do território que ainda não tinham contraído a doença. Esse modelo da lepra corresponderia a um modelo jurídico-legal de uma sociedade de soberania. O modelo da peste procede prioritariamente por meio de mecanismos de inclusão e vigilância permanente. Neste modelo

de tratamento há todo um exaustivo esquadramento das cidades contaminadas, no qual as áreas contaminadas são submetidas a uma espécie de quarentena. Neste modelo de tratamento se estabelecerá nas áreas contaminadas um tipo de regulamentação que indica os horários que as pessoas podem circular, os espaços até onde podem ir, que contatos podem estabelecer entre seus pares, etc. Sendo somado a essas medidas a obrigatoriedade de que cada indivíduo contaminado se apresente regularmente para exames periódicos que avaliam o desenvolvimento e recrudescimento dos sintomas ocasionados pela doença. Não obstante, relaciona-se esse tipo de modelo de tratamento da peste a um sistema disciplinar (FOUCAULT, 2008).

Finalmente, o modelo da varíola, apesar de não prescindir de um sistema disciplinar, diferencia-se dos demais por proceder por meio de estratégias como o do procedimento de inoculação, que se antecipando a própria ocorrência da doença vão estipular medidas preventivas como forma de regular a ocorrência dessa doença. As técnicas de variolização e, em seguida, a vacinação, tinham como características principais o fato de ser uma técnica: 1) fundamentalmente preventiva; 2) apresentar uma taxa de sucesso quase total; 3) ser uma técnica generalizável, podendo ser aplicada ser facilmente aplicada em um grande contingente de pessoas; e 4) ser uma técnica inicialmente estranha ao saber médico do século XVIII. Assim, apesar dessa técnica ser estranha ao saber médico da época, ela estava ancorada em um suporte matemático e em pesquisas puramente empíricas que conjuntamente atestavam sua eficácia (FOUCAULT, 2008).

A partir desse suporte matemático, os dispositivos de segurança (aqui analisados a partir do modelo da varíola) introduzirá um outro rol de questionamentos no seio das práticas médicas: questões em torno da quantidade de pessoas que pegaram varíola, sua idade, o local onde residem, qual a taxa de mortalidade, quais os riscos e benefícios da inoculação da doença e a probabilidade de alguém contrair a varíola ou morrer devido a doença. Todo uma série de questionamentos que tomará essa multiplicidade como corpo-espécie, como população que possui regularidades que devem ser governadas. Com efeito, essas tecnologias de segurança visam intervir sobre o conjunto da população, constituída através dessas pesquisas estatísticas, dessa matematização, que possibilita codificar fenômenos como pertencentes à vida e ao mesmo tempo como passíveis de governo. Como Foucault destaca, trata-se da “[...] emergência de tecnologias de segurança no interior, seja de mecanismos que são propriamente mecanismos de controle social, como no caso da penalidade, seja dos mecanismos que têm por função modificar em algo o destino biológico da espécie” (FOUCAULT, 2008, p. 15).

Essa matematização possibilita tanto a constituição de fenômenos como relativos à vida da espécie como o estabelecimento de um cálculo das probabilidades e dos riscos. Da

mesma forma, os autores da redução de danos, ao estipular através de pesquisas históricas e de dados estatísticos o uso de drogas é um fenômeno que não pode ser totalmente extinto, estabelecerão como a forma de governá-lo a gestão dos danos e dos riscos. Já que não se pode extinguir esse fenômeno, se tentará ao menos contê-lo dentro de parâmetros aceitáveis, estabelecendo-se assim um cálculo de probabilidades.

[Com as tecnologias de segurança] Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos. Trabalha-se portanto não apenas com dados naturais, mas com quantidades que são relativamente compressíveis, mas que nunca o são totalmente. Isso nunca pode ser anulado, logo vai-se trabalhar com probabilidades. (FOUCAULT, 2008, p. 26)

Destarte, Foucault (2008) ressalta que enquanto a disciplina estipula espaços “ideais”, “assépticos”, os dispositivos de segurança se estabelecerão a partir da constituição de “dados materiais”. Esses dados materiais provêm justamente dessa matematização dos processos relativos à vida da espécie, que irão quantificar a prevalência de doenças, a frequência de certos comportamentos, a estimativa do número de mortes por ano, etc. Em relação ao uso de drogas discutimos no capítulo anterior como o uso de drogas é constituído, pelos autores da redução de danos, como uma *realidade* a partir das pesquisas históricas e dos cálculos estatísticos que apontam que a proibição não diminuiu a frequência do uso. A constatação dessa realidade por sua vez imporá o cálculo de probabilidades e de riscos que se coadunam, por sua vez, ao estabelecimento da *polifuncionalidade* dos eventos e fenômenos. Assim, ao se governar esses fenômenos será preciso atentar para essa polivalência de modo a fazer o melhor balanceamento entre esses pontos positivos e negativos. O *Homo psicoativus* torna-se, portanto, ao mesmo tempo *realidade* e *problema* relativo à vida da espécie, sendo urgente não suprimir esse fenômeno, mas governá-lo.

O governo dos riscos, das probabilidades também implica em uma gestão sobre o futuro, sobre possibilidades, de modo a minimizar os pontos prejudiciais. As ações preventivas, como o próprio nome já indicam, precisam estabelecer uma previsão, antever que conjunto de fenômenos irá alterar a ocorrência de outros fenômenos futuramente. Resumidamente, podemos afirmar, que as tecnologias de segurança estabelecem um tipo de racionalização das práticas governamentais que exige todo um planejamento a partir da: constatação/produção de uma materialidade, gestão das probabilidades, administração da polifuncionalidade dos fenômenos e trabalho sobre o futuro (FOUCAULT, 2008). É desta forma que o Programa Famílias Fortes (BRASIL, 2015) estipula que o fortalecimento de vínculos familiares e o desenvolvimento de certas habilidades de vida poderão, futuramente, tanto retardar a primeira experiência de uso de

drogas como também minimizar possíveis riscos associados ao uso de drogas (como a própria dependência ou abuso), sendo elencado como objetivo e resultados esperados:

O PFF visa o bem-estar dos membros da família a partir do fortalecimento dos vínculos familiares e do desenvolvimento de habilidades sociais. Tal objetivo se baseia no fato de que uma relação positiva entre os familiares *cria condições favoráveis para o bom desenvolvimento dos jovens, e tende a afastá-los de condutas de risco*. [...] Os principais resultados do programa são: redução da agressividade e de comportamentos de isolamento social; melhora da interação entre pais e filhos; melhora no rendimento escolar e maior interesse e envolvimento dos pais na rotina escolar dos filhos e redução do abuso de substâncias. (BRASIL, 2015, p. 11 grifo nosso)

Depreende-se também pelo conteúdo do programa a maneira particular pelo qual as questões relacionadas ao “território” ou ao “espaço” são entendidos e governados através dos dispositivos de segurança. De modo especial destacamos como dentro de uma gestão biopolítica da vida a noção de “meio” organiza e viabiliza a instrumentalização de ações de governo sobre a população. O “meio” se torna aquilo sobre o qual se deve agir para se fazer a correta disposição das coisas pertencentes à vida da população. O “meio” se constitui como aquilo em que se age para fazer essa correta “gestão das coisas”, de modo a maximizar os pontos positivos (fatores de segurança) e minimizar os pontos negativos (danos e fatores de risco). Segundo Foucault (2008) os dispositivos de segurança operam com a noção de meio tanto como um conjunto de dados *naturais* (como os rios, o relevo, a fauna e flora local, etc) como uma série de dados *artificiais* (construção de casas, aglomeração de indivíduos em determinados locais, o comércio, etc.). Nesse sentido, o modo pelo qual se governa e altera o destino da população dá-se através desse governo das coisas presentes no “meio”. Se governa as coisas para se governar os homens. É também essa noção de meio que possibilita uma explicação ao mesmo tempo circular das causas e efeitos desses elementos naturais e artificiais que estão relacionados aos fenômenos constitutivos da população enquanto corpo-espécie. O meio tanto é aquilo que propicia um determinado conjunto de fenômenos de massa naqueles que ali vivem (causa), como também o meio é entendido enquanto resultado (efeito) de um conjunto de fenômenos de massa. Trata-se, pois, de toda a circularidade em torno da noção de “meio histórico-cultural” que é tanto o efeito como a causa que explica os fenômenos relativos à vida da população.

O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito de um lado, vai se tornar causa, do outro. [...] Ou seja, [a população torna-se] uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere como acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles. (FOUCAULT, 2008, p. 28)

No programa Famílias Fortes, por exemplo, chama-se atenção para que a eficácia das ações depende da compreensão desse “meio histórico-cultural” tanto no que tange ao uso de drogas quanto em relação ao fenômeno saúde-doença de modo a perceber como estes são fenômenos multideterminados, e inter-relacionados entre si devido a influências pessoais, sociais e ambientais. Assim, o programa ressalta a importância de que para se governar este fenômeno é preciso estar atento tanto ao que considera as “*características pessoais do indivíduo*” (influências pessoais) como a *realidade sócio-histórico-cultural* em que este está inserido – entendendo como o “ambiente social influencia o comportamento do indivíduo” (BRASIL, 2015, p. 08) (influência sociais) e as normas sociais compartilhadas implicitamente dentro de uma cultura (influências ambientais) (BRASIL, 2015a). No programa é citado como exemplo como o “ambiente social” (o que inclui não só o lugar onde se vive, mas também as relações que ali se estabelecem entre os pares) podem induzir o adolescente a ingerir bebidas alcólicas quando a cultura local associa beber a diversão ou quando a capacidade de consumir álcool de maneira excessiva é considerada como uma qualidade. Neste sentido a necessidade do programa afirmar que as ações sejam sempre “adaptadas à realidade local”, que se leve em conta os valores culturais compartilhados naquele território, para que as ações sejam apresentadas como realistas, de acordo com as questões relacionadas àquele lugar, e sintonizadas com a forma como aquelas pessoas vivem suas vidas.

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que os dispositivos de segurança não agem tão somente remetendo a população como processos de massa, enquanto processos generalistas, sem realizar uma investigação mais particular de cada indivíduo. Esta forma de organizar as ações de prevenção com base nas diversas influências que podem alterar a forma como se vivencia o uso de drogas estabelece a necessidade de um acompanhamento minucioso de cada indivíduo, das “*características pessoais de cada indivíduo*” (BRASIL, 2015, p. 08). A relação que se estabelece entre *governo* e *gestão dos riscos* necessita também de uma análise isolada de cada indivíduo. Dentro dos estudos epidemiológicos a noção de “caso” cumpre essa função de remeter os dados estatísticos tanto a uma *distribuição geral* de uma doença ou fenômeno quanto *individualizar* a ocorrência desta.

Aparecimento, por conseguinte, da noção de caso, que não é o caso individual, mas que é uma maneira de individualizar o fenômeno coletivo da doença, ou de coletivizar, mas no modo da quantificação, do racional e do identificável, de coletivizar os fenômenos, de integrar no interior de um campo coletivo os fenômenos individuais. (FOUCAULT, 2008, p. 79)

Essa noção de caso possibilita reportar a ocorrência de um fenômeno tanto ao particular quanto ao geral. Será possível, assim, com a noção de caso estabelecer a prevalência de casos de alcoolismo em uma determinada população, e ainda estipular para cada indivíduo (de acordo com o lugar em que vive, hábitos, faixa etária) qual o risco de que este desenvolva uma relação abusiva com o álcool, e o ainda o risco de mortalidade devido a esse uso “problemático”. Com efeito, a possibilidade de calcular a prevalência de ocorrência deste fenômeno em relação tanto a uma determinada população como a cada indivíduo ou a cada grupo especificamente, possibilitando estipular também qual o risco de desenvolvimento de uso abusivo ou de morbidade devido ao uso de drogas de acordo com a idade, sexo, condições socioeconômicas, ao meio que pertence, aos hábitos, relações familiares, etc. A partir desse estudo sobre prevalência de casos e cálculo de riscos será possível não só determinar que condições, eventos ou comportamentos apresentam-se como de risco, como também estabelecer uma graduação entre cada um desses riscos. Esses riscos diferenciais, portanto, possibilitarão estabelecer faixas de risco elevado e faixas de risco, de certa maneira, mais baixas ou mais brandas e ainda estabelecer zonas seguras, em que quase inexistem riscos.

Os dispositivos de segurança ao recorrerem a matematização desses fenômenos possibilita fazer o levantamento da distribuição de *casos* dentro de uma determinada população, a realizar um cálculo dos *riscos* e, finalmente, graduando os riscos estabelecer o que é *perigoso* e o que é *seguro* (FOUCAULT, 2008). Da mesma forma, o Programa Famílias Fortes (BRASIL, 2015) estando referenciado em pesquisas estatísticas acerca desses fatores, estabelecerá como parâmetros de atuação medidas que tendam a reduzir os fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção, elegendo o fortalecimento dos vínculos familiares como principal fator de proteção.

Os fatores de risco são, entre outros, isolamento social, ruptura familiar e pressão dos pares. Já dentre os fatores de proteção podem citar-se: capacidade de tomada de decisão, fortalecimento dos vínculos familiares, relações de confiança que facilitem com que se peça ajuda, compreensão do sentido do uso de drogas nas diferentes famílias e sociedades e mensagens veiculadas nas diferentes mídias. [...] O núcleo familiar é destacado como espaço fundamental para se realizar a prevenção, em especial quando o foco são os próprios laços familiares e os fatores de risco e proteção do contexto familiar. Neste programa, destacamos o fortalecimento de vínculos familiares como fator de proteção. (BRASIL, 2015, p. 08)

Desta forma, são esses parâmetros que também estipularão que as medidas para serem eficazes não devem se voltar para a pura e simples repressão às drogas, mas devem enfocar: as relações familiares; a forma como os indivíduos lidam com situações de estresse,

como se relacionam com alguma figura de autoridade; como e com quem criam laços de amizade; como calculam as consequências e riscos de suas ações, etc.

Diferentes revisões de literatura indicam que programas voltados para o desenvolvimento de habilidades familiares demonstram evidências sólidas de efetividade na prevenção a problemas de comportamento e abuso de drogas com adolescentes. Como mencionado anteriormente, não se trata de metodologias focadas na discussão e exortação ao não consumo de drogas ou voltadas para uma abordagem moralista e policiaesca. As intervenções exitosas propõem o trabalho na qualidade das relações familiares incluindo o apego seguro entre crianças e pais, disciplina efetiva, monitoramento e supervisão dos pais, comunicação e valores pró-sociais, envolvimento parental na vida da criança e apoio parental (emocional, cognitivo, social e financeiro) (BRASIL, 2015, p. 08).

Finalmente, o que essas medidas têm em comum é que todas se incidirão tanto mais sobre o “sujeito” do que sobre às drogas. As medidas apesar de serem tidas como ações de prevenção ao uso (problemático) de drogas, pouco versarão sobre às drogas em si. E isto porque os dispositivos de segurança possibilitam essa matematização dos fenômenos pertencentes a vida de modo a estabelecer a gestão calculista dos fenômenos relativos à vida, elegendo como alvo desse governo a maneira mesma como cada indivíduo se autogoverna. As medidas elencadas pelo programa focarão tanto mais no contexto, de modo a diminuir os fatores de risco e zonas de perigo que facilitam a ocorrência do uso de drogas e de modo a fortalecer o que, ao contrário, pode instrumentalizar certo governo de si: “[a prevenção] deve focar na interrupção dos fatores que criam um contexto que pode levar ao uso, chamados fatores de risco, e fortalecer aqueles que podem *instrumentalizar a criança e o adolescente*, chamados fatores de proteção” (BRASIL, 2008, p. 08 grifo nosso). Nesse ínterim, o “sujeito” torna-se elemento prático de intervenção, é preciso instrumentalizá-lo, torná-lo sujeito e objeto do governo. É a respeito tanto mais a processos de subjetivação, a forma cada um se inventa enquanto sujeito, como cada indivíduo se governa em relação às consequências e riscos de suas ações que deverá ser o alvo do governo. Um governo tanto mais sutil, que diz estimular a autonomia, o pensamento crítico, e que busca instrumentalizar o próprio sujeito sobre como se autogovernar.

4.2 O autogoverno em relação ao uso de drogas: o governo de si

O trabalho que conjuga a redução dos fatores de risco e o fortalecimento dos fatores de proteção, *contribui para que os indivíduos sejam dotados de autonomia para decisões pertinentes*” (BRASIL, 2015, p. 08 grifo nosso).

O Programa Famílias Fortes (BRASIL, 2015a) estabelece em sua metodologia a realização de sete encontros semanais em que profissionais (geralmente assistentes sociais ou psicólogos) denominados de facilitadores serão os responsáveis por conduzir os encontros com

o grupo de famílias. Recomenda-se que para realização de cada encontro exista ao menos 3 facilitadores, sendo um destes responsável pelo grupo de pais e os outros dois pelo grupo de jovens. É ressaltado a importância de que não exista rotatividade entre os facilitadores, para que estes sigam o conteúdo do programa até o final, e ainda que estes profissionais já possuam algum vínculo anterior com as famílias atendidas. Da forma como o programa se estrutura é necessário que cada encontro seja dividido em dois momentos de uma hora cada: na primeira hora os pais e os jovens se reúnem concomitantemente, mas em espaços diferentes; e na segunda hora reúnem-se todos os participantes em um único grupo.

Nesse subcapítulo iremos nos deter principalmente na metodologia utilizada pelo programa, enfocando os materiais destinados aos facilitadores, justamente por ser estes os responsáveis capacitados para a realização dos objetivos preconizados pelo programa. Iremos centrar nossas análises acerca de como o modo de configuração do biopoder atualmente organiza um conjunto de técnicas e procedimentos que têm por finalidade a produção e o controle do autogoverno dos homens. De como longe de ser algo opaco ou exterior aos procedimentos de governo contemporâneo, a própria forma como os homens se autogerenciam e vivem suas vidas é produzido e regulado por um tipo de racionalização governamental, de uma governamentalidade (BENEVIDES, 2014).

Nesse ínterim, é estabelecido um tipo de governo em que há tanto a incitação para que os homens exerçam sobre si uma relação reflexiva (de si consigo) como ao mesmo tempo uma captura e regulação desse modo de subjetivação. Dentro dessa tecnologia de segurança que investe sobre os controles regulacionais da vida, a “autonomia” não é tida como algo antagonica e avessa às relações de poder, mas é, ao contrário, produzida, incitada pelos próprios mecanismos de poder. A forma como se organizam os mecanismos de poder agenciados na atual conformação biopolítica constituem-se como governo a partir da estruturação do modo como cada um se autogoverna, o que implica em:

- 1) Uma resignificação de palavras como “autonomia”, “autogestão”, “autocontrole” e “autogoverno”, bem como de práticas e processos efetivos a que supostamente correspondem essas noções. 2) Um investimento maciço de dispositivos pedagógicos e terapêuticos, que incorporados às novas formas de gestão empresarial, atuam justamente no plano da relação do sujeito consigo mesmo: práticas motivacionais, serviços de coaches, pedagogias centradas na autoaprendizagem, literatura de autoajuda, cursos de empreendedorismo, etc. 3) Um tipo de organização político-subjetiva que cumplicia com as práticas de governamentalização do Estado, de modo que este governo constitua uma peça estratégica e de suma importância para o governo das populações. (BENEVIDES, 2014, s.p.)

Como discutido anteriormente, os processos de governamentalização implicam em uma reflexão *na* e *sobre* as práticas de governo (FOUCAULT, 2008). Desta forma, quando

Foucault utiliza o termo governamentalidade é para voltar suas análises ao tipo de reflexão pelo qual se estabelece a melhor forma de governar um fenômeno. Como destaca Benevides (2014) esse tipo de reflexão objetiva ser uma espécie de “governo pela verdade”, um governo mínimo que governe tão somente pela verdade. Ou seja, trata-se de um tipo de gestão governamental que não é autorreferente em si mesmo, um tipo de governo que precisa fazer referência a verdade para poder governar. Não obstante, é devido a necessidade desses mecanismos de saber e poder precisarem fazer referência à verdade, de precisarem se justificar que em nossa presente investigação do dispositivo do *Homo psicoativus* empreendemos análises acerca dos componentes de justificação e de intervenção que esse dispositivo põe em funcionamento. Por isso esta forma de governo da vida precisa se ancorar também na produção de um certo saber sobre a vida (notadamente a economia política e os processos de matematização da vida a que já nos referimos) para de maneira estratégica estabelecer o governo pela verdade.

Assim, o governo constitui uma prática sempre imanente de condução das ações dos outros. Uma prática, entretanto, que age não de forma direta, sem rodeios ou sem negociações. Isto quer dizer que a prática de governo, precisamente por governar *ações* (e não *coisas*) demandará uma *estratégia*. O caráter estratégico significa que a prática de governo implica: a) uma escolha racional de *meios*; b) que esses meios sejam utilizados a partir de uma ação *presumível dos outros*; c) e, no que diz respeito a esse meio de lidar com a ação dos outros, que ele sempre estará buscando uma forma de *imobilizá-los*. (BENEVIDES, 2014, s.p.)

Ademais, esse tipo de “governo mínimo” deslocará a ênfase de sua atuação de um governo impositivo, que governa por meio do “não” e de interdições e obrigações heteronômicas, para um governo do “sim” que governe por meio da produção de um autogoverno e da “autonomia” (BENEVIDES, 2014). Com efeito, será por meio dessa tecnologia de poder ancorada no governo pela verdade e pela produção do autogoverno que possibilitará que um programa de prevenção como o Programas Famílias Fortes possa estabelecer que a melhor forma de prevenção seja a produção da autonomia: “O trabalho que conjuga a redução dos fatores de risco e o fortalecimento dos fatores de proteção, *contribui para que os indivíduos sejam dotados de autonomia para decisões pertinentes*” (BRASIL, 2015, p. 08 grifo nosso).

É justamente pelo governo não ser auto-evidente, por precisar fazer referência à verdade, que os processos de governamentalização precisam estabelecer justificações para determinar o escopo de ação do governo, o âmbito de atuação do “governo mínimo”. O Programa Famílias Fortes (BRASIL, 2015) recorrendo a essas justificações apontará a ineficácias das medidas repressivas ao uso de drogas e elegerá o fortalecimento de vínculos

familiares como forma de prevenir possíveis riscos associados ao uso de drogas. Quanto aos meios que são estipulados como forma de alcançar esse fim, o programa estabelece que o facilitador deve pautar suas ações sobre três parâmetros fundamentais, para que de modo coeso, alcancem os resultados esperados: 1) informação coerente com a realidade atual de crianças e adolescentes e discutida de forma crítica; 2) Habilidades de Vida; 3) Crenças Normativas (BRASIL, 2015a).

Quanto ao primeiro parâmetro, mais uma vez é destacado no conteúdo do programa a necessidade de que as informações veiculadas pelo programa estejam de acordo com a realidade, ancoradas na verdade, justificando-se que informações que sejam condizentes com a realidade dos indivíduos sejam mais eficientes “nós sabemos que trabalhar informações sobre drogas tem maior efetividade quando elas estão integradas com as experiências cotidianas dos adolescentes” (BRASIL, 2015a, p. 09). Os parâmetros ou pilares denominados de “habilidades de vida” e “crenças normativas” também versarão sobre a necessidade das medidas elencadas pelo programa serem realistas, estarem em consonância com os estudos científicos produzidos na área. Porém, observa-se que esses dois parâmetros diferem-se do primeiro porque mais do que repassar informações eles se destinam a desenvolver um conjunto de habilidades e crenças que instrumentalizarão as famílias e os adolescentes para governarem a si mesmos.

Habilidades de vida são um conjunto de habilidades que englobam a capacidade de apreciar e respeitar os outros e criar relações positivas com a família e amigos, de ouvir e se comunicar eficazmente, de confiar nos outros e assumir responsabilidades. É importante trabalhar com o seguinte conjunto de habilidades: expressão de sentimentos, empatia, assertividade, resolução de problemas e tomada de decisão. (BRASIL, 2015a, p. 09)

De modo semelhante, as crenças normativas são entendidas como uma espécie de auto-regra estabelecida pelo próprio indivíduo que determina o seu comportamento, o seu modo de agir no mundo. No programa destaca-se que os adolescentes muitas vezes possuem crenças distorcidas da realidade, tendo dificuldade de interpretar as situações e acontecimentos a sua volta. Com efeito, percebe-se como o programa estabelece como objetivo a ser alcançado produzir uma série de habilidades que ensine os adolescentes a *como interpretar o mundo e a si mesmos* de maneira adequada, verdadeira, que o facilitador atue de modo a desenvolver, nos adolescentes, crenças normativas “realistas”.

[O desenvolvimento de uma crença normativa] É o processo no qual a sua crença em algo, se torna a norma que rege o seu comportamento. Se esta crença for baseada em informações ou interpretações equivocadas da realidade, a norma não será adequada. Adolescentes tendem a ter crenças exageradas relacionadas à observação de atitudes de pares mais velhos (por exemplo, a de que quase todos usam drogas aos 16 anos). Esta crença se torna uma norma e pode influenciar seu comportamento. (BRASIL, 2015a, p. 10)

São esses 3 pilares ou parâmetros que deverão pautar as atividades e cada um dos objetivos preconizados pelo programa. Desta forma, baseados nesses parâmetros, o programa estabelecerá em cada encontro um tema que será direcionado ao grupo de pais (a) e outro que será direcionado ao grupo dos filhos (b), e ainda um terceiro tema comum a todos (c)⁴⁴, de modo a sinergicamente ajudar a construir “relações saudáveis” e o fortalecimento de vínculos entre os adolescentes e os pais. Atentemos, pois, a quais são os temas específicos estabelecidos em cada um dos 7 encontros: 1(a) amor e limites, 1(b) ter metas e sonhos, 1 (c) apoiar as metas e os sonhos; 2(a) as regras da nossa casa, 2(b) admirar as mães, pais e responsáveis, 2(c) admirar os membros da família; 3(a) incentivar boas atitudes, 3(b) lidar com a estresse, 3(c) momentos de família; 4(a) usar consequências, 4(b) seguir regras, 4(c) compreender os valores familiares; 5(a) construir pontes, 5(b) lidar com a pressão de amigos, 5(c) fortalecer a comunicação familiar; 6(a) proteger contra o abuso de substâncias, 6(b) pressão dos amigos e bons amigos, 6(c) famílias e pressão de amigos; 7(a) ajudar e ser ajudado; 7(b) atingir nossas metas; 7(c) juntando tudo (BRASIL, 2015a; BRASIL, 2015b; BRASIL, 2015c; BRASIL, 2015d).

Depreende-se desse conjunto de temas ao menos duas características importantes do modo como o programa se organiza para governar a relação entre o “sujeito” e a droga. A primeira delas é de que o assunto do uso de drogas em si quase não é abordado sendo dedicado apenas parte do encontro 6 para se debater a importância de se proteger contra o abuso de substâncias. De modo diverso, os outros temas versarão a um outro conjunto de temas dispersos que focam tanto mais no desenvolvimento de “habilidades de vida”, de forma a instrumentalizar os participantes para se auto-governarem e estabelecerem relações entre si e os outros que o programa julga serem saudáveis ou adequadas. Com efeito, a segunda característica que gostaríamos de destacar acerca dos temas dos encontros é que nenhum destes está relacionado a um conteúdo formal de aprendizagem, ao contrário o que se aprende é como se relacionar consigo mesmo e com os outros. Neste sentido, utilizamos as análises de Larrosa (1994) para pensar em como o programa atua de forma a agenciar dispositivos ao mesmo tempo pedagógicos e terapêuticos que atuam de maneira a produzir modos de subjetivação e de incitar a produção e regulação do governo de si.

Larrosa (1994, p. 36) destaca que o que define os dispositivos pedagógicos e terapêuticos é que estes são práticas “nas quais o importante não é que se aprenda algo

⁴⁴ Nota de esclarecimento acerca da legenda utilizada nesta parte do texto. As letras (a), (b) e (c) serão legendas para especificar: (a) temas dirigidos especificamente aos pais ou responsáveis; (b) temas dirigidos especificamente para os adolescentes ou jovens; (c) temas dirigidos tanto aos pais como aos filhos. E os números de 1 a 7 correspondem respectivamente a ordem de cada um dos 7 encontros.

“exterior”, um corpo de conhecimentos, mas que se elabore ou reelabore alguma forma de relação reflexiva do “educando” consigo mesmo”. Com efeito, observamos que o modo como o programa se estrutura visa não o ensino sobre o efeito das drogas, ou ainda de conteúdos relativos à disciplinas como a biologia, mas o desenvolvimento de um conjunto de habilidades de modo que tem por função construir uma relação dos sujeitos consigo mesmo que se entende que irá prevenir possíveis riscos associados ao uso de drogas. Portanto, o componente prático de intervenção torna-se o próprio “sujeito”, pela produção de uma espécie de gramática política de si, que ensina os membros do programa tanto a saber interpretar-se como a se auto-governar. “Trata-se, pois, de mostrar a lógica geral dos dispositivos pedagógicos que constroem e medeiam a relação do sujeito consigo mesmo, como se fosse uma gramática de múltiplas realizações” (LARROSA, 1994, p. 36)

A metodologia dos encontros resume-se na apresentação de vídeos com algumas situações cotidianas mostrando pais e filhos interagindo, e ao final de cada sessão o facilitador deve incitar algum tipo de auto-reflexão dos membros. No programa chama-se a atenção ainda de que os membros não discutam à respeito do que teriam feito naquela situação, mas o que conseguem aprender sobre si mesmos a partir daquelas situações, como indica a orientação dada ao facilitador do grupo “1. Leia as perguntas da tela e estimule o debate, lembrando que *devem dizer o que os jovens aprendem sobre si e sobre os pais* numa situação como a que foi mostrada; 2. Mantenha o foco no debate sem discutir o que os participantes teriam feito nas situações” (BRASIL, 2015a, p. 27 grifo nosso). Objetiva-se, assim, que a partir das situações mostradas no vídeo os membros aprendam a se auto-conhecer, a se auto-descrever e a se auto-avaliar em razão dos assuntos discutidos. Para alcançar esse objetivo o programa estabelece, por exemplo, que o facilitador solicite que os membros reflitam a partir das situações mostradas no vídeo ou em cartazes, e que mais do que tentar dizer o que fariam naquelas situações, é exigido que expressem seus sentimentos, que falem de si valendo-se da utilização de frases que comecem como o pronome da primeira pessoa do singular – “eu”.

1. Leia as mesmas situações do cartaz (da atividade anterior) peça que os participantes repitam o que sentiram e descreva a ação do filho; 2. Diga ao grupo que ainda não vão apresentar soluções, *apenas expressar seus sentimentos e a situação que os causaram*; [...] Agora, o seu líder de grupo irá ler as mesmas situações que você praticou antes e *você reformulará seu sentimento e descreverá o comportamento ou situação*. “Responda as situações dizendo: *Eu fico... quando você...*”. (BRASIL, 2015b, p. 11 grifo nosso)

Desta forma, a condução das ações dá-se pela exigência de que os indivíduos falem de si, de que expressem quem são, o que sentem, o que desejam, etc. Os estudos foucaultianos (FOUCAULT, 2008; FOUCAULT, 2011b) acerca do pastorado e do exame de consciência

cristã nos dão elementos para fazer a análise desse tipo de poder individualizante que age também de forma a associar a manifestação da verdade a um exame de si mesmo, em que se produz a obediência dos indivíduos a partir de uma dupla sujeição: em que se sujeita estando sujeito a alguém e ao mesmo tempo se sujeita nessa produção de si enquanto sujeito. Como já destacamos, os mecanismos biopolíticos de controle regulacional da vida articulam não só um polo macropolítico, que diz respeito à população enquanto multiplicidade, como também um polo micropolítico que se dirige a cada um de maneira individualizada. Segundo Foucault (2008) esse tipo de “poder individualizante” toma corpo justamente a partir da integração dessa tecnologia do poder pastoral aos controles regulacionais da vida, como forma de produzir e regular o autogoverno dos homens. Nesse sentido Foucault destaca como os mecanismos de poder que investem sobre o governo dos homens incitam a produção e autogoverno de si através dessa descrição e interpretação de si: “Porque o poder, e isso desde milênios em nossa sociedade, exige que os indivíduos digam não somente “eu obedeço”, mas lhes exige ainda que digam: “eis aquilo que sou, eu que obedeço; eis o que eu sou, eis o que eu quero, eis o que eu faço” (FOUCAULT, 2011b, p. 76).

Com efeito, o programa lança mão reiteradamente um conjunto de termos e situações bastante vagos e genéricos que direcionam para um modo de reflexão acerca de como o indivíduo se relaciona consigo mesmo, enfatizando que os indivíduos expressem quais foram seus sentimentos nessas diferentes situações, e principalmente o que ele consegue aprender de si mesmo a partir dessa reflexão. Um conjunto de termos, como aponta Larrosa (1994), que utilizando do pronome “eu” ou da partícula reflexiva “se” (conhecer-se, disciplinar-se, controlar-se) mais do que mediar a relação de si dos indivíduos, produzem essa relação de si consigo, a maneira de se auto-conhecer e se auto-governar. Larrosa (1994) ressalta a importância de analisar a utilização desses termos tão recorrentemente utilizados em práticas que se afirmam “dialógicas” ou “vivenciais” e que confluem para a atribuição do sujeito justamente como àquele ser que tem capacidade de realizar certas ações sobre si mesmo. Nesse sentido, Larrosa (1994) destaca como nessas práticas vivenciais de reflexão é comum encontrar enunciados que definem a especificidade do humano ou do sujeito em relação aos demais seres justamente a partir dessa capacidade de reflexividade: de “ter consciência de si”, de conhecer-se, de “conseguir agir sobre si”. Portanto, de como ser sujeito significa conseguir fazer esse tipo de reflexividade, essa relação com um duplo, ou, para recorrer as palavras do poeta Fernando Pessoa citado na epígrafe deste capítulo: “neste intervalo que há entre mim e mim” (PESSOA, 1982, p. 101). Larrosa (1994) sinaliza ainda como esses termos reflexivos costumemente trazem consigo algum tipo de normatividade.

Em um contexto terapêutico, e com matizes distintos, segundo a orientação teórica e prática da terapia em questão, é frequente falar de formas não desejáveis ou inclusive patológicas da relação da pessoa consigo mesma como, por exemplo, a culpabilidade e a vergonha de si em algumas de suas modalidades extremas, a irresponsabilidade, a debilidade da vontade ou do caráter, a ausência de autoconfiança, a perda ou o debilitamento da identidade, distintas formas de neurose ou de psicose tomadas como patologias do princípio de identidade, etc. Portanto, todos os termos dos quais falava antes podem ser elaborados também como se fossem características normativas do sujeito formado ou maduro, ou do sujeito são ou equilibrado, que as práticas educativas e/ou as práticas terapêuticas deveriam contribuir para constituir, para melhorar, para desenvolver e, eventualmente, para modificar. (LARROSA, 1994, p. 39 – 40)

Essa normatividade reside, portanto, no conjunto de direcionamentos que são impostos nessas práticas que se afirmam tão somente como “mediadoras”, “dialógicas”, que afirmam respeitar a realidade e diversidade sociocultural existente, mas que assumem um papel produtivo, de construção. Com estas medidas se espera que os participantes do grupo desenvolvam um conjunto de habilidades de vida que irão produzir modos de subjetivação, que consistem em uma “auto-instrumentalização” dos participantes, de modo a habilitá-los para a prevenção de riscos. Desta forma, podemos resumir os objetivos elencados em cada um dos 7 encontros como um conjunto de habilidades que se deve aprender:

Encontro 1: Primeiramente aprender a se conhecer. Os pais especificamente devem também aprender a demonstrar amor e a impor limites. Os jovens especificamente devem aprender a estabelecer objetivos de vida (BRASIL, 2015a).

Encontro 2: Aprender o que é ser adolescente, o que é ser pai e a importância de se determinar as regras de casa (BRASIL, 2015b).

Encontro 3: Os pais especificamente devem aprender a distinguir o que os adolescentes fazem direito e a fazer a correta distribuição de recompensas para encorajar os adolescentes a fazer o que se estipula como adequado. Os adolescentes devem aprender a se conhecer para saber lidar com os próprios sentimentos, principalmente saber lidar com o próprio estresse (BRASIL, 2015b).

Encontro 4: Os pais devem aprender a como usar consequências razoáveis e parcimoniosas de modo a modificar a conduta dos jovens. Os jovens devem aprender a não agir impulsivamente, a seguir regras e obedecer aos pais (BRASIL, 2015c).

Encontro 5: Os pais devem aprender a escutar os filhos, a entender a suas necessidades e o que fazer para satisfazer as suas necessidades. Os jovens devem aprender a como lidar com a pressão dos pares, como reagir em situações em que estão sendo pressionados (BRASIL, 2015c).

Encontro 6: Os pais devem aprender que uma forma de proteger os filhos do uso de drogas é manter os jovens envolvidos com outras atividades escolares e/ou esportivas. Os jovens devem aprender ainda mais estratégias sobre o que dizer para não se colocarem em situações-problemas devido à pressão dos amigos (BRASIL, 2015d).

Encontro 7: Todos em conjunto devem aprender como resolver os problemas em família (BRASIL, 2015d).

Com efeito, estes objetivos visam instrumentalizar os indivíduos, ao mesmo tempo que os tornam instrumentos. Lançando mão de dispositivos pedagógicos e terapêuticos os encontros realizados objetivam a produção e controle de si mesmo. Neste sentido, as situações apresentadas são apenas o mote para que uma série de práticas que tem por objetivo a produção de modos de subjetivação entrem em cena. Para atingir esse fim esses dispositivos funcionam de modo a exigir não somente que os componentes do programa obedeçam ou sigam os conselhos estipulados, mas que expressem que são. Portanto, ver-se delinear todo um conjunto de práticas que atuam para uma espécie de reescrita-de-si, à medida que estas agenciam toda uma gramática política que objetiva fazer com que os sujeitos aprendem a ver-se, a narrar-se, a expressar-se, a julgar-se e a dominar-se enquanto sujeitos (LARROSA, 1994).

Um dispositivo pedagógico será, então, qualquer lugar no qual se constitui ou se transforma a experiência de si. *Qualquer lugar no qual se aprendem ou se modificam as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo.* Por exemplo, uma prática pedagógica de educação moral, uma assembleia em um colégio, uma sessão de um grupo de terapia, o que ocorre em um confessionário, em um grupo político, ou em uma comunidade religiosa, sempre que esteja orientado à constituição ou à transformação da maneira pela qual as pessoas se descrevem, se narram, se julgam ou se controlam a si mesmas. (LARROSA, 1994, p. 57 grifo nosso)

Essa transformação de si envolve não se destina tão somente às crianças e os adolescentes, mas incita a produção de si também por parte dos pais e responsáveis, com o intuito de que o programa se torne tanto mais eficiente. Nesse sentido, embora o programa seja um programa de prevenção voltado para crianças e adolescentes também é preconizado que os pais também aprendam a se conhecer, a entender o que significa ser pai ou mãe, o que é ser jovem, o que é ser filho. Nesse sentido, enfatizamos como também é exigido dos pais que formulem uma experiência de si, que aprendam o que significa ser pai, para que aprendam a se auto-descrever, a se auto-interpretar, a se auto-avaliar enquanto pais. Enfim, para que com isso consigam aprender quais responsabilidades lhes compete na educação de seus próprios filhos. Para que aprendam a educar os filhos é preciso, pois, que estes conheçam a si mesmos, que também saibam se disciplinar para distinguir, inclusive, a correta medida entre o punir com

parcimônia quando necessário e elogiar quando o jovem se comportar de maneira considerada adequada⁴⁵ (BRASIL, 2015a; BRASIL, 2015b; BRASIL, 2015c).

Com efeito, todas essas medidas que dizem objetivar o fortalecimento de vínculos familiares serão agenciadas a partir da construção dessa série de habilidades de vida que, segundo o programa, possibilitará desenvolver uma relação saudável entre pais e filhos. O que gostaríamos de ressaltar, uma vez mais, é que o escopo de ação dessas habilidades de vida está justamente na produção do conhecimento de si e do governo de si, de modo a, por exemplo: aprendendo a se conhecer conseguir agir em função de seus objetivos e metas de vida; aprendendo a se conhecer e a se dominar saber tomar decisões com prudência, não agindo de maneira precipitada; aprendendo a se conhecer consigam gerenciar seus próprios sentimentos, em especial controlar o estresse; aprendendo a se conhecer e a se controlar conseguir resistir as pressões de vizinhos ou amigos para a realização de atividades consideradas perigosas ou arriscadas. Todas essas habilidades conformarão em modos de ação sobre si e sobre os outros que se prevê, através de estudos de eficácia e eficiência, ajudaram na minimização de danos e na evitação de possíveis danos associados ao uso de drogas.

Com efeito, enfatizamos que o Programa Famílias Fortes enquanto um programa de redução de danos e de prevenção de riscos associados ao uso de drogas toma corpo a partir da articulação de práticas que visam a constituição de si e de um autogoverno em relação aos eventuais riscos e danos. Como destacam, Miller & Rose (2012), essa noção de risco além de possibilitar individualizar fenômenos dentro de uma população, como explicitamos no item anterior, reconfigura a própria função dos especialistas na atual configuração biopolítica. Estes, os especialistas, devem agir de modo a ensinar aos indivíduos como se autogerenciem em função dos eventuais riscos.

A noção de risco oferece, uma vez mais, uma porta de entrada para as modificadas relações de expertise que vão assumindo forma no território da comunidade. Em parte, isso se deve ao fato de a capacidade de “poder” pessoal, ou da falta dele, que é o objeto das tecnologias de apoderação, ser, em si mesma, repensada no âmbito das relações de risco e da comunidade que discuti anteriormente: os riscos a que se expõem os próprios indivíduos, caso não possam gerir adequadamente sua vida dentro da comunidade, os riscos que os indivíduos podem trazer à comunidade devido à falha em governar a si mesmos. (MILLER & ROSE, 2012, p. 133)

É nesse ínterim que o dispositivo do *Homo psicoativus* se integra a essas tecnologias de controle da vida de modo a eleger o próprio sujeito, seus modos de subjetivação, como alvo das práticas governamentais, de forma a produzir um autogerenciamento em relação aos

⁴⁵ Destacamos ainda que essa articulação direta com os pais ou responsáveis é devido a própria integração da família como um dos principais instrumentos para se exercer o governo da população (FOUCAULT, 2008).

eventuais riscos e danos associados ao uso de drogas. “O trabalho que conjuga a redução dos fatores de risco e o fortalecimento dos fatores de proteção, contribui para que os indivíduos sejam dotados de autonomia para decisões pertinentes” (BRASIL, 2015a, p. 08). Se não se pode fazer com que as pessoas deixem de usar drogas, se uma sociedade sem drogas é impossível, se não se pode ir contra o desejo das pessoas, a forma de governar essa relação dar-se-á através de um governo do *sim* que toma corpo em um governo de *si*. “O desenvolvimento dessas habilidades deve se dar de maneira programada, planejada e sistemática, proporcionando às famílias as condições para aprender e treinar tais habilidades de forma interativa” (BRASIL, 2015a, p. 9). É pela produção de um autogoverno em relação aos virtuais riscos e danos que se governa a relação entre sujeito e drogas, de modo a produzir um uso seguro.

Finalmente, o dispositivo do *Homo psicoativus* compõe parte desses mecanismos de saber e poder que atuam para e através do governo da vida, que elegem o “sujeito” como componente prático de intervenção e que funcionam cada vez mais de modo a estabelecer a necessidade de que os indivíduos aprendam a estar sempre a se autogovernar em um mundo ou comunidade habitada de riscos ou danos eventuais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu otimismo consiste mais em dizer: tantas coisas podem ser mudadas, frágeis como são, ligadas a mais contingências do que necessidades, a mais arbitrariedades do que evidências, mais a contingências históricas complexas mas passageiras do que a constantes antropológicas inevitáveis. Você sabe dizer: somos muito mais recentes do que cremos, isto não é uma maneira de abater sobre nossas costas todo o peso de nossa história, é mais colocar à disposição do trabalho que podemos fazer sobre nós a maior parte possível do que nos é apresentado como inacessível. (FOUCAULT, 1994, p. 04)

Ao longo deste trabalho procuramos realizar alguns apontamentos que contribuíssem para uma arqueogenealogia da redução de danos. Investigando de modo arqueológico o campo discursivo e prático da Redução de Danos esperamos que essa dissertação colabore na construção de uma outra forma de narrar a história de emergência da Redução de Danos.

Essa outra forma de analisar a emergência da Redução de Danos deu-se pela investigação do dispositivo do *Homo psicoativus*. A noção de *Homo psicoativus* emerge inicialmente nessa pesquisa como correlato antropológico da narrativa que naturaliza o uso de drogas. A criação desse conceito deu-se, pois, pela constatação da objetificação do homem mediante essa narrativa do uso de drogas que narra como o homem se torna homem através do uso de drogas, de como o uso de drogas contribui para processos de “socialização” e subjetivação.

A análise do *corpus* de pesquisa possibilitou o deslocamento em relação a esse conceito de *Homo psicoativus*, entendendo que além de correlato antropológico este funcionava como um dispositivo, uma espécie de superfície-limite da Redução de Danos. A naturalização do uso de drogas pela narrativa acerca do uso é, pois, apenas um dos braços que esse dispositivo agencia no governo da relação sujeito-drogas.

Com efeito, analisou-se como o dispositivo do *Homo psicoativus* agencia um conjunto de elementos discursivos e práticos: 1) A construção de uma narrativa que naturaliza o uso de drogas a partir da história das drogas e seus diferentes usos; 2. A desqualificação da política proibicionista de guerra às drogas como irreal e ineficaz; 3. O estabelecimento do governo sobre “o sujeito” como a melhor forma de governar possíveis danos associados ao uso de drogas. Nesse ínterim o “sujeito” torna-se ao mesmo tempo *componente discursivo de naturalização/justificação* de um conjunto de práticas de governo e ao mesmo tempo *componente prático de intervenção*. A forma como se governa a relação entre sujeito-droga dá-se pela produção e regulação da vida através de um autogoverno e da produção de subjetividade.

Desta forma, foi inicialmente partir de nosso estranhamento em relação a aceitação consensual da repetição sistemática em torno da naturalização do uso de drogas que analisamos

sobre que tipo de evidências e pressupostos a Redução de Danos se organiza como forma de ensaiarmos a crítica. Ao final deste trabalho nos remontamos ao trecho epígrafe dessa dissertação, em que Foucault afirma que realizar o trabalho crítico não pode ser definido pela simples atitude de denúncia, de dizer que as coisas estão ruins e que se precisa de imediato modificá-las.

Uma crítica não consiste em dizer que as coisas não estão bem como estão. Ela consiste em ver em que tipos de evidências, de familiaridades, de modos de pensamento adquiridos e não refletidos repousam as práticas que se aceita. [...] A crítica consiste em caçar esse pensamento e ensaiar a mudança: mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê, fazer de forma que isso que se aceita como vigente em si, não o seja mais em si. Fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais. (FOUCAULT, 1994, p. 02)

Ademais, procuramos enfatizar, especialmente no capítulo 3, como o discurso da denúncia facilmente se acopla ao discurso da salvação, daqueles que anunciando a catástrofe se colocam numa posição privilegiada de anunciar as formas de redenção. Como já discutimos, esse tipo de atitude carrega consigo outra série de perigos que também devemos manter sob suspeita. Contudo, afirmar que o lugar da crítica não seja a do discurso de denúncia não implica em requerer para crítica o espaço da pretensa e impossível neutralidade. Apesar de não querer ser um discurso no imperativo ou uma descrição totalizante, há também no discurso crítico alguma pretensão de verdade, quando se ocupa o lugar também privilegiado de anunciar não as mentiras, mas os efeitos de verdade que não são claramente expressos pelos saberes e poderes analisados. A crítica não está isenta das relações de poder, ao contrário, torna estas relações de forças mais visíveis justamente por também se analisar como parte dessa agonística, já que o próprio discurso dentro dessa perspectiva é entendido como luta (FOUCAULT, 1999). Nesse ínterim, o que gostaríamos de destacar é uma análise crítica não coincide com uma proposição de governo, o estabelecimento de normalizações acerca do que devemos ou deveríamos fazer, mas constitui uma maneira de colocar em cena questões que não são problematizadas, que por serem tomadas como *a priori* não constituem objeto de crítica.

Nestas condições, a crítica (e a crítica radical) é absolutamente indispensável para toda transformação. Pois uma transformação que permaneça no mesmo modo de pensamento, uma transformação que seria apenas uma certa maneira de melhor ajustar o pensamento mesmo à realidade das coisas, seria apenas uma transformação superficial. Por outro lado, a partir do momento em que se começa a não mais poder pensar as coisas como se pensa, a transformação se torna, ao mesmo tempo, muito urgente, muito difícil e ainda assim possível. Então, não há um tempo para a crítica e um tempo para a transformação. Não há os que fazem a crítica e os que transformam, os que estão encerrados em uma radicalidade inacessível e aqueles que são obrigados a fazer concessões necessárias ao real. Na realidade, eu acredito que o trabalho de transformação profunda pode apenas ser feita ao ar livre e sempre excitado por uma crítica permanente. (FOUCAULT, 1994, p. 04)

Finalmente, ressaltamos que problematizar os consensos e naturalizações agenciados pela Redução de danos não resulta necessariamente em um total abandono dessas práticas. Trata-se, pois, de pensar como essas naturalizações e reflexões sobre a melhor maneira de governar, agenciam um conjunto de práticas que de maneira direta ou indireta concorrem para a produção de um governo sobre nós mesmos. O objetivo desta dissertação não é, pois, nem anunciar a inconsistência ou os erros de uma perspectiva de Redução de Danos, nem tampouco de exigir reformulações imediatas. De maneira diferente, neste trabalho utilizamos da arqueogenealogia foucaultiana como tentativa de tornar mais claras sobre que tipo de evidências repousam as relações de saber-poder que nos sujeitam, como exercício de problematizar o tipo de experiência e os modos de subjetivação que são produzidos a partir dessas naturalizações que pouco a pouco sentenciam quem somos ou o quem deveríamos ser.

REFERÊNCIAS

- ADADE, Mariana; MONTEIRO, Simone. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, p. 1 – 13, jun. 2013.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Michel Foucault e a Mona Lisa ou Como escrever a história com um sorriso nos lábios. In: RAGO, Margareth & VEIGA-NETO (org.) **Figuras de Foucault**. 2 edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- ALMEIDA, Stella Pereira; BIZETO, Juliana; SILVA, Maria Tereza Araújo. Análise de comentários espontâneos elaborados por usuários de ecstasy em pesquisa on-line. **Revista Panam Salud Publica**. v.22, n.2, p. 389 – 395, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rpsp/v22n6/a04v22n6.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- ALVES, Vania Sampaio. Modelos de atenção a usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro. v. 25, n.11, p. 2309 – 2319, 2009.
- ANDRADE, Tarcisio Matos. Redução de danos: um novo paradigma? In: TAVARES, Luiz. Alberto; ALMEIDA, Alba Riva Brito de.; NERY FILHO, Antonio (Orgs.). **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA, 2004, p. 222. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16167/1/drogas_tempos_e_lugares.pdf>. Acesso em: 21 maio 2016.
- BARBOSA, Jorge. Enfrentar “novos riscos” e resgatar a cidadania perdida: práticas de Serviço Social no seio das políticas de redução de danos. **Revista Toxicodependências**. Lisboa. v. 17, n.1, p. 71 – 84, 2011. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-48902011000100008. Acesso em: 30 mar. 2017.
- BECK, Lucia Maria; DAVID, Helena Maria Scherlowski. **Esc Anna Nery Revista de Enfermagem**. v. 11, n. 4, p. 706 – 711, 2007.
- BENEVIDES, Pablo Severiano. **O dispositivo da verdade**: uma análise a partir do pensamento de Michel Foucault. 2013. 510f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- _____. Pesquisar com Michel Foucault. **Textura**, Canoas, v. 18, n. 6, p. 265 – 285, abr. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1613/1464>> Acesso em: 28 jun. 2016.
- _____. Como governar o autogoverno dos homens. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS FOUCAULTIANOS: GOVERNAMENTALIDADE E SEGURANÇA, 1., agosto 2014, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: CCHLA, 2014. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ocs-2.3.6/index.php/estudosfoucaultianos/estudosfoucaultianos/paper/view/83/91>. Acesso em: 08 jul. 2017.
- BENEVIDES, Pablo Severiano; BOTELHO, Danilo José Scalla; VIEIRA, Gabriela Maria de Sousa. Nietzsche com Foucault: notas sobre conhecimento, verdade, perspectivismo e genealogia. **Estudos Nietzsche**. Espírito Santo, v.6, n.2, p. 259 – 280. Jul/dez, 2015. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

BENEVIDES, Pablo Severiano.; PRESTES, Túlio Kércio Arruda. Biopolítica e governamentalidade: uma análise da Política Nacional sobre Drogas. **Revista Estudos Contemporâneos da Subjetividade (ECOS)**, v.4, n.2, p. 274 – 287, 2014. Disponível em: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/1333/1049>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BENEVIDES, Pablo Severiano; BARRETO, Diva Rodrigues Daltro; LIMA, Aluísio Ferreira de. Ciladas da cultura e da diferença no Brasil: sobre a discussão racial no Brasil. **Quaderns de psicologia**. v.17, n.01, p. 07 – 18, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1155> Disponível em: <http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n1-benevides-barreto-lima>. Acesso em: 05 maio 2017.

BERGERON, Henri. **Sociologia da droga**. (Trad: LEME, T. J. R.) Aparecida: Editora Idéias & Letras, 2012.

BISKIND, Peter. **Como a geração sexo-drogas-e-rock'n'roll salvou Hollywood**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2009.

BOITEUX, Luciana. A reforma da Política Internacional de Drogas virá de baixo pra cima. **Argumentum**. Vitória. v.7, n.1, p. 17 – 20, 2015.

BRASIL, **Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil: Brasília, 2006.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília: MDS, 2005.

_____, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Programa famílias fortes**. Tradução do Ministério da Saúde e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. 1 ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), 2015a (Introdução e Encontro 1).

_____, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Programa famílias fortes**. Tradução do Ministério da Saúde e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. 1 ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), 2015b (Encontro 2 e Encontro 3).

_____, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Programa famílias fortes**. Tradução do Ministério da Saúde e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. 1 ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), 2015c (Encontro 4 e Encontro 5).

_____, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Programa famílias fortes**. Tradução do Ministério da Saúde e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. 1 ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), 2015d (Encontro 6 e Encontro 7).

_____, Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 16 de julho de 1990.

_____, Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 8 de março de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm#art25

BUARQUE, Chico. O que será (A flor da terra). Intérpretes: BUARQUE, Chico; NASCIMENTO, Milton. *In*: BUARQUE, Chico *et al.* **Meus Caros Amigos**. 1 LP (34 min) [S.L.]: Phonogram 16 canais. Faixa 1 (2:47 min).

BUJES, Maria Isabel. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BURGIERMAN, Denis Russo. **O fim da guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas**. São Paulo: Texto Editores LTDA, 2011.

CARNEIRO, Henrique. **Filtros, Mezinhas e Triacas: As drogas no mundo moderno**. São Paulo: Xamã, 1994..

_____. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 6, n. 1, p.115-128, out. 2002.

CARVALHO, Jonatas. **Regulamentação e criminalização das drogas no Brasil: A comissão nacional de fiscalização de entorpecentes 1936 - 1946**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Muller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DELBON, Fabiana; DA ROS, Vera; FERREIRA, Elza Maria Alves. Avaliação da disponibilização de kits de redução de danos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 37-48, jan./abr. 2006.

DELEUZE, Gilles.; PARNET, Claire. **Diálogos**. (Trad: CUNHA, J. G.) Sem Local: Relógio D'água, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. (Trad: PÉRBART, P. P.) 1º ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2006.

_____. **Crítica e clínica**. (Trad: PÉRBART, P. P.) 2º ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2013. (Coleção TRANS).

_____. **Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)**. (Trad: Guilherme Ivo) David Lapoujade (org.): Editora 34, 2016.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. 1º ed., Rio de Janeiro: Editor Revan, 2015.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. (p. 119 – 138). In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org.). **Habitantes de Babel: Políticas e poéticas da diferença**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ELIAS, Lucília de Almeida; BASTOS, Francisco Inacio. Saúde Pública, Redução de Danos e a Prevenção das Infecções de Transmissão Sexual e Sanguínea: revisão dos principais conceitos e sua implementação no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v. 16. n. 12, p. 4721 – 4730, 2010

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia elemental de las drogas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000. (Compactos Anagrama).

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In P. RABINOW; H. DREYFUS, **Michel Foucault: uma trajetória filosófica** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 273-295, 2013.

_____. **A Arqueologia do Saber**. (Trad: NEVES, L. F. B.) 8º ed. 4ª tiragem. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a.

_____. Michel Foucault Explica seu Último Livro. In: **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. MOTTA, M. B. (org.). 3º ed. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015b.

_____. Nietzsche, Freud e Marx. In: **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. MOTTA, M. B. (org.). 3º ed. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015c.

_____. **O Nascimento da Clínica**. (Trad: MACHADO, R.) 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015d.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. (Trad: MACHADO, R. C. M.; MORAIS, E. J.) 3º ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

_____. **Microfísica do Poder**. MACHADO, R. (org) 24º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **Segurança, Território e População: curso no Collège de France (1977 - 1978)**. (Trad: BRANDÃO, E. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. (Tradução GALVAO, M. E.) São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. (Trad: ALBUQUERQUE, M. T. C; ALBUQUERQUE, J. A. G.) São Paulo: Edições Graal, 2010.

_____. **Resumo dos Cursos do Collège de France**. (Trad: DAHER, A.) Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. O Discurso Não Deve Ser Considerado Como... In: **Arte, Espistemologia, Filosofia e História da Medicina**. MOTTA, M. B. (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a. (Coleção Ditos e Escritos vol. VII)

_____. **Do Governo dos Vivos (1979 – 1980). Excertos/** Michel Foucault; organização Nildo Avelino. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011b.

_____. **Aulas sobre a vontade de saber:** curso no College de France (1970 - 1971). (Trad: ABÍLIO, R. C.) São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2014. (Obras de Michel Foucault).

_____. Foucault. In: **Ética, Sexualidade e Política**. MOTTA, M. B. (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Coleção Ditos e Escritos vol. V)

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. (Trad.: RAMALHETE, R.) Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. Então é importante pensar? [Est-il donc important de penser?] Entrevista com Didier Eribon. *Libération*, n.15, p. 30 maio de 1981, p. 21. Traduzido a partir de FOUCAULT, Michel. Dits et écrits. Paris: Gallimard, 1994, vol. IV, p.178-182, por Wanderson flor do nascimento. P. 01 – 04. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/pensar.pdf> Acesso em: 08 jan de 2017.

pp. 178-182, por wanderson flor do nascimento.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação:** introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. Em torno de Vigiar e Punir: sua motivação e seu lugar na arqueogenealogia foucaultiana, bem como sua perspectiva imanentista e microfísica de análise do poder. In: CARVALHO, A. F.; GALLO, S. (orgs.). **Repensar a Educação:** 40 anos após Vigiar e Punir. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015. (Coleção contextos da ciência)

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia & Sociedade**. V. 20, n. 02, p. 267 – 276, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GUATTARRI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 9ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

INGLEZ-DIAZ, Aline; RIBEIRO, José Mendes; BASTOS, Francisco I.; PAGE, Kimberly. Políticas de Redução de Danos no Brasil: contribuições de um programa norte-americano. **Ciência & Saúde Coletiva**. 19(1), p. 147 – 157, 2013. DOI: 10.1590/1413-81232014191.1778

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu & educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3º edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MACHADO, Letícia Vier; BOARINI, Maria Lúcia. Políticas Sobre Drogas no Brasil: a Estratégia de Redução de Danos. **Psicologia: Ciência e Profissão**. n. 33 (3), p. 580 – 595, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARLATT, Gordon Allan. (org.). **Redução de Danos: Estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1999.

MELO-NETO, João Cabral de. **Agrestes**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

_____. **O artista inconfessável**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal**. São Paulo: Paulus, 2012.

MORAES, Maristela. O modelo de atenção integral à saúde para tratamento de problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: percepções de usuários, acompanhantes e profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.13, n. 1, p. 121 – 133, jan/fev., 2008.

MOREIRA, Fernanda Gonçalves; SILVEIRA, Dartiu Xavier; ANDREOLI, Sérgio Baxter. Situações relacionadas ao uso indevido de drogas nas escolas públicas da cidade de São Paulo. **Revista Saúde Pública**. v. 40, n. 5, p. 810 – 817, 2006a.

MOREIRA, Fernanda Gonçalves; SILVEIRA, Dartiu Xavier; ANDREOLI, Sérgio Baxter. Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.11, n. 13, p. 807 – 816, 2006b.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos, ou, como filosofar com o martelo**. Editora Companhia das Letras, 2006.

OLIEVENSTEIN, Claude **A droga: drogas e toxicômanos**. (Tradução de: CELIDÔNIO, M. C.) 3º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. 144 p.

OLIVEIRA, Robson de; SAMPAIO, Simone Sobral; SALDANHA, Wagner Souza. Redução de danos no atendimento a sujeitos em situação de rua. **Argumentum**. Vitória, v.7, n.2, p. 221-234, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v7i2.10440>

PASSETTI, Edson. **Das fumeries ao narcotráfico**. São Paulo: Educ, 1991.

_____. Apresentação. (p. 07 – 12). In: RODRIGUES, Thiago. **Política e Drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de Danos e Saúde Pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia & Sociedade**. 23 (1), p. 154 – 162, 2011.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/vo000008.pdf> Acesso em: 11 de junho de 2017.

POLLAN, Michel. Introduction. In: POLLAN, M. **The Botany of Desire: A plant’s-eye view of the world**. New York: Random House Paperback Edition, 2001. Disponível em: http://www.michaelpollan.com/wordpress/wpcontent/uploads/2010/06/botany_of_desire_excerpt.pdf

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui: Sexo, drogas y biopolítica**. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2014.

QUIVY, Raymond.; VAN CAMPENHOUDT, Luc.. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. (Tradução de: João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho.) 2º ed. Lisboa: Gradiva, 1998..

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: ensaio de poética do saber**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. 2ª edição. São Paulo: Desatino, 2012.

ROSA, Pablo Ornelas. **Drogas e Biopolítica: Uma Genealogia da Redução de Danos**. 2012. 373f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Setor de pós-graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

SALMERON, Neiva de Alencar; PESSOA, Thalita Almeida Martins. Profissionais do sexo: perfil socioepidemiológico e medidas de redução de danos. **Acta Paulista de Enfermagem**. 25(4), p. 549 – 554, 2012.

SANTOS, Vilmar Ezequiel; SOARES, Cássia Baldini; CAMPOS, Célia Maria Sivalli. A produção científica internacional sobre redução de danos: Uma análise comparativa entre MEDLINE e LILACS. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas** (edição portuguesa) 8(1) p. 41 – 47. jan.-abr. 2012

_____. Redução de danos: análises das concepções que orientam as práticas no Brasil. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v.20, n. 3, p. 995 – 1015, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312010000300016>

SCHLICHTING, Silzeth; BOOG, Maria Cristina Faber; CAMPOS, Claudinei José Gomes. Almoço como momento terapêutico: uma abordagem de educação em saúde com mulheres alcoolistas. **Revista Latinoamericana de enfermagem**. v.15, n.3, 2007.

SZASZ, Thomas. **Ceremonial Chemistry: The ritual persecution of drugs, addicts, and pushers**. New York: Anchor Press, 1974.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: Métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. (Tradução de: Magda França Lopes) 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SIQUEIRA, Domiciano. Introdução. In: SIQUEIRA, Domiciano (org.). **Mal(dito) cidadão numa sociedade com drogas**. 1º edição. São Caetano do Sul: King Graf Gráfica, 2006.

SODELLI, Marcelo. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica-existencial do uso de drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.15, n.3, p. 637 – 644, 2010.

SOUZA, Kátia Mendes de; MONTEIRO, Simone. A abordagem de redução de danos em espaços educativos não formais: um estudo qualitativo no estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Interface Comunicação Saúde Educação**. v.15, n.38, p. 833 – 844, 2011.

VASCONCELOS, Michele de Feitas Farias; MACHADO, Dagoberto de Oliveira; PROTAZIO, Mairla Machado. Considerações sobre o cuidado em álcool e outras drogas: uma clínica da desaprendizagem. **Interface Comunicação Saúde Educação**. Botucatu. v. 19 n. 42. p. 45 – 56, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622014.0110>.

VEIGA NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

_____. Governo ou governmentismo. **Currículo Sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.79-85, jul./dez. 2005. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-neto.pdf>>. Acesso em: 09 de maio de 2016.

_____. Teoria e Método em Michel Foucault: (im)possibilidades. **Cadernos de Educação**. Pelotas, v. 34, p.83-94, 2009.

VELOSO, Caetano. Meu Bem, Meu Mal. Intérprete: Caetano Veloso. *In*: VELOSO, Caetano *et al.* **Cores, Nomes**. [S.L.]: Philips Records, 1982. 1 LP – Lado A, Lado B (43 min). Faixa 3 Lado B.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. (Tradução de: Alda Battar e Maria Auxiliadora Kneipp) 4º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. (Tradução de André Telles.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

WHO, World Health Organization. **Declaration on young people and alcohol**. Stockholm: WHO Regional Office for Europe, 2001. [acesso em: 02 jul 2017]. Disponível em: <http://www.euro.who.int/en/publications/policy-documents/declaration-on-young-people-and-alcohol>